

ISSN 1984-4263

VERSUS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

Nº 10

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



CCJE

Dezembro/ 2022



#VERSUS *imagem*



Independência do Brasil hoje

Em 1822, D. Pedro I declarou a independência do Brasil, mas a interpretação desse acontecimento muda ao longo da história. Como destaca Diana Vidal, professora da USP, a compreensão do sucedido é processada a partir do conjunto de ideias e inquietações de cada momento. Por esse motivo, mudanças históricas ao longo dos últimos 200 anos levaram a mudanças na interpretação.

Cada tempo tem seus interesses e motivações. O passado é reinterpretado em função de construir uma narrativa desenvolvida a partir de nossos anelos e aspirações. Essa narrativa nos ajuda também a explicar o presente e a assumir posições no debate social.

O ponto de vista eurocêntrico não é mais aceito na historiografia de hoje. A história

não é organizada a partir de uma visão europeia. Hoje, os movimentos étnicos e de gênero são os elementos centrais que impulsionam uma reflexão e um olhar sobre o passado. Se procura buscar uma visão a partir de espaços colonizados, o que significa rever a história a partir das populações indígenas próprias ou das populações que foram escravizadas. Por outro lado, o papel das mulheres na nossa sociedade passa a ser revisado hoje.

Postas estas ideias, um pensamento crítico permite outras formas de olhar e pensar o país. O olhar presente sobre a independência revisita os atores que tiveram uma participação política e social relevante. Os próximos artigos procuram essa tarefa.

Antonio Luis Licha
Vice-decano

Denise Pires de Carvalho
Reitora
 Carlos Frederico Leão Rocha
Vice-Reitor

Flávio Alves Martins
Decano

Antonio Licha
Vice-decano

Alessandra Monteiro
Superintendente do CCJE

Thais de Souza Andrade
Chefe de Gabinete

Coordenadores do CCJE
 Junya Rodrigues Barletta (Coordenadora de Integração Acadêmica em Graduação); Esther Dweck (Coordenador de Integração Acadêmica em Pós-Graduação); Sandra Maria Becker Tavares (Coordenadora de Integração Acadêmica em Extensão); Waldelice Maria Silva de Souza (Coordenadora de Atividades Culturais); Zenildo Ferreira de Oliveira (Coordenador de Planejamento e Projetos) e Vinicius Simas Pereira Fernandes (Coordenador de Tecnologia, Informação e Comunicação).

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
 Revista Versus

Conselho Editorial

Eduardo Bastian (IE); Mauro Osório (FND); Margarida Gutiérrez (COPPEAD); Eliane Ribeiro Pereira (FACC); Renata Bastos (IPPUR); Leonardo Valente (IRID); Roberto Mauro dos Santos Facc (Biblioteca Eugênio Gudin); João Pedro Nogueira Abdo (Estudante FND); Maria Luiza Busse (ABI – Associação Brasileira de Imprensa/Comunidade externa).

Editor

Antonio Licha

Editor Executivo
 Renata Bastos

Jornalista

Ludmila Maria Gomes da Costa

Diagramação e arte

Julia Barreto

Projeto Gráfico

Julia Barreto, Marina Cavalcanti, Pedro Nunes e Mano Wladimir

Pesquisa

Antonio Licha, Renata Bastos, Julia Barreto, Camille Vizzoni, Yasmin Ciriaca de Oliveira, Igor Vieira Careiro, Ludmila Maria Gomes da Costa, Mariana Oliveira

Revisão

Jorgelina Rivera, Camille Vizzoni e Ludmila Maria Gomes da Costa

Bolsistas:

Julia Barreto (PIBIAC - PR1); Igor Vieira Carneiro (Bolsa em Desenvolvimento Acadêmico), Yasmin Ciriaca de Oliveira (Bolsa em Desenvolvimento Acadêmico)

Colaboradores da Edição

Jorge Murilo de Carvalho, Divina Emanuela da Silva Alves, José Ronaldo (Fundar), Lia Faria (PROPE-DUERJ), Libania Xavier (FEUFRJ), Ricardo José de Azevedo Marinho (Unyleya Educacional), Mano Wladimir (PUC), Pedro Sánchez (EBA), Davit Chargel

Fotos

Renata Bastos foto: CIEP que se tornou o Colégio Universitário Geraldo Reis da UFF; Thalita Campbell fotos: segunda página, contracapa e da Versus Imagem; & fotógrafo Stefan Rosenbaum foto: prof. Darcy Ribeiro.

Apoio Institucional

Coordenação de Tecnologia, Informação e Comunicação do CCJE, Gabinete da Reitoria, Secretaria do CONSUNI, Superintendência CFCH, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC) / Memorial Gétulio Vargas, Fundação Darcy Ribeiro, Sociedade Fluminense de Fotografia

Agradecimentos

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comitê Acadêmico Historias Regionales y Fronteras dela Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), Fundação Darcy Ribeiro, Ação de Extensão da UFRJ Vida Pública - Os temas republicanos nos Espaços Escolares e de Ensino, Ação de Extensão da UFRJ Encontros Internacionais: Os brasileiros entre outros Hispânicos

Revista VERSUS

Publicação semestral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

Antonio Licha
Editor

O Brasil comemora 200 anos de sua independência. Este marco tão importante para a história do país precisa ser comemorado. A Revista Versus participa dessas celebrações lembrando nomes e eventos que foram significativos, ao longo desse período, nos campos da arte, da ciência e da política. Aproveitamos o Bicentenário para discutir as questões sociais que vem ganhando visibilidade. Isso permite propor um diálogo amplo com vários setores da sociedade e problematizar nossa própria realidade. Passeamos por fatos e personagens marcantes desse período histórico. Alguns são mais conhecidos que outros. Mas eles deixaram um legado de resistência e bravura. Em todos os casos são pessoas que assumiram uma identidade própria

e independente, desenvolvendo uma cultura diversa e democrática. Temos a oportunidade de repensar relações sociais, políticas, econômicas. Por estarem consolidadas numa identidade nacional, essas relações exigem um imenso esforço para serem transformadas. É impossível dizer que a independência estará concluída enquanto existirem as amarras do racismo, da desigualdade, da fome, da miséria e dos problemas de gênero. O país precisa lutar a cada momento para manter-se vivo, já que a história não decreta o destino de um país. Escolhas precisam ser feitas e a revisão proposta neste número nos ajuda a corrigir trajetórias.

CONHEÇA A VERSUS:
VERSUS.CCJE.UFRJ.BR VERSUS.



EDIÇÃO ANTERIOR

SUMÁRIO

EDIÇÃO Nº 10

JOSÉ BONIFÁCIO E IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Igor Vieira Carneiro

O REVELAR DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DAS INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA LATINA

Renata Bastos

A RÉPUBLICA E O MUSEU

Mariane Aparecida do Nascimento

UMA FALSA INDEPENDÊNCIA

Karoline de Lima Gomes

22 EM TRÊS TEMPOS

Matheus Vasini
Ana Carolina Sampaio

A CONSTITUINTE NO PÓS INDEPENDÊNCIA

Gabriel Souza Luna
Leônidas Louzada
Bruno Rodrigues Vieira

O BRASIL CONQUISTOU SUA INDEPENDÊNCIA NO FUTEBOL?

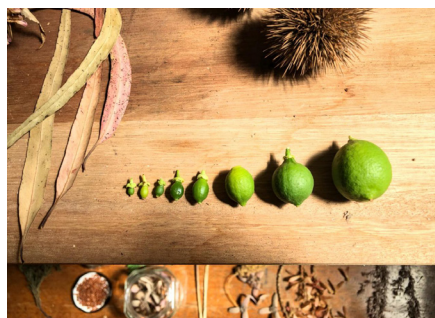
Francisco Marinho Falcão Cramer Ribeiro

BICENTENÁRIO DO BRASIL (1822-2022): PERSPECTIVAS E DESAFIOS

LA INDEPENDENCIA DEL BRASIL: ITINERARIO HISTÓRICO Y ACTUALIDAD BICENTENARIA

Sonia Rosa Tedeschi

#VERSUSimagem



CAUSAS IDENTITÁRIAS, DEMANDAS UNIVERSAIS

Celia Lessa Kerstenetzky

INFLAÇÃO: TEORIA E POLÍTICA

Kaio Pimentel¹

AS CAPITAIS

Julia Barreto
Camille Vizzoni
Mariana Oliveira

DARCY RIBEIRO

Ludmila Maria Gomes da Costa

DONA IVONE LARA

Yasmin Ciriaca de Oliveira e Ludmila Maria Gomes da Costa



José Bonifácio e Imperatriz Leopoldina:

das veias deles, correu o primeiro sangue e sonho do Brasil

IGOR VIEIRA CARNEIRO

“Eu vejo a vida melhor no futuro / Eu vejo isso por cima de um muro (...). Eu vejo um novo começo de era / de gente fina elegante e sincera”, diz o músico brasileiro Lulu Santos na canção “Tempos Modernos”, 1982.

O músico americano Bob Dylan também já havia apontado para mudanças sociais através da música “The Times They Are-A-Changein”, de 1964, no trecho: “É melhor você começar a nadar ou vai afogar como uma pedra / Pois os tempos estão mudando”.

Nos 200 anos de Independência do Brasil, que se comemora em 2022, é utilitário parar por um tempo – mas não demais, para não afogar como uma pedra – e pensar no que mudou e no que não mudou nesse tempo. As expectativas de muitos brasileiros de outrora

foram levadas pelos ventos da costa nordestina, porém, ao subir os planaltos e planícies do centro brasileiro, foi possível avistar outras mudanças que ocorreram, esperadas ou não – mas com intento e intenção – no território brasileiro. É possível dizer que o Brasil seria uma “metamorfose ambulante”, como diz o poeta da canção “Sociedade Alternativa”, Raul Seixas.

Um dos filhos do Brasil com grandes expectativas para o país foi José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro, político, intelectual e brasileiro, que feito e nascido dessa terra, foi pai da sua Independência e, em 2018 foi reconhecido oficialmente como Patrono da Independência. Na canção anteriormente mencionada de Bob Dylan, um dos trechos diz: “Venham senadores e deputados / Por fa-



A Redenção de Cam, Modesto Brocos
Fonte: Agência Senado

vor ouçam o chamado / Não fiquem parados na porta / não bloqueiem o hall”, e, felizmente, Bonifácio, homem das ciências, da literatura, da filosofia, da administração e da mineralogia não foi um político que bloqueou a passagem, mas sim, liderou o caminho, fazendo o Brasil passar de colônia para um país livre e liberto.

José Bonifácio, como homem de confiança de Dom Pedro I — que, por sua vez, não era um homem de confiança — teve a árdua tarefa de: fundar um governo nacional, impedir a secessão das províncias, coordenar os impulsos revolucionários num sentido construtivo, preparar a ruptura com

a antiga metrópole. Bonifácio era o único homem apto a empreender todos esses feitos.

Porém, seu povo foi liberto? E se não é liberto, será que é mesmo independente? Eis a questão.

Leopoldina e Bonifácio: o apreço em comum pelo povo brasileiro

Neste mesmo contexto da história do Brasil, outra figura que, assim como Bonifácio, teve atuação fundamental no processo de independência do país foi a Imperatriz Maria Leopoldina. Esposa de Dom Pedro I e Imperatriz consorte, Leopoldina veio para o Brasil em 1817, com apenas 20 anos, quando ainda não era imperatriz, e sim esposa do futuro imperador, em um casamento realizado na Áustria, seu país de nascimento, por procuração. País de nascimento, sim, pois Leopoldina era brasileira, a epítome de brasileira. Importante notar que o gentílico dado aqui está mais na posição de adjetivo pois, como disse em entrevista, o pesquisador de História do Brasil, José Murilo de Carvalho: “Não se pode falar em ‘sentimento brasileiro’ na época. Ele não existia. Nem mesmo havia concordância sobre o patronímico: brasileiro, brasilense, brasílico. ‘Brasileiro’ tinha mesmo sentido pejorativo”. Mas em referência à terra, diz o escritor Paulo Rezzutti, ela “abraçou o Brasil como seu país, os brasileiros como o seu povo e a Independência como a sua causa”(REZZUTTI, 2017, p. 17).

Em cartas escritas a Bonifácio, Leopoldina marcava uma explícita distinção entre os europeus e os brasileiros: aqueles, corruptíveis, gananciosos, absolutistas e frios, enquanto estes eram progressistas, constitucionais e calorosos. Quando apresentou os seus filhos a Bonifácio, em uma viagem dele passando pelo interior de São Paulo — primeira vez que se encontraram depois de várias correspondências trocadas — os apresentou como brasileiros e pediu sua proteção. Ela foi uma mulher também das ciências, da literatura, da filosofia, e de importante educação formal que recebeu para ser princesa — pois a tradição na Áustria era de que as princesas e rainhas não eram ornamentos da corte e, sim, preparadas para governar. Nessa educação, também aprendeu e se interessou especialmente por botânica e mineralogia. Por esta e outras ciências se deu a amizade com Bonifácio e o reconhecimento como iguais.

José Bonifácio de Carvalho, professor da UFRJ e um dos maiores pesquisadores de história do Brasil, em entrevista, nos diz que o princípio do sentimento brasileiro foi com a Guerra do Paraguai, travada entre os anos de 1864 e 1870, devido à união frente a um inimigo externo comum: “Foi quando soldados de todo o país se encontraram no campo de batalha, ouviram o hino nacional e saudaram a mesma bandeira. Antes, éramos um arquipélago”.

Impugnação da escravatura

Ambos os personagens históricos eram veementemente contra a escravidão. Bonifácio, quando regressou ao Brasil depois de décadas em Portugal, logo avistou este pecado histórico, que em seu tempo, na metrópole, havia aumentado em volume e intensidade, pois a economia brasileira já era completamente dependente da mão de obra escrava — dependente aqui escrito na ideia de vício —, e tal argumento foi utilizado incansavelmente pelos fazendeiros e latifundiários. Em 1823, o pai da Independência enviou uma representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, denominada “Contra a escravatura”, em que escreveu:

O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio de escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos, todos os seus gozos domésticos e civis. (ANDRADA E

SILVA, 1823, p.25)

Logo, Bonifácio defendia a escravidão abolida gradualmente, com a concomitante integração do preto e do indígena na nação brasileira, a partir da concessão de terras e de educação, o que os forneceria meios de subsistência. Para ele, os pretos não eram um povo bárbaro pela sua cor ou etnia, mas eram sim barbarizados por conta da sua condição de escravo na América. Além disso, alertava para o perigo à ordem, pois sua condição de escravizados fazia com que fossem inimigos dentro da nação, algo que o mundo, e especialmente a América temia, por conta do Haitianismo, isto é, o medo de que ocorresse uma revolução sangrenta feita pelos escravos, à la Haiti.

No entanto, as elites atrasadas da época não estavam dispostas a pagar o preço dessa — e de outras — reformas, e a escravidão só foi abolida décadas mais tarde e não houve nenhuma compensação ou integração dos ex-escravizados. O resultado é um contingente de pretos e pretas que tiveram a sua liberdade dada apenas no papel e uma economia que não se inovou; ou melhor, até se inovou de forma tecnológica, mas não se diversificou.

Bonifácio, um homem à frente do seu tempo, havia percebido que seria crucial para o Brasil modernizar sua economia, a partir daquela época. Em uma de suas viagens ao interior do país, dessa vez na região de São Paulo, fez visitas à Fundação Ipanema, feita

para produzir aço para as indústrias. O projeto, entretanto, falhou por uma miríade de motivos, como a falta de mão de obra especializada pois, mesmo com trabalhadores vindo da Europa, os brasileiros não possuíam tal know-how, matéria-prima e estrutura, pois até mesmo tijolos apropriados faltavam para fazer alto-forno. Em reflexão aos dias atuais, é possível perceber que o Brasil tem o know-how, mas eventualmente não possui mercado e áreas de atuação, resultando na fuga de cérebros de jovens que se formam aqui, não tem perspectiva e vão para o exterior.

Considerando o Brasil atualmente, nota-se que o país não teve realmente foi tempo para aprimorar: a Revolução Industrial já estava a todo vapor na Europa e, enquanto os outros países haviam acumulado capital, matéria prima e educado ao menos parte de seu povo, o Brasil havia, há pouco, saído da sua condição de colônia. A Europa teve tempo de errar incontáveis vezes para, enfim, refinar suas tecnologias e modelos de gestão; o Brasil e muitos outros Estados colonizados, não. Os poucos 200 anos de administração do Brasil exercida por brasileiros (e para todos), já iniciados em desvantagem em relação ao norte global, indicam que não há e não houve tanto tempo para errar, e até acertar, mas é insuportável o pensar do pensamento improvável de que o Brasil tenha um futuro de muitos erros e poucos acertos.

Poderio étnico brasileiro

Ainda no tocante à escravidão, mas em relação ao recorte étnico, Bonifácio também pensou nisso. Para ele, deveria ocorrer uma miscigenação no povo brasileiro para que os “choques étnicos” fossem reduzidos. Infelizmente, este ideal foi inteiramente perdido, já que o país foi presa fácil das teorias de racismo pseudocientífico do século XIX e XX, como o Mito do Delinquente Nato, de Cesare Lombroso, o branqueamento e a eugenia ou mesmo os ideais de beleza europeus, que estão arraigados até hoje no ideário brasileiro, e continuam se estendendo contemporaneamente com filtros de redes sociais e capas de revista retocadas digitalmente, que estão sendo combatidas na própria Europa. Todo o processo de miscigenação que o Brasil passou e passa pode ser facilmente compreendido e representado pelo quadro “A Redenção de Cam”, de 1895, do artista espanhol Modesto Brocos, ou pela própria fala do rapper Emicida, no programa Altas Horas da Rede Globo, em 2015, em que disse que a miscigenação é “aplaudida quando embranquece”. Isso afeta até mesmo a justiça, que é feita por brancos, já que eles têm a oportunidade de ocupar posições de poder na sociedade.

A justiça apregoa o ideal de imparcialidade que, como nos diz a pesquisadora pós-moderna Iris Marion Young, é imperfeito,

acaba privilegiando determinada parcela social, sendo no ocidente os homens brancos e abastados. O processo de democracia participativa, para ela, “requer a suspensão das diferenças sociais, que tende a levar ao privilégio de alguns grupos cujas vozes e perspectivas dominam o público supostamente comum”. Os pretos e indígenas, então, são alijados da participação na sociedade, e suas experiências, realidades sociais e necessidades não são levadas em conta, desde o Brasil colonial até hoje. Isso não é diferente do que ocorria na relação entre brasileiros e portugueses no Brasil Império, pois as leis e decisões da colônia eram feitas por Portugal, por portugueses que muitas vezes nunca pisaram no Brasil, como diz o próprio Imperador D. Pedro I:

“Leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil não podem ser boas”. (VARNHAGEN, 1957, p. 119)



**Sessão do Conselho do Estado
Georgina de Albuquerque**

É neste ponto de vista masculino e branco que nasce a criação da Independência do Brasil, posteriormente à data, com um dos elementos sendo, por exemplo, o quadro “Independência ou Morte” de Pedro Américo, escolhido para representar o momento derradeiro da cisão com a metrópole, em uma imagem romantizada, povoado apenas de homens, com pouca representação do povo e protagonizado por D. Pedro I. Entretanto, é sabido que a independência foi construída lentamente, e por diversos agentes, como a Imperatriz Leopoldina, que reuniu o Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822 e urgiu o imperador, que estava em viagem a São Paulo e ainda desejava de se conciliar com Portugal, a declarar a Independência, pois os portugueses já não buscavam o entendimento, e sim o regresso às condições brasileiras pré-1808, ou seja, o retorno ao status de colônia. No primeiro aniversário do centenário da Independência, ocorreu a Exposição Internacional de 1922, em que foram exibidos os ganhadores do concurso de pinturas sobre a Independência. Georgina de Albuquerque, uma das primeiras artistas se destacou como pintora na sociedade regressa, pintou o quadro “Sessão do Conselho de Estado”, sendo a única que retratou tal momento protagonizado pela mulher cujo valor e papel político foi deixado de lado na história: a Impera-

pintou o quadro “Sessão do Conselho de Estado”, sendo a única que retratou tal momento protagonizado pela mulher cujo valor e papel político foi deixado de lado na história: a Imperatriz, que recebe o conselho de José Bonifácio de enviar a famosa carta para o Imperador.

No livro “Raízes do Brasil”, do lendário intelectual, pesquisador e escritor Sérgio Buarque de Hollanda, ele descreve os valores que construíram no processo histórico desde a colonização portuguesa. O autor diz que “a tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda”(HOLLANDA, 1984 , p. 139), e em outro trecho, Hollanda pontua que “a ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos, e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina”(apud HOLLANDA, p. 138). Nestas últimas duas passagens, o livro critica a ideia do liberalismo frio e impessoal, defendidos por países do norte global como a solução: pode ter funcionado para eles, mas como nação, esses países se constituíram de forma extremamente diferente da América Latina.

“Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical, não constituiu, na América Portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma nova pátria longe da sua”(HOLLANDA, 1984 , p. 36)

Esse é um dos valores que se perdeu, mas que deveria ser deixado vivo no Brasil. Outra coisa que não se encontra no livro apenas em um trecho, mas de forma pulverizada, com efeito de reforço da ideia, é a noção de que o Brasil não pode continuar buscando modelos externos de governança, de sociedade, de vida e de país, que em nada se adequam à vida e ao povo daqui; talvez seja essa a explicação para o “gigante adormecido”.

Legado de Bonifácio e Leopoldina

O que foi descrito pode ser exemplo da falta de um sentimento de nação, assim como de memória: cidadãos que esquecem seus compatriotas do passado acabam criando novas desigualdades, ou apenas repaginando as antigas, mas com outros atores. Se o Brasil não quer perder a memória de Bonifácio e Leopoldina, deve se lembrar do que fizeram e o que defendiam. Bonifácio foi um homem que se mostrou um amigo e um político da corte para D. Pedro I, aguentando as birras do imperador – que eram inúmeras –, as exonerações seguidas de novos convites, típicos de um governante indeciso, e enfrentamento de homens da política que se ressentiam do favoritismo de Pedro para com Bonifácio, como o próprio Gonçalves Ledo. Os brasileiros também esqueceram o que significa liberdade, transmutando o sentimento para uma liberdade de

consumo, de proferir discurso de ódio, de não se vacinar e não acreditar na ciência, de ser truculento. Basicamente, uma liberdade de odiar terceiros e descolocar em primeiro lugar.

Em seu tempo, Bonifácio era a favor do pensamento, da ciência, da racionalidade, da liberdade; ele era membro da Academia de Ciências de Lisboa, integrado com apenas 26 anos, e a favor do movimento da Ilustração, e por isso acreditava que não era o papel dos cientistas de estarem reclusos em seus escritórios, estudando teorias, e sim que eles deveriam estar no mundo, criando soluções para os problemas de forma prática. Portanto, depois de formado o país, impedido de acessar e rompendo com a metrópole, ele desejava utilizar seu conhecimento e saber para forjar e aprimorar a nação brasileira. Era necessário, então, inovar a economia e proteger o meio ambiente das práticas agrícolas predatórias, e, como dito anteriormente, também integrar o preto e o indígena, miscigenar a população, tudo isso de forma a construir um sentimento.

Era necessário, então, inovar a economia e proteger o meio ambiente das práticas agrícolas predatórias, e, como dito anteriormente, também integrar o preto e o indígena, miscigenar a população, tudo isso de forma a construir um sentimento de nação nos agora cidadãos brasileiros.

Porém, percebemos que o projeto de

Bonifácio não foi a frente e chegamos no bicentenário da Independência com diversos problemas e poucas ideias realmente discutidas. Os avanços, é claro, ocorreram: há uma taxa considerável de alfabetizados no país, o sufrágio é verdadeiramente universal, a economia se solidificou, foram criadas diversas universidades públicas, mais direitos foram garantidos na constituição promulgada de 1988 pós-ditadura militar, foi criado o SUS, as instituições civis se fortaleceram.

Nos dias atuais, nós, brasileiros, assistimos aos mesmos Jornais Nacionais, ficamos sabendo de

acontecimentos em outros lugares e nos comunicamos e relacionamos com pessoas de todo o território nacional, graças à internet e aos meios de comunicação; consumimos carne do sul, frutas do centro-oeste, açaí do norte; ouvimos músicas de compositores nordestinos e assistimos produtos culturais feitos no sudeste. O Brasil está interligado, mas não inteiramente unido. Entre síndrome de vira-lata e entreguismo nacional, os conterrâneos de hoje devem, em retrospecto, pensar na figura da Imperatriz e de José Bonifácio e se inspirar em seus valores para uma fundação do sen-

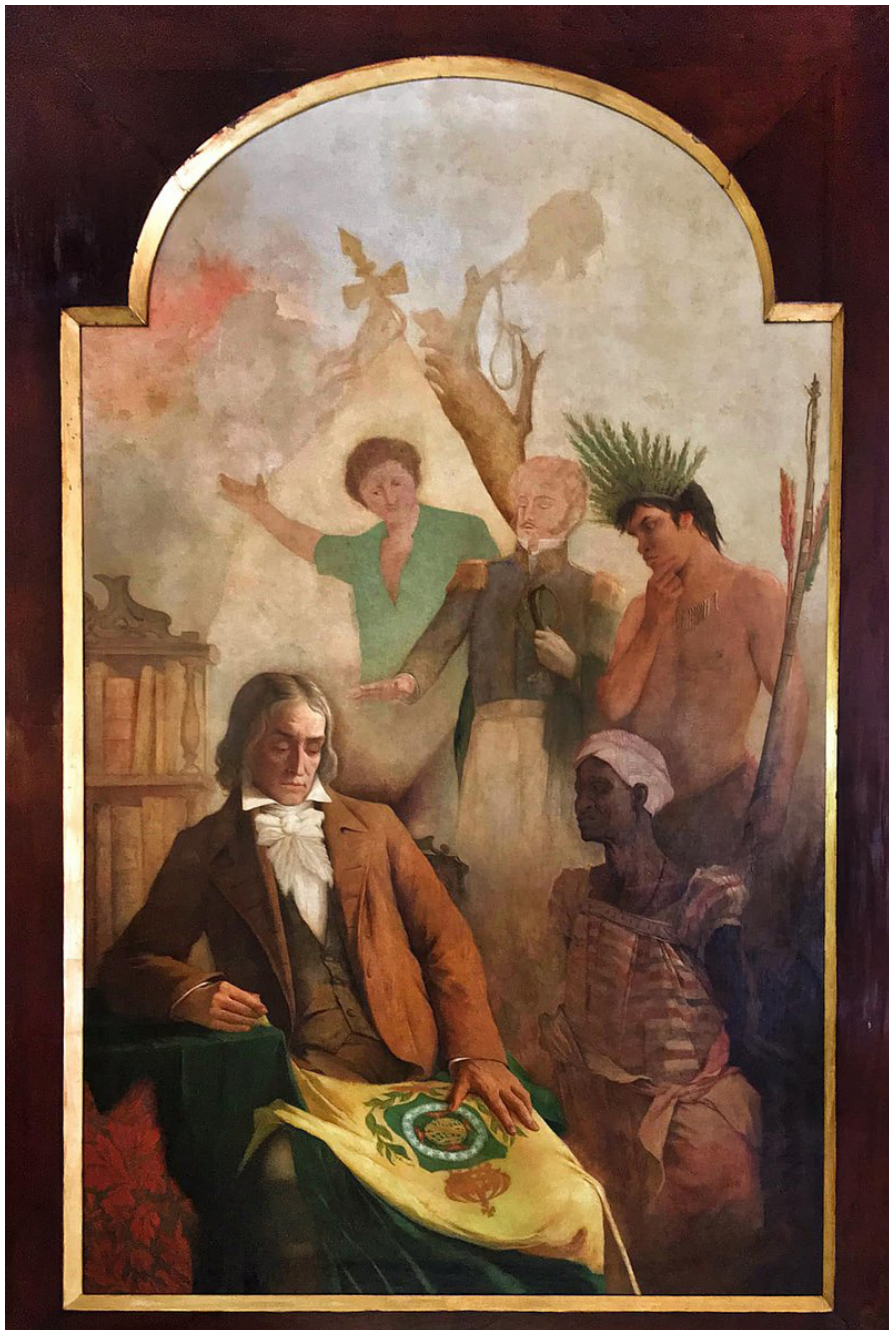
timento de ser brasileiro – que existe, mas se manifesta de forma instável e volátil – em sólidas bases, nessa retomada aos engasgos, imprescindível nos 200 anos de Independência.

Brasileiros e brasileiras, nossos irmãos e irmãs da mesma pátria, rica, mas castigada; solar, mas sombria; gigante, mas cambaleante; antiga, mas desmemoriada: juntos vamos sedimentar o sentimento de ser brasileiro.

Esse é um chamado para sermos calorosos não apenas com conhecidos, mas com o outro que passa por necessidades, tem muita fome e pouco teto, que vive na periferia da sociedade; um chamado para

olharmos uns aos outros, para nossas peles, narizes e cabelos, e respeitar e amar as diferenças, que é o que nos une; um chamado para amarmos o progresso e sermos progressistas, economicamente, tecnologicamente, politicamente e em corpo e alma; um chamado para substituírmos o ódio pelo amor, compreensão e escuta. Sejamos a gente “fina, elegante e sincera”. Não bloqueiam a porta. Nos unimos em tempo de guerra, sim, mas iremos também em tempo de paz, que também requer mudanças. Vamos de braços juntos, pois nós brasileiros somos o melhor do Brasil.

NÓS BRASILEIROS SOMOS O MELHOR DO BRASIL



José Bonifácio, a fundação da Pátria.

Autor: Eduardo de Sá.



O revelar da participação das mulheres nos processos das independências da América Latina

RENATA BASTOS DA SILVA¹


A administração do Estado brasileiro completou 200 anos em setembro de 2022. Nossa efeméride mais significativa para a reflexão sobre o processo de construção do Estado e da nação nos aponta para o desafio político-institucional de reafirmar o caminho virtuoso para a consolidação de nossa república democrática, especialmente sob as bases do pacto político e social que redundou na Carta Constitucional de 1988.

A formação de Estados nacionais significava promover a pacificação, a demarcação dos limites geográficos, a administração e o sistema jurídico. A ideia da nação como pátria é construída através da tentativa de consolidação de projetos de civilização e sociabilidade. Também palco de guerras, de disputas territoriais e de consolidação de uma pátria crioula sobre as antigas culturas indígenas. Neste sentido, o Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL), dirigido e fundado por Sara Beatriz Guardia,

vem promovendo encontros, desde 2009, que resultaram em publicações para estimular a pesquisa sobre o papel das mulheres nos processos de independência do nosso continente americano, em especial na região ibero-americano, de países colonizados por Espanha, e o nosso Brasil, por Portugal. Promover um campo interdisciplinar de estudo da história das mulheres na América Latina, com o propósito de reconstruir sua presença silenciada, foi o objetivo dos Simpósios, os quais participamos e que foram organizados pelo CEMHAL.

Na página do CEMHAL – <https://www.cemhal.org/simposios4.html> – encontramos a chamada para a discussão do Bicentenário da Independência da América Latina com o objetivo de contribuir para a reconstrução da presença ativa das mulheres no processo da nossa independência e de transcender o imaginário coletivo que as apresenta apenas bordando bandeiras, doando suas joias e curando.

¹ Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da área de Administração Pública – Evolução Histórica e Realidade Atual da Administração Pública no Brasil. Autora do livro Lord Keynes pelo Amauta Mariátegui: A crítica da Economia de Keynes na Política de Mariátegui. Jundiaí(SP): PACO Editorial, 2019.



Nesta perspectiva, o CEMHAL convocou o IV Simpósio Internacional Mulheres na Independência da América Latina, realizado em Lima nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2009, sob os auspícios da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de San Martín de Porres, da Representação da UNESCO no Peru e do Acordo Andrés Bello.

De 1808 a 1826, quase todos os territórios da América Latina se dedicaram a conquistar sua independência do domínio espanhol, e no caso do Brasil, do português. Marcos importantes do século XVIII foram a rebelião de José Gabriel Tupac Amaru, no vice-reinado do Peru (1780-1781), a insurreição dos irmãos Catari em Potosí, Bolívia (1781), a revolta dos membros da comunidade do Paraguai (1717). -1735), o Vice-reinado de Nova Granada, Colômbia, (1781), entre outros. Em 25 de maio de 1809, foi constituída a primeira Junta que rompeu com a Espanha, e significou o Primeiro Grito Libertário da América após a revolta popular que depôs as autoridades da Audiência de Charcas na cidade de Chuquisaca (Sucre – Bolívia). Em 16 de julho, a Junta de La Paz nomeou como presidente o patriota Pedro Domingo Murillo, executado em 10 de janeiro de 1810. Em 9 de agosto de 1809, na cidade de Quito, a Junta proclamou a soberania do povo e, em 11 de outubro de 1810, anunciou a independência do Equador. Em 16 de

setembro de 1810, Miguel Hidalgo iniciou a luta pela independência no Vice-Reino da Nova Espanha, no México. A partir de 1817, a guerra tornou-se geral em toda a região.

Ao final da independência da América Latina, no século XIX, os estados nascentes criaram seus “heróis nacionais”. Nesse processo, surgiram e se delinearão os rostos dos homens que forjaram a emancipação de Portugal (caso do Brasil) e Espanha, mas nenhuma mulher recebeu tal reconhecimento. Somente no final do século XX, a presença das mulheres no processo emancipatório e, portanto, na construção das nações, passou a ter registro em nossa história.

Destacamos que no caso do Brasil, já na década de 1980, há pesquisas sobre a participação da mulher no cotidiano da nossa história, quando a historiadora Maria Odila da Silva Leite Dias, como resultado de suas investigações, publica o artigo intitulado *Mulheres sem História* (1983), no qual afirma que:

A urbanização incipiente da cidade de São Paulo, a partir do último quartel do século XVIII até as vésperas da Abolição, envolvia uma população majoritariamente feminina e, no entanto, poucas mulheres aparecem nas histórias da cidade. (DIAS, M. O. L. da S. 1983, p. 31)


Não obstante, a historiadora Maria Lígia Coelho Prado, da Universidade de São Paulo (USP), esteve presente no IV Simpósio.

Internacional Mulheres na Independência da América Latina. Na mesa “Gênero e Independência en la historiografía de América Latina”, Maria Lígia discutiu o tema de Gênero e Política na Independência do Brasil. Também estive presente apresentando a comunicação “Duas Gerações de Damas na Independência Brasileira”, que depois foi publicada em forma de artigo no seguinte livro: *Las Mujeres En La Independencia de América Latina*². Assim, dávamos início a uma investigação tão instigante que, nesse ano de 2022, tivemos a grata surpresa de sermos brindados com o *Mulheres na Independência*, um *podcast* com seis episódios, um por semana, dedicados a heroínas nacionais. O roteiro e a apresentação são de Antonia Pellegrino, e a pesquisa foi feita pela historiadora Heloisa Starling e seu grupo “República”, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O primeiro episódio foi dedicado à Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, líder desconhecida da Conjuração Mineira (1789-1792). Até 7 de setembro, a cada quarta-feira, foram postados os demais episódios: Bárbara de Alencar (Revolução Pernambucana, 1817); o trio Maria Felipa de Oliveira, Urania Vanério e Maria Quitéria (referências na Independência da Bahia, 1822-1823); e a Imperatriz Leopoldina (Proclamação da Independência, 1822).

No caso da história da administração pública de nosso país, em nosso Bicentenário da Independência salientamos o papel da Imperatriz Leopoldina na Independência do Brasil. Casada com D. Pedro I, a arquiduquesa austríaca, sobrinha de Maria Antonieta — que perdeu a cabeça nas guilhotinas francesas —, em 2 de setembro de 1822 presidiu o conselho de Estado, no Rio de Janeiro, assinando uma recomendação para que Pedro I declarasse a Independência. Portanto, a independência do Brasil em relação a Portugal foi firmada e, como o momento histórico, ocorreu durante a regência da Imperatriz, ela se tornou a primeira mulher a governar o Brasil, ocupando o cargo interinamente por alguns dias. Tive a grata oportunidade de tratar do tema da participação da Imperatriz Leopoldina no dia 07 de setembro de 2022, na Casa de José Bonifácio que foi residência de exílio do Patrono da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, entre 1830 e 1838, ano de sua morte. A casa localiza-se na Ilha de Paquetá, na cidade do Rio de Janeiro. É um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na data de 13 de abril de 1938.

As pesquisas sobre a participação da Imperatriz Leopoldina ainda são

² Pode ser acessado através do link: <https://www.cemhal.org/publicaciones6.html>



recentes e torna-se um desafio a revelar. O livro de Paulo Rezzutti *D. Leopoldina a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*, nos aponta o que temos pela frente para investigarmos:

D. Leopoldina era uma estrategista, mais preparada e educada que d. Pedro. Teve a sua história diminuída e elevada à categoria de santa, mártir de paciência por tudo o que sofreu no Brasil. Aliás, coisa comum em nossa história são as mulheres entrarem nela ou como santas ou como devassas. Esse é o ponto que une D. Leopoldina à marquesa de Santos: o papel político de ambas foi apagado, afinal, a política é o campo dos homens há milênios, e geralmente são eles que escrevem a história, com raras exceções. (REZZUTTI, 2019, p. 15)

Rezzutti usou como uma das fontes para escrever o livro o diário da época da juventude de D. Leopoldina, que de acordo com o autor, encontra-se no Museu Imperial. Além do diário, que segundo Rezzutti “nele, vemos uma adolescente impetuosa, cheia de vida” (Rezzutti, 2019, 15), outra fonte foi o arquivo da condessa Maria Ana von Kuhnburg, nobre austríaca que acompanhou D. Leopoldina em sua viagem de Viena até o Rio de Janeiro, em 1817 (REZZUTTI, 2019, p. 16). Esse conjunto arquivístico, salienta Rezzutti, chegou ao Brasil em meados de 1970 e, entre diários e cartas relativos à viagem ao Rio, havia também um álbum de desenhos feitos por Joseph Fruhbeck, desenhista amador que seguiu na comitiva da princesa Leopoldina como auxiliar de bibliotecário.

Independência

D. Pedro I, em agosto de 1822, viaja a São Paulo para apaziguar os conflitos políticos, visto que parte do governo local decidiu voltar-se a Portugal (REZZUTTI, 2019, p. 226). Assim, em 13 de agosto de 1822, D. Pedro I nomeou D. Leopoldina para ocupar, em sua ausência, a regência; portanto, presidindo o Conselho de Estado — como já mencionamos acima — composto pelos ministros e secretário de Estado (REZZUTTI, 2019, p. 227). No entanto, de acordo com Rezzutti (2019, p.227):

O poder da princesa era limitado, e o que ela decidisse teria que passar pela aprovação do marido “Tudo me dará imediatamente parte para receber a minha aprovação e ratificação, pois espero que nada obrará que não seja conforme às leis existentes e aos sólidos interesses d’Estado”. Isso explica a quantidade de despachos e cartas que ele receberia futuramente, a 7 de setembro, próximo ao riacho do Ipiranga, em São Paulo (REZZUTTI, 2019, p. 227).

Por outro lado, a província da Bahia se juntaria ao governo do Rio de Janeiro, em início de março de 1822, e combatia em seu território desde então os portugueses. Segundo Rezzutti (p. 229), “a Bahia foi a primeira província a declarar a sua independência de Portugal e seria a última a se ver livre das tropas portuguesas”. Nessa perspectiva, foi entregue à regente uma mensagem assinada por 186 damas daquela província, apoiando a autonomia do governo, que de acordo com Rezzutti (p. 229), “foi uma das primeiras demonstrações públicas de

que o povo brasileiro passava a reconhecer D. Leopoldina como uma aliada e uma das responsáveis por se evitar que o Brasil voltasse a ser colonizado novamente por Portugal”. O autor também ressalta o papel da jovem Maria Quitéria, heroína baiana, natural de Feira de Santana (BA), que se passou por homem para lutar pela independência da Bahia e do Brasil — personalidade pouco lembrada.

Mas foi na sessão do dia 02 de setembro do Conselho de Estado, convocada e presidida por D. Leopoldina no Palácio de São Cristóvão, que se alinhavaram os caminhos para a independência do Brasil, como respostas às cortes portuguesas que solicitavam a volta imediata do príncipe regente e de sua esposa à Portugal (REZZUTTI, 2019, p. 231). Rezzutti (p.232) distingue o artigo de Carlos H. Oberacker Jr. intitulado *O grito do Ipiranga* (1972), o qual destaca a carta da princesa Leopoldina, além das de José Bonifácio, em seguida à reunião do Conselho, ambas encorajando D. Pedro a ir de acordo com a vontade do povo brasileiro e proclamar a independência do Brasil das cortes de Portugal. Assim, no dia 07 de setembro, conforme ressalta Rezzutti, antes de seguir a São Paulo, D. Pedro dá o conhecido grito do Ipiranga em seguida as informações e missivas que recebeu:

As informações vindas de Portugal, provavelmente por meio da mala diplomática destinada a Hery Chamberlain, mais os despachos do Conselho e as cartas

de José Bonifácio e de d. Leopoldina, teriam levado o príncipe a um acesso de fúria (...) Eram quatro e meia da tarde. Tomando as rédeas de sua besta, d. Pedro esporeou-a e, seguido da guarda e da comitiva, partiu a galope para São Paulo, a primeira cidade a comemorar o Brasil oficialmente independente. (REZZUTTI, 2019, p. 234).

Destacamos, ainda que brevemente, o papel de D. Leopoldina no processo de independência política e administrativa do Brasil perante Portugal. Contudo, as pesquisas devem prosseguir para que seja revelado o papel de outras mulheres ao longo da história da administração pública brasileira, ao longo desses 200 anos de nosso país.

Não obstante, para contribuir e incentivar tais pesquisas e reflexões, em fevereiro deste ano a professora Sara Beatriz Guardia editou e lançou o livro *Las Mujeres en la Formación de los Estados Nacionales en América Latina y el Caribe*, que é o resultado de toda a contribuição que o CEMHAL fez sobre o envolvimento das mulheres latino-americanas nos processos de independência. Portanto, temos um vasto e árduo caminho para recuperar e registrar o papel das mulheres nos processos formativos de nossos Estados-nações, vamos ao desafio e congregamos todos a fazerem parte dessa história, para que os próximos 200 anos sejam vividos e escritos com mais inclusão republicana e democrática.



Para compor esta edição de número 10, a Versus lançou o Concurso de Melhor Artigo Acadêmico, a fim de selecionar textos que iriam ser publicados na revista, cujas temáticas tivessem relação com o Bicentenário da Independência. A inscrição foi voltada para discentes de graduação e pós-graduação de qualquer unidade da UFRJ com matrícula ativa. Ao final do concurso, cinco artigos foram selecionados para publicação, estando disponíveis nas páginas a seguir.

A REPÚBLICA E O MUSEU NACIONAL: TRAJETÓRIAS BICENTENÁRIAS

MARIANE APARECIDA DO NASCIMENTO VIEIRA¹



Representação da fachada do Museu Imperial em uma matriz litográfica

Introdução

O presente artigo parte da interlocução entre a instituição científica mais antiga do Brasil, o Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, e o regime republicano. A aproximação mais evidente é o marco temporal de mais de duzentos anos de trajetória. Em termos da proposição tecida nas próximas páginas, o mote está no lugar ocupado pelo Museu Nacional na república brasileira e, especificamente, nas disputas entorno de seu edifício sede.

O museu criado por um decreto real se consolidou como locus de pesquisa, ensino e extensão no período republicano e, em especial, quando passou a pertencer à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1946. Foi o governo republicano quem destinou o Paço de São Cristóvão como casa do Museu Nacional. O museu criado por um decreto real se consolidou como locus de pesquisa, ensino e extensão no período republicano e, em especial, quando passou a pertencer à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1946.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).

Foi o governo republicano quem destinou o Paço de São Cristóvão como casa do Museu Nacional. No entanto, o incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018 colocou em debate a gestão universitária e em disputa o uso do edifício histórico.

Este breve percurso pelo histórico do museu visa observar as mudanças que o regime republicano trouxe e confrontar com as demandas que florescem diante do incêndio, de retomada de símbolos do período real e imperial. Diante do bicentenário da república, a questão que emerge é sobre qual memória prevalecerá: O Paço de São Cristóvão é a casa da ciência ou da monarquia?

De Museu Real a Imperial e Nacional

D. João VI, em 6 de junho de 1818, através de um decreto criou um museu na corte a ser estabelecido em um edifício no Campo de Sant'Anna, e incorporou a este coleções preexistentes (IMPRESA NACIONAL, 1818, p. 60). Essa iniciativa está inserida no papel desempenhado pelos museus modernos em identificar e qualificar as riquezas presentes no território, em especial, das colônias, como também de “civilizar” a população (BENNETT, 1995, p. 278) e reunir em suas coleções os espécimes e artefatos que mostram indícios da existência de tais riquezas que, desde meados do século XVI, foram sendo coletadas por uma comunidade de colecionadores e naturalistas (FINDLEN, 1994, p. 449). No decorrer de sua trajetória, o museu foi atravessado por atribulados contextos políticos que culminaram no período imperial, em 1822, e republicano, a partir de 1889.

A república trouxe a possibilidade do Paço de

São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, residência da família real e imperial, ser utilizado pelo Museu Nacional. A instituição há anos vinha conjeturando possibilidades de ampliação do seu espaço, até então reduzido para as necessidades do museu que continuamente se expandiam. A partir das articulações do diretor à época, Ladislau Netto, em março de 1892 se iniciou a mudança das dependências no Campo de Sant'Anna para a Quinta da Boa Vista, após ter sido utilizada pela Constituinte (NETTO, 1892, p. 318). A mudança representou uma ampliação considerável de espaço e a aquisição de mobiliário e itens do acervo da família imperial (DANTAS, 2007).

O Paço de São Cristóvão está localizado na região que correspondia a Sesmaria dos jesuítas e que foi adquirida pelo comerciante luso-libanês Elias Antônio Lopes, quando estes foram expulsos (GOMES, 2017, p. 325). O comerciante construiu na propriedade uma grande casa, para os padrões da colônia, e a doou para a família real quando a corte se deslocou de Portugal para o Brasil (Ibidem). A cessão da propriedade trouxe não apenas títulos como de fidalgo da Casa Real, comenda da Ordem de Cristo, ressarcimento financeiro (MUSEU NACIONAL, 2007, p. 39), como viabilizou que Lopes se tornasse um dos mais prósperos no comércio de viventes nas Américas (CUNHA, 2021). No que tange à casa, foi alvo de diversas reformas e ampliações promovidas por D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II.

A própria república promoveu a desconfiguração do palácio enquanto casa da monarquia. Primeiramente, os bens da família

imperial foram leiloados, incluindo os que se encontravam no interior do Paço (DANTAS, 2007).

Posteriormente, o Governo Provisório Republicano (atuante entre 1890 e 1891) nomeou Betten-court da Silva, servidor do Ministério d'Estado dos Negócios do Interior para adaptar a arquitetura do Paço e sediar o congresso que gerou a primeira constituinte. Entre as modificações realizadas está a construção de uma cúpula que veio a ser retirada quando o edifício passou a ser ocupado pelo museu (Ibidem).

Esse momento em que as trajetórias do Museu Nacional e do Paço de São Cristóvão convergem aponta para as bases que permitiram que o museu se constituísse tal qual o conhecemos atualmente. Em outros termos, ainda que o decreto de criação remeta-se à monarquia, é no século XX e XXI que o museu se consolida como lócus de pesquisa, ensino e extensão. Quando o Paço teve suas portas abertas ao público, em 1900, já apresentava novas mudanças físicas na construção, como a demolição do Observatório Astronômico de D. Pedro II e ampliação de salas para receberem as exposições (MUSEU NACIONAL, 2007, p. 39).

Em relação à posição da instituição no cenário republicano, é evidente a relação estreita entre o corpo de cientistas do Museu Nacional e o estado brasileiro. É ilustrativo o papel dos servidores do museu na elaboração de legislações voltadas à salvaguarda do patrimônio nacional. Por exemplo, Castro Faria propôs instrumentos jurídicos para a proteção dos sambaquis (CASTRO FARIA, 1998) e Heloísa Alberto Torres atuou no Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) que,



Foto da fachada do Museu Nacional e seu entorno. Foto por Roberto da Silva.

posteriormente, se tornaria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CASTRO FARIA, 2000). Na década de 1940, quando o museu passou a integrar a Universidade do Brasil, continuou a atuar juntamente ao estado, sobretudo por se consolidar como instituição científica de referência.

Entre os inúmeros projetos de impacto estratégico para o país em que o corpo social do museu atua está o Projeto Paleoantar, vinculado ao “Programa Antártico Brasileiro” que é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Parte da coleção oriunda desse projeto esteve na exposição “Quando nem tudo era gelo: novas descobertas no continente antártico”, aberta ao público em 16 de janeiro de 2019, no Centro Cultural Museu Casa da Moeda (BARBON, 2019). Esta exposição foi emblemática por ter sido a primeira

aberta ao público pelo Museu Nacional após o incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018, no edifício que foi a primeira casa da instituição.

Este breve histórico visou pontuar que, apesar de anteceder a república, o Museu Nacional é resultado do contexto republicano. Enquanto tal, vem há duzentos anos atuando de forma entremeada com o estado brasileiro, através dos serviços prestados por seu corpo de funcionários, alunos e terceirizados. Entretanto, o incêndio ocasionou perdas e debates variados, entre os quais, a disputa pelo Paço e, mais especificamente, pela memória da família real e imperial. Neste viés, percorrendo as disputas entorno da restauração do palácio, edifício histórico tombado pelo IPHAN, em 1998 (GOMES, Op. Cit.), analisaremos a presença de setores da sociedade que perpetuam um elo com a monarquia.

A quem pertence o palácio incendiado?

O fogo que atravessou todas as cômodos do Paço de São Cristóvão em 2 de setembro de 2018 não afetou apenas a construção histórica, mas danificou e destruiu parte considerável das coleções científicas que compõem o acervo do Museu Nacional, bem como laboratórios, reservas técnicas, salas de aula e área expositiva. Logo na primeira semana, uma série de esforços foram realizados para garantir a reconstrução da instituição, articulando diferentes atores institucionais que transcendem a gestão universitária e, em alguns momentos, a colocam em questão.

Enquanto a comunidade se organizou internamente criando uma série de comissões para realizar ações emergenciais, com ênfase para a criação

do Núcleo de Resgate de Acervos, a área do desastre passou para a gerência da Polícia Federal, visando a determinação da causa do sinistro (RODRIGUES-CARVALHO, 2021). Da gestão federal, se destaca o repasse de R\$10 milhões pelo Ministério da Educação (MEC) e o acordo firmado com a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a fim de gerenciar a elaboração dos projetos voltados para a restauração do palácio (COMITÊ..., 2018). Na guisa das críticas à gestão universitária, a medida provisória nº 850 propôs a criação da Agência Brasileira de Museus que, entre outras atribuições, viria a gerir a reconstrução do Museu Nacional, mas não foi implementada (BRASIL, 2018).

Uma nova estrutura de governança foi proposta a partir do projeto “Museu Nacional Vive”, fruto de um protocolo de intenções assinado entre a UFRJ, UNESCO, o Instituto Cultural Vale e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 31 de agosto de 2019. A nova estrutura de governança gere o processo de reconstrução do Museu Nacional e administra uma série de projetos que abarcam todas as áreas da instituição (palácio e seu entorno; Horto Botânico e o Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ), e foi homologada em 27 de fevereiro de 2020 pelo Boletim Universitário (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2022). A governança é formada por um Comitê Executivo, que inclui um Grupo Técnico de Gerenciamento; um Grupo de Trabalho de Segurança e Sustentabilidade Pós-Inauguração e; um Comitê Institucional (MUSEU NACIONAL, 2020-2021).

O andamento dos projetos geridos pela nova estrutura de governança suscitou acusações provenientes de setores do governo e foi alvo de uma auditoria da Controladoria Geral da União (CGU). O *Jornal do Brasil*, em 12 de agosto de 2022, publicou a matéria “Labaredas ainda queimam o Museu Nacional” denunciando que a empresa contratada para elaborar os projetos básico e executivo de restauração do Paço foi aprovada por um servidor do IPHAN com relação de parentesco com funcionários dessa mesma empresa (JORNAL DO BRASIL, 2022). A mesma reportagem foi republicada pelo *Diário do Rio* no dia seguinte e teve continuidade em mais duas reportagens. No dia 14 de agosto de 2022, os dois jornais publicaram juntamente fazendo referência a um relatório do Tribunal de Contas da União que citaria uma série de irregularidades na gestão universitária, que a reportagem associa à culminância do desastre (JORNAL DO BRASIL; DIÁRIO DO RIO, 2022). E, no dia 17 de agosto de 2022, novamente em uma reportagem em conjunto, os jornais revelam que seriam os sogros de um servidor do IPHAN que trabalhariam como arquitetos na empresa que venceu a licitação.

A última reportagem também trouxe fotografias de um ofício escrito e encaminhado por um grupo de deputados, liderados pela advogada e deputada federal Chris Tonietto, afiliada ao Partido Liberal (PL), do dia 8 de dezembro de 2021. Nesse ofício encaminhado ao ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, a suposta relação de parentesco é mencionada, a partir da qual é solicitada a paralisação das atividades de reconstrução até que sejam sanadas as suspeitas (JORNAL DO BRASIL, DIÁRIO DO

RIO, 2022).

A auditoria realizada pelo CGU analisou as ações empreendidas de 2018 a 2021 pela UFRJ/ Museu Nacional e indicou algumas inconsistências na nova estrutura de governança, como a

falta de um Plano de Trabalho no momento de sua aprovação pela universidade e na planilha orçamentária de captação de recursos para as primeiras obras de restauração do Paço de São Cristóvão. Nas conclusões da auditoria, foi atestado que o “atendimento aos dispositivos previstos na Seção III da Lei nº 13.019/2014, foi considerado satisfatório no âmbito das parcerias celebradas pela administração pública e organizações da sociedade civil vinculadas ao PMNV” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2022, p. 49). O relatório também frisou que a legislação não se aplica à atuação da UNESCO, que possui privilégios e imunidades por ser tratar de pessoa jurídica de direito internacional público. Por fim, o relatório não fez nenhuma menção à suposta relação de parentesco entre o servidor do IPHAN que aprovou a licitação e funcionários da empresa responsável por elaborar os projetos básico e executivo de restauração do edifício histórico.

As acusações não questionam apenas a gestão do processo de reconstrução, mas o próprio uso do Paço pelo Museu Nacional. Em 26 de março de 2021, a Folha de S. Paulo já havia sinalizado que setores monarquistas do governo pleitearam que o Paço fosse retirado da gestão universitária e passasse a sediar um centro turístico voltado para memória da família real/imperial (COLETTA, SALDAÑA, 2021). A proposta é anterior ao desastre e chegou a ser apresentada ao museu antes que

o superintendente do IPHAN do Rio de Janeiro, um dos apoiadores da proposta, assumisse o cargo (SÁ, 2021).

Breves notas

“Em política o chamado ‘grito do Ipiranga’ inaugurou a deformação da realidade de que ainda não nos libertamos e nos faz viver num como sonho de que só nos acordará alguma catástrofe benfeitora”. Paulo Prado, “Poesia Pau Brasil”, 1924.

A república, como toda forma de governo, é constituída de símbolos. No momento de sua instauração, empreendeu esforços para implementar uma nova estrutura política e se dissociar do regime monárquico. Contudo, como característico de um regime democrático, não alcança unanimidade em todos os setores da sociedade. Desse modo, é possível localizar a presença de apoiadores de um possível retorno à monarquia ou, no limite, da retomada de símbolos associados a esse regime.

A proposta de transformação do Paço de São Cristóvão, que desde 1892 é a casa do Museu Nacional, em um centro turístico dedicado à perpetuação da memória da família imperial, encontra cor no governo federal atual. Por exemplo, as comemorações do bicentenário da independência promovidas pelo governo brasileiro incluíram um esforço diplomático para trazer o corpo de D. Pedro I, que esteve exposto em Brasília, e participou, inclusive, de uma cerimônia que dentre os presentes estavam descendentes da família real (PEDUZZI, 2022).

Entretanto, mais que uma medida saudosa, a retirada do edifício histórico da gestão universi-

tária seria um anacronismo e um contrassenso. Para os que advogam pela república, a destinação do palácio para o Museu Nacional foi um dos primeiros atos republicanos, o que faz com que o palácio seja mais casa da ciência do que da memória monárquica. Para os que defendem uma retomada de símbolos da família real e imperial, o Museu Nacional não foi apenas criado por um decreto real, mas representa o início da ciência no Brasil, subsidiada pela própria monarquia, com destaque para a figura de D. Pedro II, que entrou para a história como o monarca intelectual e cientista.

Referências Bibliográficas

BARBON, Júlia. Museu Nacional inaugura exposição sobre Antártida, a primeira após incêndio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/01/museu-nacional-inaugura-exposicao-sobre-antartida-a-primeira-apos-incendio.shtml>. Acesso em: 28 set. 2022.

BENNETT, Tony. *The Birth of the museum*. London: Routledge, 1995.

CASTRO FARIA, Luiz. Heloísa Alberto Torres (1895-1977). In: _____. *Antropologia – escritos exumados. Espaços circunscritos – tempos soltos – 1*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1998, pp. 201-207.

CASTRO FARIA, Luiz. O problema da proteção aos sambaquis. In: _____. *Antropologia – escritos exumados – 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1999, pp. 237-296.

COLETTA, Ricardo Della; SALDAÑA, Paulo. Governo quer transformar Museu Nacional em Palácio Imperial e deixar acervo fora. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/03/governo-quer-transformar-museu-nacional-em-palacio-imperial-e-deixar-acervo-fora.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU); SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC). Relatório de avaliação / Museu Nacional - MN / Exercício 2018 - 2021. Rio de Janeiro, 13 set. 2022.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Arte the things really burnt? Hau: Journal Ethnographies, n. 11, v. 1, p. 291-298.

DANTAS, Regina. A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2007.

FINDLEN, Paula. Possessing Nature. Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy. USA: University of California Press, 1994.

GOMES, Ricarte Linhares. O visível e o invisível na Quinta da Boa Vista. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

JORNAL DO BRASIL; DIÁRIO DO RIO. Museu Nacional: Deputados denunciaram ‘irregularidades gravíssimas’ à CGU. Disponível em: <https://diariodorio.com/museu-nacional-deputados-denunciaram-irregularidades-gravissimas-a-cgu/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

JORNAL DO BRASIL. Labaredas ainda queimam o Museu Nacional, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/opiniao/editorial/2022/08/1039098-labaredas-ainda-queimam-o-museu-nacional.html#:~:text=O%20inc%C3%AAndio%20que%20>

0inc%C3%AAndio%20que%20atingiu%20o,como%20se%20nada%20tivesse%20acontecido. Acesso em: 31 ago. 2022.

IMPrensa Nacional. Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1889, p. 60-61.

LIMA, Patrícia. Processo de reconstrução do Museu Nacional é colocado sob suspeita. Disponível em: <https://diariodorio.com/processo-de-reconstrucao-do-museu-nacional-e-colocado-sob-suspeita>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850 de 10 de setembro de 2018. Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7870750&ts=1594019366489&disposition=inline>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comitê executivo irá definir passos para recuperação do Museu Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/68391-comite-executivo-ira-definir-passos-para-recuperacao-do-museu-nacional>. Acesso: 31 mar. 2021.

MUSEU NACIONAL. O Museu Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2007, 359p.

MUSEU NACIONAL. Projeto Museu Nacional Vive. Relatório 2020-2021. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2020-2021.

NETTO, Ladislau. Investigações histórias e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

PEDUZZI, Pedro. Brasil terá coração de D. Pedro I nas comemorações da independência. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-08/brasil-tera-coracao-de-d-pedro-i-nas-comemoracoes-da-independencia>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (Org.). 500 dias de resgate – Memória, coragem e imagem. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021.

UMA FALSA INDEPENDÊNCIA:

A INSURGÊNCIA LITERÁRIA COMO SINTOMA E CONSEQUÊNCIA DO CAPITALISMO EM UMA NOVA PERSPECTIVA DE LIBERDADE

KAROLINE DE LIMA GOMES¹

Considerações Iniciais

O presente artigo visa analisar, a partir dos textos “Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura” (1825), de José Bonifácio D’Andrada e Silva, e “O Abolicionismo” (1863), de Joaquim Nabuco, como o projeto de país apresentado pelos autores à época, sendo o fim gradual da escravidão e o fim imediato, respectivamente, eram contraditórios e insuficientes para a efetivação de uma verdadeira independência para a população negra, sob uma perspectiva marxista. Ambos, apesar da aparente divergência, visavam o capitalismo como solução para os problemas de desigualdade e inferioridade do negro na sociedade brasileira, algo que o século XXI se encarregou de escancarar como ilusão². Demonstrará, ainda, como se engendram estas diferentes perspectivas na literatura brasileira, sobretudo como a insurgência literária³ é um movimento necessário, inevitável do ponto de vista do sujeito individual e intrínseco às próprias condições

materiais desenvolvidas pelo capitalismo do nosso tempo do ponto de vista do sujeito coletivo e organizado.

Neste breve trabalho, buscaremos apresentar como e por que o racismo, mecanismo ideológico e econômico de dominação capitalista (MOURA, 1994), não pode ser superado neste sistema, tampouco a arte produzida nele, que é carregada, é claro, pelos valores reformistas defendidos e representados aqui por Bonifácio e Nabuco pode, em sua totalidade, transpô-lo. Pode, no entanto, como veremos, em alguma medida, se contrapor e utilizar-se de suas próprias amarras para confrontá-la.

Contradições sobre liberdade em Bonifácio e Nabuco

É possível fazer alguns apontamentos sobre o texto de Bonifácio⁴. Em primeiro lugar, são apresentadas duas coisas que precisam ser realizadas: (i) promover a civilização geral dos índios e (ii) criar lei sobre comércio da escravatura. A respeito

1 Bacharelada em Letras Português e Latim (UFRJ).

2 Em *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura afirma que “como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes.” (2014, p. 87)

3 O que chamo de insurgência literária é o movimento feito por escritores das camadas populares, sobretudo os pertencentes às minorias políticas, como negros, LGBT’s, mulheres e pessoas com deficiência, por exemplo, de romper com as barreiras canônicas da literatura, em forma e conteúdo, para exprimir anseios e reivindicações através da poesia.

4 Esclareço que a partir deste momento todas as citações referentes ao texto de José Bonifácio serão referenciadas como SILVA, pois é seu último sobrenome. No entanto, no corpo do texto, o autor será referido como José Bonifácio, vulgo adotado e já amplamente conhecido historicamente.

da integração dos negros escravizados, identificamos no próprio texto os motivos que levam o autor a essa reivindicação: os negros escravizados eram já vistos como ameaça, brutais e inimigos, ou seja, a elite sabia que caso as condições forçosamente impostas aos escravizados continuassem, revoltas populares surgiriam cada vez mais intensamente contra os senhores e as classes dominantes. É o que confirma Moura (1959) ao constatar que os quilombos – fundamental forma de resistência à escravidão – surgiam e se proliferavam onde quer que “surgisse o sistema escravista e o seu modo de estratificação” (p. 166). O autor desenvolve que “[...] no decorrer da escravidão, vemos tumultos constantes e lutas de quilombolas se sucederem, conforme já acentuamos: ataques às fazendas, mortes de feitores e capitães do mato, lutas de guerrilhas.” (p. 166)

Bonifácio afirma: “He preciso pois que cessem de huma vez os roubos, incêndios, e guerras que **fomentamos** entre os selvagens d’Africa” (SILVA, 1825, p. 8, grifos nossos). Somente com esse trecho podemos analisar duas afirmações tão contraditórias quanto coloniais. Por um lado, o termo “selvagens da África”, implicando a ideia de que os negros escravizados eram bárbaros por natureza e, por isso, cometiam roubos e incêndios. Por outro lado, o próprio autor postula que são as condições materiais (não) fornecidas aos escravizados que os coloca nessa posição de revoltados contra o sistema vigente, roubando e incendiando a cidade, algo que Marx e Engels vão, já em 1848, no Manifesto Comunista, afirmar também em relação ao capitalismo: “a burguesia alimenta o proletariado de seus próprios elementos formativos, ou seja, de armas contra si mesmas” (MARX; ENGELS, 2012, p. 55).

A homogeneização compacta proposta por Bonifácio, portanto, integrando os negros e os indígenas na sociedade servia, como ele mesmo afirma, para que a sociedade “não se esfarelle ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política” (SILVA, 1825, p. 8).

Outras justificativas, como a bíblia e a “moral humana”, também são apresentadas como guias para essa inclusão. As contradições, no entanto, ficam claras, pois, em diversos momentos, apresenta-se como a liberdade dos escravos traria mais lucro ao país, como afirma o autor nesta problemática citação: “Somos a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos” (SILVA, 1825, p. 6). Isto é, o fato de o Brasil ser, ainda naquele momento, o último país que formalmente possuía escravos no mundo, colocava-nos em uma situação de desequilíbrio em relação aos demais países “de sangue europeu”, atrasava nossa economia na perspectiva do lucro. E esse, sim, como fica evidente, era o real motivo para a apresentação de um projeto abolicionista, impossibilitando a real integração e, na verdade, a necessária abolição da escravatura e da opressão de classe e raça que já havia se fundido.

Como última prova de convencimento para seu projeto, Bonifácio afirma que “se a lei deve defender a propriedade, muito deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém” (SILVA, 1825, p. 21). Ora, que homem liberal, defensor das liberdades individuais, e cristão poderia opor-se a esta verdade? Sabemos, no entanto, que o autor, enquanto alguém que encaminhava o Brasil para o sistema capitalista, não estava tornando-os [os escravizados] verdadeiramente livres.

Tanto ele como Joaquim Nabuco, vislumbrando inserir o trabalho assalariado na sociedade brasileira, dão somente cara nova à escravidão.

Em paralelo às contribuições de José Bonifácio, vejamos o que propõe Nabuco. 40 anos depois, o autor parte para o enalço de que a escravidão é uma “mancha de Caim” na história do Brasil e causa “profundo arrependimento” nos descendentes de senhores de escravos. Joaquim também recorre à questão moral e religiosa, apresentando a Igreja como perscrutora da escravidão. Afirma: “Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar de seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.” (NABUCO, 2000, p. 6)

Postula ainda que, no Brasil, as questões abolicionistas são diferentes do que em outros países, pois não somente concedemos, por generosidade, liberdade aos negros; queremos também integrá-los como parte permanente de nosso corpo social, conceder voto e unir as raças. Em suas palavras: “A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão, ou isolada desta.” (NABUCO, 2000, p. 6) E embora isso seja, em certa medida, um diferencial entre o pensamento de Nabuco e Bonifácio, apresentam-se as mesmas contradições fundamentais. Joaquim Nabuco quer que o senhor de escravos liberte os negros para que seja a eles concedida uma pátria, pois, dessa forma, eles deixa-

deixariam de ser africanos. Sabemos, porém, que “tamanho bondade” serve para que estes mesmos negros escravizados sejam explorados, a partir de agora, de forma consensual. Ora, se são cidadãos deste país, agora integrados, trabalhadores, têm o direito e dever de servirem a ele, como bons patriotas. país, agora integrados, trabalhadores, têm o direito e dever de servirem a ele, como bons patriotas.

E a literatura com isso?

Assim como qualquer manifestação política ou artística, a produção de conhecimento – literário – também reflete massivamente a ideologia dominante⁵ na sociedade, dada a administração das relações de saber-poder onde se legitimam quaisquer produções de conhecimento – inclusive literário. Assim como na concepção de Antonio Candido (2006), assumimos que literatura e vida social, ou seja, fatores “internos” e “externos”, não caminham paralelamente. Estão, na verdade, em uma relação dialética onde um complementa e influencia o outro. O fator externo, o social, pode importar tanto como causa quanto como significado da produção. Do mesmo modo que pode desempenhar somente um papel na constituição dessa produção, o que o faz se tornar, assim, fator interno. Entretanto, como também confirma Angela Davis (2016), a estética burguesa procura situar a arte aquém da ideologia, da realidade material e socioeconômica aquém, portanto, da luta de classes, como se fosse possível produzir arte sem influência “externa”

5 Marx e Engels elucidam-nos sobre essa questão: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. [...] As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. [...] Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma ‘lei eterna’” (MARX; ENGELS. Feuerbach e história: rascunhos e anotações. In: MARX; ENGELS. A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) São Paulo: Boitempo, 2017. p. 47)

da sociedade. Ou seja, lidar com a literatura como sendo um campo autônomo e dissociável da vida e da ordem sociopolítica, que pode formar seus próprios parâmetros de análise, que produz suas próprias narrativas sem extrair fatores “externos” é justamente estar alinhado a essa concepção hegemônica. Entendendo que, embora a literatura seja um espaço relativamente livre, onde pode-se, sim, assumir outra persona, criar narrativas fora de seu contexto real, isso está limitado pela própria apreensão que os indivíduos podem fazer da realidade. Ou seja, suas intenções e opiniões são refletidas em suas obras de alguma forma, ainda que não explicitamente, como brilhantemente elucida Candido (2006, p. 29):

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas. Considerações deste tipo fazem ver o que há de insatisfatório e pouco exato nas discussões que procuram indagar, como alternativas mutuamente exclusivas, se a obra é fruto da iniciativa individual ou de condições sociais, quando na verdade ela surge na confluência de ambas, indissolivelmente ligadas. Isto nos leva a retomar o problema, indagando qual é a função do artista, qual a sua posição social e quais os limites da sua autonomia criadora.

Dito isso, é possível guiar a discussão para o lugar onde quero situar estas breves linhas. Sabemos que a arte, em todas as suas expressões, é uma forma de consciência social, tendo, portanto, potencial transformador para despertar em leitores e ouvintes o impulso necessário para se dedicarem à transformação das condições opressivas que os cercam. Preludiando a transformação do mundo, é necessária a transformação do olhar sobre o mundo e, através da arte, é possível desenvolvê-lo.

E aqui entra o *rap* (do inglês *rhythm and poetry*), ao qual daremos o tratamento de literatura. Sumariamente, o rap é a expressão musical da cultura hip-hop, que desde seu nascimento, na década de 1970, no Bronx, em Nova Iorque, até a atualidade do Brasil, carrega consigo uma demanda essencialmente popular, do povo pobre e, mais especificamente, do povo negro. Contudo, em tudo que toca, o capitalismo faz sua imagem e semelhança. Nesse sentido, há, em muitas letras deste gênero, aferições do que possa ser a liberdade dentro do sistema em que vivemos e, em alguma medida, algumas corroboram o que é proposto enquanto liberdade e independência para os negros por Bonifácio e Nabuco. Vejamos alguns trechos, como o do rapper BK na música Vivos (2019):

Minha vez de ganhar

Pretos fazendo dinheiro é tudo que eu vejo [...]

A riqueza dava medo

Aí veio o hip-hop e salvou o negro.

E em *Libre* (2019), do rapper Emicida:

É um tênis foda
Uma pá de joia foda
Reluz na coisa toda
Do jeito que incomoda.

Ou, ainda, em *Eminência Parda* (2019), também de Emicida:

Meto terno por diversão
É subalterno ou subversão?

Embora esta concepção de enriquecimento como liberdade pareça fazer sentido, é contraditória e insuficiente, assim como as postulações dos autores de que tratamos. A lógica de produção em que estamos inseridos, reserva para a população negra somente as sobras, de modo que a suposta liberdade e independência no negro em relação ao país, às relações de produção, à intelectualidade e à qualidade de vida são ilusórias.

Em contraponto a isso, no entanto, há uma determinada literatura, uma determinada poesia, proveniente da música *rap*, que se coloca como um ponto de inflexão neste cenário, rompendo com as ideias reformistas de liberdade hegemonicamente situadas na realidade brasileira. Como afirma Jean Fréville (1936, s.p):

Acontece [...] que a classe oprimida, mantida egoisticamente afastada da cultura pela classe dominante, consegue arrancar-lhe algumas migalhas. Seus melhores representantes rompem essa noite sem aurora em que se pretende mantê-los: apoderam-se dos valores intelectuais elaborados anteriormente, transformam-nos e os utilizam para a luta emancipadora dos explorados.

Temos, como exemplo, o verso de GB Montsho na música *Diáspora* (2018):

Mil e trezentos neguin
Cad'um do seu jeito e arma na mão
Tomando de volta o que nos pertence
Pode chamar isso de revolução
Podem chamar isso de libertação
Sabemos que essa é a única solução
Só fé e axé pra quem vem de onde eu venho
Pois fogo no engenho
Isso é disposição.

E em *Terra de Marlboro* (2018):

Os que bateram panela vão ficar bravo, hein
Vendo o ódio de que tá diariamente dentro dos trem
Que não teme mais ninguém
A não ser perder a vida
Mas querem “rancar” também
Então é dada a partida
Tome partido
Que se os de baixo se organiza
Os de cima fica fodido
Comigo os megafone pra que a ideia de amplifique
Se o fascismo mata homens
O meu verso veio bolchevique.

Mais recentemente, outros rappers têm insurgido nesse sentido, de modo a trazer para suas letras – e sua prática – letras que tratam de liberdade, independência real para o povo negro e brasileiro como um todo, que só pode ser conquistada, como

um todo, que só pode ser conquistada, como exprimem os autores em suas letras, pela superação do capitalismo. Deixo-vos com um trecho de Auri sacra fames (2021), música de Don L com Tasha & Tracie:

Minha fome é de sangue dos mercenários
Eles já derramaram (quanto?)
Muito mais do que possa ser reparado
Eles falam em apocalipse
Mas o meu eles já sentenciaram
A fome do ouro deles brilha
Tem litros de sangue em cada grama
Em cada quilo, um extermínio
Um rio que se contamina uma mata em chamas
Abaixem suas armas (bora)
Eu só quero os senhores da carruagem
É o ouro ou bala
Tem um rifle mirando em cada cara
É melhor não tentarem (mão pro alto)
Considere um naufrágio (perdeu, perdeu)
Auri sacra fam

Considerações finais

O que fica como possível conclusão, mas ainda como ponto em aberto a ser desenvolvido, é a compreensão da necessidade dessa escrita em função da transformação social. Isto é, o que chamo aqui de insurgência literária diz respeito a esse rompimento com narrativas padrão da ideologia dominante. O que, como aponto inicialmente, é um sintoma e uma consequência diametral do capitalismo. Vemos que há a necessidade do artista em externar e produzir narrativas que, para além de denúncias,

apresentam um projeto político que soluciona o problema, projeto este que vai na contramão do entendimento de liberdade proposto por José Bonifácio e Joaquim Nabuco, que tomamos aqui como exemplo, à época de suas postulações.

A literatura produzida à margem da sociedade, na berlinda entre a depressão, a solidão, a morte, o encarceramento, o desemprego, o alcoolismo, a violência e a prostituição decorrentes da política do “matar ou deixar morrer”, emula a necessidade de os corpos dissidentes exprimirem um tom de urgência e a anunciação do porvir. Esses escritos, como nas palavras da escritora Tamara Kamenszain (La boca del testimonio: lo que dice la poesía. Buenos Aires: Norma, 2007 apud LUDMER, Josefina. 2007, p. 1): “Instalam-se localmente em uma realidade cotidiana para ‘fabricar um presente’ e esse é precisamente seu sentido.”



22 EM TRÊS TEMPOS

MATHEUS VASINI¹
ANA CAROLINE SAMPAIO²

Introdução

O Bicentenário da Independência do Brasil é um convite especial para o resgate da nossa história, mas não somente da história dos acontecimentos que marcam esse período. Em 2022, não devemos olhar apenas o ano de 1822: o Dia do Fico, o Grito do Ipiranga e a Coroação de D. Pedro I.

Devemos, também, como nos ensinou Braudel (1987), nos aproximar do tempo mais lento e olhar para os longos ciclos da história: para a “Longa Duração” (LD). Com este aparato conceitual, talvez seja possível conectar 1822 a 2022, ir além dos diversos acontecimentos e identificar os fenômenos estruturais que perpassam a história brasileira.

Braudel tratou da pluralidade do tempo social e concebeu, acima de tudo, uma ferramenta para a investigação histórica do capitalismo. Está marcado, por sua vez, pela associação dos poderes político e econômico em prol da busca por posições monopolíticas e seus lucros extraordinários.

Assim, na visão do historiador, há uma continuidade da hierarquia e acumulação de capital e de poder (BRAUDEL, 1987). Sem dúvidas, o território brasileiro conversou, desde a colonização, com a competição político-econômica mundial em prol dos lucros extraordinários. Todavia, ainda que esta incessante competição seja um elemento estrutural que perpassa a história brasileira, existem outros fenômenos de LD a serem considerados.

Neste ponto, é interessante resgatar “O Duplo Movimento” (ODM) da ordem mundial capitalista, investigado originalmente por Polanyi (2000) e desenvolvido por Fiori (1999; 2000). Para eles, há duas forças contrárias, que se movem pendularmente e, nesse processo, expandem o capitalismo. Há, nessa visão, de um lado, o princípio da economia de mercado, marcado pela expansão do liberalismo e da mercantilização e, do outro, o princípio da autorregulação do mercado, da defesa do Estado Nacional e sua sociedade. (POLANYI, 2000).

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ). E-mail: matheusvasini@gmail.com

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ). E-mail: carolsampaio93@gmail.com

E, conforme argumentou Fiori (1999), o ODM é também um elemento de LD do sistema mundial, do capitalismo e seu sistema político e interestatal.

Assim, seguindo os passos de Braudel, Polanyi e Fiori, esse artigo objetiva evidenciar um fenômeno estrutural do capitalismo: a tensão entre o princípio da economia de mercado e o princípio de autoproteção do Estado Nacional e sua sociedade. Nesse esforço, será indicado um recorte espacial e temporal. Propõe-se o estudo do território brasileiro em três momentos críticos, onde o embate entre essas forças mostrou-se decisivo no caminho político, econômico e social do Estado brasileiro. Tais episódios são: a fundação do Estado Nacional (1822); o Centenário de Independência (1922); e o Bicentenário de Independência (2022). Posto isso, além dessa introdução, o artigo contará com três seções e cada seção será ocupada por um capítulo da história brasileira. Posteriormente, serão apresentadas as considerações finais. Metodologicamente, esse texto, se trata de uma breve revisão bibliográfica de literatura relevante para a análise proposta.



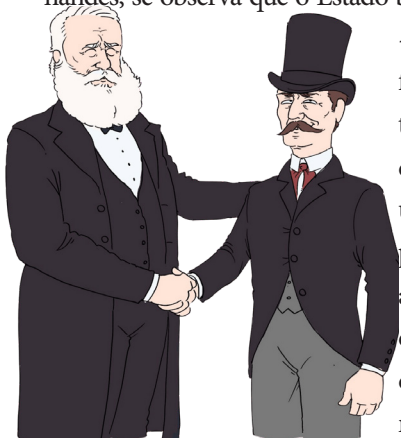
1822

Em 1822, o mundo passava por muitas transformações e se encontrava no período que Hobsbawm (2005) chamou de “a Era das Revoluções” (1789-1848). Nela, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, diversas possessões coloniais europeias na América se tornaram independentes.

Nessa era, apesar das conexões do território brasileiro com os movimentos globais, a emergênciado Estado brasileiro foi um caso singular. Tal singularidade adveio da não fragmentação do território colonial português. Na independência brasileira, alinhando-se com a história mundial, a noção de ameaça foi decisiva. Todavia, no Brasil, ao invés de uma ameaça externa, se cristalizou no pensamento das classes dominantes – particularmente após a Revolução do Haiti (1791-1804) – um medo visceral das revoluções populares. Foi, portanto, esta noção de ameaça interna que manteve o Brasil unido, sob o signo da monarquia, no início do século XIX. (BRESSER-PEREIRA, 2016; FIORI, 2000, 2004).

No Brasil, ainda que o processo de independência de Portugal tenha marcado uma ruptura do estatuto colonial, como aponta Fernandes (2006), a ordem social escravista foi reforçada, inviabilizando a construção de uma nação. Nessa linha, Bresser-Pereira (2016, p. 68) argumentou que o Estado nacional recém-independente “não se apoiou em uma nação para se construir como tal”.

Não havia um projeto voltado para a construção da nação brasileira, mas havia outros interesses. Neste sentido, o projeto estatal do Brasil recém-independente atendeu a dois deles: um interno e outro externo. Internamente, a monarquia criou uma ordem político-institucional baseada na manutenção do trinômio monocultura, latifúndio e escravização. Externamente, a ordem política brasileira se conectou ao império informal britânico. Não houve, portanto, um domínio formal, mas os britânicos penetraram culturalmente, politicamente e economicamente no Brasil em prol dos seus interesses. Assim, houve uma difusão do liberalismo e aprofundamento da lógica econômica voltada à exportação de bens primários e à importação tanto de bens manufaturados como de capital. (BRESSER-PEREIRA, 2016; FERNANDES, 2006; PANITCH Investigando esse quadro histórico, Centeno (2002) sublinhou que na América Latina emergiram Estados relativamente fracos, que não conseguiram estabelecer a sua autonomia institucional e, assim, têm a sua legitimidade perenemente questionada interna e externamente. Portanto, em consonância com as ideias de Bresser-Pereira, Centeno e Fernandes, se observa que o Estado brasileiro recém-



-independente foi incapaz de integrar a sociedade e estabelecer uma nação forte, pois priorizou a manutenção dos privilégios das classes dominantes oligár-

quicas.

E mais, tal como sublinha Fiori (2000), neste período, o Estado brasileiro se subordinou ao credo liberal, a ideia do mercado autorregulável global. E, ao contrário do discurso, o liberalismo impôs amarras ao Estado brasileiro e sua população. Por exemplo, o projeto liberal no Brasil concedia à elite “o direito absoluto à propriedade, incluindo-se aí a propriedade de outros seres humanos”. (NAPOLITANO, 2016, p. 9).

Com a independência, portanto, o Brasil pendeu para o liberalismo. Na verdade, um liberalismo oligárquico, pois, como aponta Fernandes (2006), no Brasil o liberalismo se converteu em privilégio social. E o resultado, tanto da não construção de uma nação como das amarras do credo liberal, foi “atraso”. Portanto, no longo século XIX (c.1780-c.1910), ao passo que a indústria e o comércio se expandiam globalmente, no Brasil, as desigualdades e a pobreza se aprofundaram.

1922

No Brasil, 1922 é um reflexo desses “anos loucos”. Na Primeira República, ocorreu um acirramento das tensões sociais que, além de estarem em consonância com os movimentos globais, foram resultado tanto do legado da monarquia como da emergência da república. Na ordem republicana, apesar da emergência de uma constituição que pregava igualdade jurídica para todos os homens, os “interesses oligárquicos” foram reafirmados, a economia continuou a ser orientada para a exportação de bens primários e o liberalismo se aprofundou como a ideologia organizadora do projeto nacional (BRESSER-PEREIRA, 2016; SAES, 1990).

Tal como no período imperial, a Primeira República se estruturou no oligarquismo e no liberalismo. Todavia, os movimentos do mercado autorregulável global promoveram uma onda de crises no Brasil. Desta forma, após 1922, as estruturas dessa ordem passaram a ser questionadas e a incapacidade da organização político-institucional da Primeira República de absorver esses movimentos emergentes na sociedade brasileira resultou num acirramento das tensões, notadamente entre 1922 e 1930, que culminaram com a Revolução de 1930, colocando no poder uma aliança de grupos dissidentes da “elite oligárquica” e militares, em prol de um projeto “nacional-desenvolvimentista” (ND). (RICUPERO, 2022).

Neste quadro, em 1922, três acontecimentos marcaram as ambiguidades do mercado autorregulável global subscrito no projeto liberal-oligárquico da Primeira República, são eles: a Semana de Arte Moderna, que impulsionou o debate sobre a nação, defendendo o desenvolvimento da cultura brasileira como um meio para se alcançar uma verdadeira independência; a fundação do Partido Comunista Brasileiro, refletindo a emergência dos movimentos sindical e comunista no país; e a eclosão da Revolta dos 18 do Forte, marcando o início do movimento tenentista. O tenentismo, em especial, marcou a ascensão de um novo grupo na política brasileira – os militares – que buscava o fortalecimento do Estado Nacional, particularmente, sua capacidade de mediar conflitos sociais, subordinar o oligarquismo, e defender tanto a economia nacional quanto a integridade territorial contra ameaças externas (BRESSER-PEREIRA, 2016; NAPOLITANO, 2016).

No Brasil, portanto, o ano de 1922 marcou o arrefecimento do liberalismo em prol da proteção da economia e da população brasileira. Assim, entre as décadas de 1930 e 1960, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, constituída a Companhia Siderúrgica Nacional, criada a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Todavia, após 1964 houve uma mudança no projeto ND. Foi mantida, em larga medida, a proteção da economia nacional, mas à custa da defesa da população brasileira. Nesse ponto, a frase anedótica de Delfim Netto: “é preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, na década de 1960, ilustra a questão. Ao longo da Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil cresceu economicamente. Na verdade, entre as décadas 1930 e 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo em termos de Produto Interno (BRESSER-PEREIRA, 2016). No entanto, a desigualdade estrutural do Brasil não foi combatida, pois, após 1964, o Estado brasileiro não priorizou resolver a desigualdade social, expressa, por exemplo, na concentração de renda e fundiária.

Após o Centenário, o Brasil avançou na hierarquia mundial. Posteriormente à década de 1930, em meio à dança d’ODM, o Brasil curvou-se à proteção de sua integridade territorial, sua economia nacional e sua população. Todavia, esse é um processo assimétrico, uma vez que a defesa tanto da integridade territorial quanto da economia nacional não caminha necessariamente junta com a regulação das relações sociais e políticas de seguridade social. Nesse sentido, como destaca Fiori, “depois da década de 1920, só em dois rápidos momentos – nas décadas de 1930 e 1970 – pode-se

dizer que houve [...] certa convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e regulação autoritária das relações sociais”. (FIORI, 2000, p. 16).

2022

Em 2022, o Brasil acumula uma série de crises e é possível notar esta realidade por diversos ângulos: político, social, econômico e sanitário. Mas há também uma crise mais antiga, fruto da guinada liberal do Estado brasileiro, ao final do século XX. Nos anos 80, ocorreu uma transformação sistêmica, fruto do processo de retomada da hegemonia norte-americana, que abriu espaço para a globalização e o neoliberalismo (TAVARES, M. & MELIN, 1997). Com as transformações globais houve uma desarticulação do projeto ND em curso no Brasil e, assim, o país se aproximou, novamente, do liberalismo. (FIORI, 1999).

No Brasil, com o neoliberalismo e a globalização, emergiu mais uma vez a crença na utopia do mercado autorregulável. Adicionalmente, as reformas do final do século XX, renovaram uma miragem: a ideia de que, por meio deste mercado seria possível promover uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social. Contudo, o desenvolvimento nacional em meio ao liberalismo não se concretizou. (DAVID, A. & SAES, A. & ZERON, 2022).

Neste quadro, no início do século XXI, o Partido dos Trabalhadores ascendeu à presidência do Brasil, se contrapondo ao avanço do neoliberalismo. Os governos petistas passaram a promover políticas voltadas ao crescimento econômico e ao combate à desigualdade social. Nesse sentido, Boito (2012) denominou tal movimento político de neodesenvolvimentista.

Todavia, para ele, o neodesenvolvimentismo seria menos ambicioso que o velho desenvolvimentismo, porque é limitado pelas instituições globais do capitalismo neoliberal. E para piorar, o neodesenvolvimentismo foi interrompido em 2016, estabelecendo uma nova guinada para o neoliberalismo, com prejuízos à população brasileira.

Assim, se O Duplo Movimento transcende a história do início século XX, no século XXI, o acirramento das tensões políticas e sociais no Brasil é também resultado do embate entre as forças estruturais e contrárias, da mercantilização e da autoproteção, que movem o capitalismo. Então, nesse aspecto, 2022 – ano do Bicentenário e das eleições – é um período privilegiado para analisar as forças d’ODM na sociedade brasileira. Ainda que a realidade seja permeada por inúmeros projetos e visões, há dois principais projetos: um é voltado para a defesa do liberalismo e a expansão da mercantilização; e outro se orienta para a contenção dessa mercantilização e a proteção tanto da economia como da população brasileira.

Nessas correntes, a primeira é orientada para a corrosão da rede estatal de proteção e atendimento à sociedade, colocando tanto as organizações religiosas como o crime organizado como opções preferíveis de sociabilidade. (DAVID, A. & SAES, A. & ZERON, 2022); e a segunda é voltada para o fortalecimento da nação brasileira e – em linha com o discurso de Getúlio Vargas, de 07/09/1951, – luta contra o imperialismo, na arena internacional, e contra a exploração do homem pelo homem, no meio interno. (MONTEIRO NETO, 2017). Neste embate, as arenas de disputa são:

a proteção das leis trabalhistas e das empresas nacionais, o fortalecimento do sistema financeiro nacional, a soberania sobre os recursos naturais brasileiros, a reindustrialização, o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação pública e gratuita, o financiamento da pesquisa e ciência, dentre outros. Portanto, tal como o passado, o futuro do Brasil será o produto dos movimentos políticos e sociais, que em meio à dança d'O Duplo Movimento, moverão a sociedade brasileira em direção ao liberalismo e à expansão da mercantilização; ou em direção aos movimentos voltados à proteção da economia soberana nacional e da população brasileira.

Considerações finais

As comemorações do Bicentenário e as eleições nos remetem ao Brasil vindouro. Qual Brasil nós queremos? Como sublinha Ricupero (2022), o processo de construção do Brasil é uma obra contínua, que, em 2022, acumula erros e acertos, avanços e retrocessos. Neste sentido, foi proposto neste texto um olhar de longa duração para a história brasileira, com intuito de identificar os movimentos estruturais da sociedade brasileira, em três tempos: 1822, 1922 e 2022.

ÍNICIO DE UM NOVO GOVERNO VOLTADO PARA MAIS UM AVANÇO NA HISTÓRIA DO BRASIL

No Brasil, o liberalismo foi compatível com o enriquecimento das classes dominantes, mas foi incapaz de promover boas e crescentes condições de vida para a população, em determinados momentos da história. A era nacional-desenvolvimentista não foi um “mar de rosas” para a economia e para a nação brasileira, mas foi um período de avanços em ambas as esferas. Neste ponto, como sublinha Fiori, no que tange às duas formas de proteção – do Estado nacional e da nação –, elas nunca se completam efetivamente, ambas são uma espécie de processo contínuo, da mesma forma que, nem o império global, nem a mercantilização absoluta ocorrem, sendo um movimento contínuo. Em suma, os resultados e os movimentos dos princípios d'ODM variam, no tempo e no espaço, em função de uma variam, no tempo e no espaço, em função de uma miríade de variáveis, onde em determinados momentos se observou o avanço dos mercados e noutros observou-se a resistência social aos impactos sofridos pela mercantilização exacerbada. Contudo, tais princípios são forças inerentes e estruturantes do capitalismo histórico (FIORI, 1999, 2000).

Assim, talvez 2022, tal como 1922, seja um marco na história brasileira. Ou, como falava Vargas, o início de um novo governo voltado para mais um avanço na história do Brasil. Mas também poderá ser um marco no aprofundamento dos retrocessos. Nesse sentido, esta é uma questão que vai além da academia e toca, particularmente, nos movimentos sociais e políticos, bem como leva em consideração a própria formação estatal brasileira e os Duplos Movimentos dentro da sua Longa Duração.

A CONSTITUINTE NO PÓS-INDEPENDÊNCIA:

A QUESTÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO E DE DIREITO NA PERSPECTIVA REPUBLICANA

GABRIEL SOUZA LUNA¹
LEÔNIDAS LOUZADA²
BRUNO RODRIGUES VIEIRA³

Introdução

O Estado de Direito surgiu de movimentos revolucionários, como a Revolução Francesa e a Independência dos EUA, que criticavam frontalmente o absolutismo, como sistema político concentrador e arbitrário de poder nas mãos de uma única pessoa que governava para interesses próprios em detrimento de liberdades individuais (BOBBIO, 1992, p. 61).

Na Modernidade, com a superação do absolutismo, a figurada classe burguesa passou a dominar os campos político, econômico e social (BOBBIO, 1992, p. 85 e 100), o que desencadeou na reivindicação de um documento escrito: a Constituição (MORAES FILHO, 1972, p. 66).

Dessa forma, a partir da época a pombalina, período de impostos abusivos, surgem movimentos como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana (BRITO, 1996, p. 65-66), que culminaram,

posteriormente, em 1817, na Revolução Pernambucana. Sendo caracterizados por serem movimentos separatistas e propagarem o antiabsolutismo, visaram garantir os direitos individuais, a cessação dos abusos do poder dominante (MORAES FILHO, 1972, p. 67) e, em alguns destes (BOSI, 1989, p. 67), até mesmo a abolição da escravidão, mesmo que no fundo escondesse perversos motivos, como foi o caso da pernambucana (VILLALTA, 2003, p. 69 ; RODRIGUES, 2017, p. 292).

Esses projetos republicanos, influenciados pelo mundo ocidental, propagaram ideias que influenciaram o Dia do Fico, dando origem -tempos depois- à independência do Brasil. O marco de uma nova fase exigia o estabelecimento de uma constituição positivada, e dessa forma, Pedro I convocou uma assembleia constituinte. Devido às diferentes ideologias ali presentes, a reunião foi marcada

1 Graduando em Direito na Faculdade Nacional de Direito – UFRJ. E-mail: gabrielszluna@gmail.com

2 Graduando em Direito na Faculdade Nacional de Direito – UFRJ. E-mail: contato.leo71@gmail.com

3 Graduando em Direito na Faculdade Nacional de Direito – UFRJ. E-mail: brunorodriguesmidia@gmail.com

por diversos embates e divergências onde, no final das contas, Pedro I dissolveu o parlamento, outorgando a Constituição de 1824.

É aqui, pois, que recai nosso estudo: analisar os embates ocorridos na constituinte sob o espectro da questão abolicionista e do voto direto existente ou não na pauta republicana, a fim de entendermos se o republicanismo existente no período buscava de fato o estabelecimento de uma constituição que refletisse um verdadeiro Estado Democrático e de Direito.

A Independência e a sua relação com a Constituinte de 1823

A vinda da família real para o Brasil propicia modernização e a circulação do ideário liberal iluminista e republicano (SANTOS, 2000, p. 9-10). A união das forças políticas fragmentadas do partido brasileiro fora fundamental para o estabelecimento de um novo marco histórico a partir da independência, na medida que suas diferentes convicções e ideias abriram um leque de possibilidades e pautas a serem discutidas e reivindicadas na elaboração da constituição para o novo momento que estaria por vir.

Contudo, todos esses eventuais desdobramentos nitidamente mostram que a independência nos trouxe uma manutenção e estabelecimento de uma nova unidade territorial, sendo possível sua instauração através do estabelecimento da união de movimentos políticos diferentes, como foi o partido brasileiro com suas subdivisões compostas por democratas, aristocratas e absolutistas, que, posteriormente, na constituinte, entraram em conflitos.

A Constituinte de 1823

O molde constitucional de Pedro I, o projeto de Constituição da Mandioca e a Dissolução

Com a oficial instauração da primeira sessão da Constituinte em 3 de maio, logo na abertura, Pedro I profere um discurso com um alto teor nacionalista, dotado de fortes citações se declarando, em uma delas, como o “Defensor Perpétuo deste Império” (ANAIS DO IMPÉRIO, 1823, p. 41).

Eu seu discurso, é possível enxergar duas fases do então imperador: a que ele é o “puro Montesquieu”, explicitando “uma constituição, em que os três poderes seriam bem divididos de tal modo organizados e harmonizados”, e a segunda, não tão estimulante, em que ele é dominado pelo espírito despótico dos Bragança, isto é, neto de 27 reis absolutistas. Sinal disso é que em sua fala inaugural ele cita que esperava que a constituinte produzisse

uma Constituição “digna do Brasil e de mim” (BONAVIDES, 1990, p. 25) e que, sendo assim, a defenderia. Essa afirmação é passível de diversas críticas quanto ao poder constituinte que deveria pertencer tão somente à titularidade da nação (expressada por uma assembleia constituinte independente), e não ao monarca – segundo a célebre teoria de Sieyès⁴.

A fala de D. Pedro I na abertura da Constituinte não causava ânimo para a teoria constitucionalista, podendo mesmo dizer que a Constituição da Mandioca, que nunca passou a valer no território, se valesse, seria ilegítima, já que a titularidade figurada pela assembleia constituinte – onde, em tese, se encontrava os representantes do povo – dividia espaço

4 Segundo Sieyès, a constituição deve ser elaborada por uma assembleia constituinte eleita, visto que nela o povo se encontrava representado indiretamente, já que somente dessa forma expressaria a vontade da nação, sendo essa última a verdadeira titular do poder constituinte (BARROSO, 2022, p. 126).

com o poder executivo que, nesse caso, era figurado por um monarca.

Sobre ela, trazia como principais propostas a divisão dos três poderes e o voto disponível para quem tem terras de mandioca. Ela foi elaborada na assembleia formada por deputados e elites e tinha por objetivo limitar os poderes do imperador, retirando os portugueses do cerne econômico e político do então país. Subentende-se, da descrição do projeto, que as ideologias republicanas viriam prevalecendo em detrimento do teor nacionalista de Pedro I. Foi por conta disso que, posteriormente, em 12 de novembro do mesmo ano, acontece o episódio conhecido como “Noite de Agonia”, onde o mesmo reagiu a essas ideologias dissolvendo o parlamento e, no ano seguinte, deferindo a sua própria constituição (a de 1824). Com efeito, foi uma constituição fortalecedora do Poder Moderador, ao molde constitucional de Pedro I.

Conclui-se que a constituição refletiu e consolidou a existência de alguns interesses do imperador – não ignorando totalmente o trabalho dos constituintes de 1823— como a hegemonia do poder executivo, fazendo jus a uma constituição que fosse, de fato, digna do Brasil e dele, onde os três poderes não estivessem mais fortes que sua soberania e, desse modo, que permitisse ele coordenar cada um dos três poderes (MORAES FILHO, 1972, p. 78 e 82).

Grupos, embates e ideologias na Constituinte

Feitos os esclarecimentos anteriores a respeito do discurso de Pedro I, há de se considerar – quanto a constituinte convocada - que a mesma estava muito dividida, isto é, composta de grupos heterogêneos.

Os representantes, ali, não compunham um quadro político formal, separado em partidos, mas suas próprias províncias.

Nos grupos que vigoraram durante a constituinte, em um deles estavam os que desejavam o separatismo brasileiro de Portugal, havendo quatro divisões, sendo elas os corcundas, que querem independência, mas não liberdade; os federalistas ou liberais radicais, que defendem uma maior autonomia das províncias (LEME, 2017, p. 152); os monárquico-constitucionais, que formam maioria no país; e os republicanos, que na visão de Bonifácio, é uma vertente “abandonada por todo homem sensato” (MORAES FILHO, 1972, p. 83). Esta visão é bem expressa por Bonavides, que exemplifica em sua obra História Constitucional do Brasil a visão do republicanismo à época: Naqueles dias, a palavra “república” soava ainda no Brasil tão feia e subversiva quanto posteriormente os vocábulos “socialismo” e “comunismo” (BONAVIDES, 1990, p. 43).

Os homens que participaram da Constituinte eram parte da elite política e intelectual da época, isto é, setores da sociedade que possuíam profundas raízes em heranças coloniais.

No que tange aos embates da Constituinte, alguns dos principais tópicos foram: superioridade entre os poderes, com alguns em defesa de um Legislativo com maior poder, e outros com um Executivo mais firme, exercido pelo imperador; a questão provincial que ora aparecia com maior autonomia, ora com menos;

a controvérsia da abolição, que, naquele momento, por alguns, era tida como algo impossível de ser aplicada, restando, portanto, medidas graduais.

A temática do voto também é uma evidente contradição, visto que, nos projetos da constituinte, os eleitores precisavam ter, no mínimo, 150 alqueires de plantação de mandioca, o que certamente se choca com as ideias liberais do Iluminismo, que preveem uma igualdade entre todos os indivíduos.

Concepção democrática do Estado de Direito: voto e escravidão na respectiva republicana

Antes de tratarmos da epígrafe acima, entender o que seria republicanismo para os povos do século XVIII se faz necessário. A forma de governo conhecida como República era expressamente colocada como oposição das Monarquias Absolutistas vigentes na Europa naquele período. Falar em República era sinônimo, na época, da limitação do poder dos governantes, considerado, pelos revolucionários, como uma das pautas principais dos movimentos: A Revolução Inglesa, o processo de Independência dos EUA e a Revolução Francesa, essa sendo de cunho mais universal.

Em conjunto com os princípios democráticos, surgiram o estado democrático e, quase que simultaneamente, junto com a afirmação dos princípios desse regime, o Estado Constitucional, sendo esse a inserção daquela sociedade em um sistema normativo, declarando, por fim, o Estado de Direito.

Afirmava-se, assim, a superioridade do indivíduo, por meio dos direitos naturais inalienáveis, que deviam ser protegidos pelo estado (BOBBIO,

1992, p. 73-74). Ao mesmo tempo, procurou limitar os poderes dos governantes, o que obriga colocá-lo num cenário revolucionário, já que para limitar os governantes era preciso agir contra a vontade desses (BARROSO, 2020, p. 49).

Sobre o poder constituinte, esse deve ter como titular o povo, pois, como bem afirma Dallari, “é nele [no povo] que se encontram os valores fundamentais que informam os comportamentos sociais, sendo ilegítima a Constituição que reflete os valores e as aspirações de um indivíduo ou grupo e não do povo” (DALLARI, 2011, p. 211).

Por meio da fervorosa limitação do poder de estado advinda da teoria da separação dos três poderes, surgiu a afirmação do sistema de freios e contrapesos que firma que o Executivo é impedido de atuar discricionariamente, visto que todos seus atos já se encontram limitados pelo Legislativo.

Seguindo essas ideias, o constitucionalismo, é claro, marcou o espírito do processo de emancipação entre Brasil e Portugal. Mas engana-se quem pensa que, aqui, o processo constituinte foi feito de modo revolucionário como no velho mundo. E engana-se duplamente quem pensa que nossa primeira constituinte havia chances de se tornar revolucionária.

Sem o apoio das elites ao ideário de liberdade e republicano para rejeição do colonialismo, não havia como fugir do poder dinástico ali vigente. Além disso, foi possível concluir anteriormente que o clima antirrepublicano também marcava presença na Assembleia por meio de algumas figuras, dentre elas José Bonifácio (BONAVIDES, 1990, p. 42; MORAES FILHO, 1972, p. 83).

O abolicionismo e o voto

As críticas de Bonifácio ao sistema de governo republicano dos EUA se tornam mais compreensíveis, pois para um Estado Democrático e republicano existir em um território, faz-se necessário que haja uma verdadeira ruptura com o elemento colonizador. E isso, entretanto, não ocorreu aqui como em outras colônias da América.

A contradição da independência com a permanência do mesmo poder dinástico que fez os brasileiros se “sujeitarem ao domínio português, do qual derivara para o Brasil unicamente a escravidão, ao mesmo passo que impunha o sistema de opressão [...], com desrespeito aos princípios da moral, da igualdade, da política e da razão” (BONAVIDES, 1990, p. 32), fizera os próprios ideais republicanos se adequarem a esse cenário.

Primeiro, é importante destacar que raras foram as vezes em que o abolicionismo encontrou espaços férteis para se concretizar no nosso território ou, quando se estabelecia firmemente ao seu favor, escondia perversos motivos. Essa realidade foi posta com o movimento da Inconfidência Mineira onde o propósito dos inconfidentes possuía um caráter individual, isto é, visavam seus próprios interesses (BOSI, 1989, p. 67). A assertiva fica mais evidente quando Villalta destaca que a questão abolicionista era pauta “(...) apenas com o objetivo de impedir que os cativos se aliassem à repressão” (VILLALTA, 2003, p. 69). Poucos eram os espaços que contemplavam a questão abolicionista, conforme informa Jailton Brito em seu escrito “A Abolição na Bahia: Uma história política”, e, nesse ponto, os Conjurados Baianos se destacavam: na “República Democrática” em que almejavam, os “acessos e lugares

representativos” seriam “comuns, sem diferença de cor, nem de condição, onde eles ocupariam os primeiros ministérios” (VILLALTA, 2003, p. 70). Esse ponto também é compartilhado por Patrícia Valim (VALIM, 2012, p. 1-2).

Já na Revolução Pernambucana, foi clara a divisão dos setores em diferentes classes –primeira, segunda e terceira— em que na 3ª, a mais desfavorável, encontravam-se os “homens de cor” (VILLALTA, 2003, p. 71). No mesmo movimento pernambucano, em que houve uma República como forma de governo, essa não fora como na teoria: no lugar de emanar a vontade do povo, bagunçando a estratificação social, fora fruto do exercício da vontade de poucos, demonstrando uma verdadeira contradição (RODRIGUES, 2017, p. 292).

Em um segundo momento, já após o “Grito do Ipiranga”, na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, ainda muito timidamente se falava sobre a verdadeira abolição da escravidão no território brasileiro (RODRIGUES, 1995, p. 159). Pode-se afirmar que, condenou-se, sim, a escravidão, mas não por conta das condições dos escravos em si, mas sim porque os constituintes discursavam que quem historicamente inventou a escravidão tinha sido Portugal e, nesse momento, essa ideia caía bem aos seus ideais (SILVA, 1884, p. 14). A ideia da maioria da Assembleia, incluindo os republicanos antiescravistas lá presentes, era de uma abolição gradual, já que era impossível a substituição rápida da mão de obra (SILVA, 1884,

p. 14). A ideia da maioria da Assembleia, incluindo os republicanos antiescravistas lá presentes, era de uma abolição gradual, já que era impossível a substituição rápida da mão de obra (SILVA, 1884, p. 24-25). Aconselhava, assim, José Bernardino apenas um “melhor tratamento dos escravos, já no seu sustento, e vestuário, já no seu curativo, castigos e serviços” (LEME, 2017, p. 151).

No tocante ao voto, enfim, a constituinte que futuramente criaria o primeiro sistema de normas positivadas do Brasil, embora nunca tenha entrado em vigência, conhecida como Constituição da Mandioca, excluía a participação popular: não à toa seu nome, o seu anteprojeto “previa que a eleição deveria ser em dois graus e os candidatos a deputados e senadores deveriam ter uma renda, não medida em dinheiro, mas sim com base no preço da mandioca, que era a mercadoria de maior consumo” (ROSARIO, 1986, p. 2). O fato, conclui-se, era um prejuízo ao ideário republicano no Brasil que desde os tempos em que implicava com a colônia, enquanto sujeito ao domínio português, agora implicava também com um território que, em tese, era independente.

Considerações Finais

Com seus diversos embates e contradições, a Assembleia Constituinte de 1824 se desenhou de maneira trepidante aos ideais de seus integrantes. Havendo a limitação do discurso de Pedro I imposta aos deputados já na primeira Fala do Trono, não havia a possibilidade de uma reviravolta.

Admitindo um ideal precioso, a Constituinte teve seu contentamento em pretextos absolutistas. Com isso, o Estado Democrático e de Direito a ser

constituído, manteve as condições para a permanência da concentração do poder. Perto de um ideal, houve sua perda republicana e de sua emancipação revolucionária, para a concretização real da República apenas 65 anos depois e continuada guiada pela elite, perpetuando o caráter não revolucionário de nossa história brasileira tão calejada de princípios democráticos.

O BRASIL CONQUISTOU SUA INDEPENDÊNCIA NO FUTEBOL?

FRANCISCO MARINHO FALCÃO CRAMER RIBEIRO¹

O futebol, sistematicamente, é um reflexo social em sua mais pura essência. Como descrito por Paul Darby (2000), o futebol vive um crescente regime colonial, com os expoentes dominantes (Inglaterra, Bélgica, França etc.) aderindo a naturalização de jogadores de suas antigas colônias e apesar de comemorarem seus gols, ainda assim, são contrários ao acolhimento de imigrantes. Este efeito é uma das causas, dentre muitas, da não evolução de um futebol competitivo no continente africano. E, apesar das limitações impostas pela Europa parecerem uma realidade adversa à brasileira, o nosso futebol gradativamente perde seu fascínio. Com a opressão europeia, nossa consternação caminha de outra forma - gradativa, lenta e tácita.

O futebol brasileiro, inicialmente, elitista e excludente, se difundiu, democratizando-se. Na primeira metade do século XX, foi inevitável que se acolhesse minorias e vice-versa, visto que com o avanço inclusivo do esporte, gradativamente, a elite deparou-se com uma seleção encantadora em seu estilo único, e teve que aceitar pretos e pobres para encontrar sua verdadeira forma. O assente

“Joga Bonito” é uma expressão reconhecida como artística, criativa e vencedora mundo afora, usada por estrangeiros para a descrição do futebol arte brasileiro. Embora a completa dominância europeia das últimas duas décadas, o futebol das seleções sul-americanas possuía três expoentes (Brasil, Argentina e Uruguai) – mesmo que em diferentes épocas, se equiparavam, e, ocasionalmente, superariam, os europeus. Totalizaram sozinhos mais da metade dos títulos de Copa do Mundo até 1994, 8 títulos de 15 copas disputadas. E como isso mudou?

Muito se deve à perda do encanto do futebol de clubes, ponto inicial da formação e do desenvolvimento de atletas, pela exportação precoce dos jogadores que elevariam os fatores competitivo, técnico, e até mesmo do produto – conceituado na ótica mercadológica capitalista, isto é, enxergando a atratividade das ligas brasileiras como produto de transmissão televisiva e consumo



¹ Graduando em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

nas mídias em geral. E, no Brasil, um dos maiores marcos é a implementação da Lei 9.615/98 (Lei Pelé), que concedeu a extinção do “passe”, este, previamente definido pela Lei 6.354/76, *in verbis*:

Art. 11. Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.

O atleta, antes dessa lei, não podia reivindicar mudanças contratuais, ficando refém das propostas unilaterais e imperativas do seu clube. Mesmo após o fim do contrato, o jogador era como uma propriedade e não tinha o direito de exercer sua profissão, somente com sua reintegração à equipe, ou se o clube o transferisse. A Lei Pelé extinguiu o anterior modelo, tornando o jogador um trabalhador com direitos regulamentados que, com isso, ao fim do contrato, passa a ser livre para assinar com outro clube. Sinteticamente, com a Lei Pelé, para os clubes, só passa a existir algum ganho financeiro se a rescisão contratual, por transferência, for feita ainda durante o tempo vigente de contrato, modelo este, à época, já estabelecido no futebol europeu².

Apesar do enorme avanço em relação aos direitos trabalhistas dos atletas, existiu um enfraquecimento do futebol brasileiro a longo prazo. Com o estímulo da contratação de estrangeiros pela Lei Bosman, que facilitava a transferência de estrangeiros dentro e fora da Europa - inclusive servindo de fonte inspiradora para a Lei Pelé - e a consolidação do aspecto de superioridade do futebol europeu,

os clubes brasileiros passaram a exibir uma necessidade da venda instigada pelo temor de perder o atleta de forma gratuita, sem uma compensação financeira por transferência para outro clube, ao fim do contrato. Ou seja, nossos craques migram para o exterior e além do prejuízo ao futebol nacional de clubes, nos afasta dos jogadores da seleção, que deixam de fazer parte do contexto nacional.

Como forma de exemplificar a maior movimentação internacional no mercado da Série A, selecionei os jogadores que ganharam o prêmio Bola de Prata de melhor jogador do campeonato em todos os anos desde a criação do Campeonato Brasileiro em 1971:

Ano	Jogador	Clube em que jogava	Clube no ano seguinte	Valor
1971	Dirceu Lopes	Cruzeiro	Cruzeiro	
1972	Atílio Ancheta (Uruguaio)	Grêmio	Grêmio	
1973	Agustín Cejas (Argentino)	Santos	Santos	
1974	Zico	Flamengo	Flamengo	
1975	Waldir Peres	São Paulo	São Paulo	
1976	Elias Figueroa	Internacional	Peñarol (Uruguaio)	Valor desconhecido
1977	Toninho Cerezo	Atlético Mineiro	Atlético Mineiro	
1978	Falcão	Internacional	Internacional	
1979	Falcão	Internacional	Roma (Itália)	Valor desconhecido
1980	Toninho Cerezo	Atlético Mineiro	Atlético Mineiro	
1981	Paulo Isidoro	Grêmio	Grêmio	
1982	Zico	Flamengo	Flamengo	
1983	Roberto Costa	Athlético Paranaense	Vasco	Valor desconhecido
1984	Roberto Costa	Vasco	Vasco	
1985	Marinho	Bangu	Bangu	
1986	Careca	São Paulo	Napoli (Itália)	€2,07 milhões
1987	Renato Gaúcho	Flamengo	Flamengo	
1988	Claudio Taffarel	Internacional	Internacional	
1989	Ricardo Rocha	São Paulo	São Paulo	
1990	César Sampaio	Santos	Palmeiras	€60 mil
1991	Mauro Silva	Bragantino	D. La Coruña (Espanha)	€1,6 milhão
1992	Júnior	Flamengo	Flamengo	
1993	César Sampaio	Palmeiras	Palmeiras	
1994	Amoroso	Guarani	Guarani	
1995	Giovanni	Santos	Barcelona (Espanha)	€5,5 milhões
1996	Djalminha	Palmeiras	D. La Coruña (Espanha)	€9 milhões
1997	Edmundo	Vasco	Florentina (Itália)	Valor desconhecido
1998	Edilson	Corinthians	Corinthians	
1999	Marcelinho Carioca	Corinthians	Corinthians	
2000	Romário	Vasco	Vasco	
2001	Alex Mineiro	Athlético Paranaense	Athlético Paranaense	
2002	Kaká	São Paulo	Milan (Itália)	€8,5 milhões
2003	Alex	Cruzeiro	Fenerbahçe (Turquia)	€4 milhões
2004	Robinho	Santos	Real Madrid (Espanha)	€24 milhões
2005	Carlos Tévez (Argentino)	Corinthians	West Ham (Inglaterra)	€14,6 milhões
2006	Lucas Leiva	Grêmio	Liverpool (Inglaterra)	€10 milhões
2007	Thiago Neves	Fluminense	Hamburgo (Alemanha)	€9 milhões
2008	Rogério Ceni	São Paulo	São Paulo	
2009	Adriano Imperador	Flamengo	Roma (Itália)	Custo Livre
2010	Dario Conca (Argentino)	Fluminense	Guangzhou FC (China)	€8,2 milhões
2011	Neymar	Santos	Santos	
2012	Ronaldinho	Flamengo	Atlético Mineiro	Custo Livre
2013	Everton Ribeiro	Cruzeiro	Cruzeiro	
2014	Ricardo Goulart	Cruzeiro	Guangzhou FC (China)	€15 milhões
2015	Renato Augusto	Corinthians	Beijing Guoan (China)	€8 milhões
2016	Gabriel Jesus	Palmeiras	Manchester City (Inglaterra)	€32 milhões
2017	Jô	Corinthians	Nagoya Grampus (Japão)	€11 milhões
2018	Dudu	Palmeiras	Palmeiras	
2019	Gabriel Barbosa	Flamengo	Flamengo	
2020	Claudio	Red Bull Bragantino	Zenit (Rússia)	€12 milhões
2021	Hulk	Atlético Mineiro	Atlético Mineiro	

Jogos: ESPN, OGol e Transfermarkt

2 Lei Bosman de 1995.

Apesar da amostragem ser relativamente superficial, demonstra o crescimento das movimentações para o mercado externo dos jogadores nomeados como os melhores do ano anterior, a partir de 1995. Posteriormente, com o enfraquecimento gradual da nossa liga, os jogadores começaram a migrar para mercados alternativos, como clubes e ligas europeias de menor expressão e poder financeiro ou asiáticos – como China, Japão, Emirados Árabes etc. E os atletas com grande potencial passaram a se transferir o mais próximo possível dos 18 anos e não se destacam como deveriam pela falta de longevidade no país. E claro, ressalta-se também o preceito estabelecido que o sucesso no futebol pode ser atingido somente em solo europeu, servindo como mais um ponto motivacional para a saída com o retorno no final de carreira para um misto de dívida de gratidão e último grande ato.

O monitoramento de atletas, com o advento da globalização, se tornou mais um dos recursos catalisadores para o garimpo dos europeus, com a facilidade em se acompanhar jogos de times e seleções de base. O destaque do Real Madrid, Vinícius Júnior, por exemplo, teve acordada uma compra de €45 milhões de euros, junto ao Flamengo, aos 16 anos, ainda na base, antes mesmo de se tornar profissional. E ao completar 18 anos - idade mínima permitida pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a concretização de transferências internacionais - se transferiu. Mesmo com o papel de jogador importante no clube carioca, Vinícius Júnior foi integrado ao time B do Real Madrid, na terceira divisão, para lapidação e posterior adequação à elite do futebol espanhol. Tal qual uma matéria prima, entregamos o produ-

duto bruto, e depois de anos receberemos as sobras, um jogador já em fase de decadência, ou até mesmo que não obteve sucesso no mercado europeu.

Entretanto, a dinâmica não se limita aos atletas. A ótica imperialista já se alastrou para o extracampo com a importação de todas as estratégias mercadológicas e financeiras, mas sem as necessárias adaptações referentes à cultura e à economia da localidade. Sendo assim, sucateando estruturalmente o esporte que move um continente, como quando a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), entidade responsável pelo futebol continental, em 2019, implementou o modelo de final única na Copa Libertadores da América e na Copa Sul-Americana, mesmo modelo da Liga dos Campeões da Europa. A vultosa diferença é a não existência de linhas de trem que conectem o continente por completo, ou qualquer estrutura para estadia. Estamos em um continente alastrado pela pobreza, porém, ainda que inexplicavelmente, instigado pela paixão que o futebol irradia, e, em prol da lucratividade, afasta o torcedor médio de seu clube e sua seleção. Acima de tudo, a CONMEBOL ignorou, em um ato inoperante de sensatez, a cultura revolucionária, ufanista e popular da América do Sul quando, em 2018, moveu a final, entre Boca e River - dois clubes argentinos – pela Libertadores da América, que até em nome é símbolo de resistência anticolonial (tendo seu nome em alusão aos principais líderes de movimentos de independência na América do Sul), para Madri, na Espanha, um dos focos de crítica no nome da competição.



É relevante ressaltar que os europeus compreenderam o futebol como um espetáculo com alta capacidade comercial antes e, somado a outros elementos, profissionalizaram e geraram a globalização culturalmente expansiva do seu esporte. Nosso futebol também deveria ser interpretado como um artifício de entretenimento, entretanto, um espetáculo adverso à estirpe europeia.

Entre milhares de contradições, más gestões, sucateamento, vendas e influências imperialistas, nosso futebol continua sendo nosso pulmão cultural, mesmo em confronto com associações administrativas (FIFA, CONMEBOL e CBF) que remetem o contrário dos valores necessários. O futebol brasileiro segue um caminho inverso em qualquer aspecto de liberdade colonial, caminha para uma dependência plena do futebol europeu e seu modelo frio, numérico e que mercantiliza a vida, com a justificativa pautada em cifras milionárias. Não devemos abdicar de todos os ensinamentos e aprendizados europeus, mas a distinção do que nos destrói deveria ser incondicional.





Bicentenário do Brasil (1822-2022): Perspectivas e Desafios

Criada em agosto de 1991, a Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM) é uma rede de universidades públicas, autônomas e autogovernadas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai gerada para responder aos desafios que a vida universitária atravessava no mundo. Há professores do Centro Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) que são representantes da UFRJ nos Comitês Acadêmicos.

No âmbito das comemorações dos 20 anos da criação do Comitê Acadêmico de História, Regiões e Fronteiras (CAHRF) da AUGM, foi promovido o Painel “Bicentenário do Brasil (1822-2022): perspectivas e desafios”, que ocorreu no dia 21 de outubro de 2022. A mesa foi composta por Sônia Tedeschi¹, Christian

Lynch², Ivo Coser³, Antonio Luiz Licha⁴ e mediada por Renata Bastos⁵ Em sua abertura, a professora Sônia Tedeschi destacou os 200 anos da independência do Brasil como um marco instrucional estimulante de sentimentos de identidade e de ressignificação.

Interpretações diferentes da independência surgem ao longo da história. Prof. Licha destacou as diferentes reinterpretações que foram influenciadas pelo contexto social, político, econômico e cultural que se passavam. Em 1930, os revolucionários foram influenciados pelo então presidente Getúlio Vargas. Já na década dos anos 1960, pelos militares no poder e para o fim da década de 1980, uma perspectiva democrática com vínculos com outros países. Segundo o professor, “reinterpretamos

1 Coordenadora do CAHRF/AUGM representante da Universidad Nacional del Litoral, Argentina

2 Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Leciona Teoria do Estado e Pensamento Constitucional Brasileiro no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

3 Sociedade Brasileira de Instrução; Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Leciona Pensamento Político Brasileiro no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ).

4 Vice Decano do Centro Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Professor e pesquisador do Instituto de Economia (IE) da UFRJ

5 Professora e pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Representante da UFRJ no CAHRF/AUGM.

os momentos a partir de nossas vivências. A história é compreendida de forma diferente a partir de cada momento histórico.”

Destaca também que há, atualmente, influências de gênero e raça no modo de se observar e comemorar essa data festiva para o Brasil. Da mesma forma, não há mais espaço para um ponto de vista eurocêntrico de reflexão do passado.

“A independência é um processo duplo – emancipação nacional e passagem do Antigo Regime para um Estado Constitucional e Representativo”

- Lynch, Christian.

O prof. Lynch refletiu, em sua intervenção, sobre os processos de independência dos Estados Unidos, da América Ibérica e do Brasil, demonstrando como a independência pode ser vista como uma revolução nacional e liberal, ao mesmo tempo. Isso se dá pela motivação de provar a preexistência da Nação e justificar o Estado que foi criado pela independência, como também de passar do antigo para o novo, experiências que ocorrem no Brasil.

Após uma análise histórica-política, Lynch afirma que, ainda que o Brasil tivesse seguido o mesmo processo de independência que todas as colônias do Continente Americano, seu diferencial seria preservar a monarquia

como sistema de governo e ser constitucionalista, ainda que conservador ou moderado. A estrutura da antiga colônia toma forma para compor um renovado Império Americano.

“A Revolução Liberal Portuguesa em agosto de 1820, inspirada pelo desejo de restabelecer Lisboa como Centro Único do Império Português, obrigou a Corte do Rio de Janeiro a lutar pela sua sobrevivência. E ela passou a se “bater” pela defesa do Reino do Brasil que havia sido criado pelo D. João”

- Lynch, Christian.

A coroa e a igreja aderiram ao constitucionalismo, de modo que houve um certo alinhamento com os revolucionários. Não havia absolutismo e uma guerra declarada à nobreza hereditária, pois não havia compromisso desse grupo social para manter seus privilégios.

A passagem do antigo regime para o liberalismo se deu por estar em um ambiente americano, uma vez que não havia uma tradição feudal. O futuro era o foco no pós independência, até mais importante que o passado, já que era visto como retrógrado e pautado na relação metrópole-colônia. Não havia um compromisso ou grandes impedimentos pela nobreza hereditária, já que não havia grandes privilégios a serem disputados com o advento da independência e a manutenção da.

monarquia. No início de sua fala, o prof. Ivo Coser renova o espírito do último cente-nário remetendo as indagações sobre o Brasil daquela época. Coser faz referência ao livro "Às margens da história", dando destaque ao ensaio de Oliveira Viana sobre a fraqueza do estado nacional.

"As camadas temporais são constitutivas da própria história"

- Coser, Ivo

O palestrante destaca que as camadas históricas se interpõem na forma de observar os momentos, e que temas como a desigualdade social, raça e gêneros que não são passíveis de ser ignorados ao rever a história do país.

O fio condutor que está presente em 1822 e que se repercute por toda história brasileira são as ideias liberais, incorporadas diferentemente por momentos distintos da história, contudo apresenta continuidade desde 1822 até 2022.


"As elites imperiais brasileiras se referiam a independência como sendo em 7 de abril de 1831"

- Coser, Ivo

Esta releitura de Ivo Coser do momento da independência vem a partir do livro "A Província", de Tavares Basto e do conservador Paulino José Soares de Sousa, em seu também livro "Ensaio sobre o Direito Administrativo", remetente a data de abdicação do trono feita por D. Pedro I, isto é, 7 de abril de 1831, como data da independência da colônia brasileira de sua metrópole Portugal.

Deste modo, Ivo chama atenção do espectador para o fato de que o Império constituído no Brasil não tinha por característica a função expansionista, uma vez que objetivo era voltar a atenção para dentro e povoar o interior, este chamado por ele como Sertão. Tomar o poder do Estado representativo para com a sociedade é uma demanda antiga com valores próximos em 1831 e 1984.

Em um momento do Painel, Licha destaca, em espanhol, para atender o público das universidades da AUGM, sete tópicos importantes sobre o processo de independência do Brasil apontados pelos palestrantes ao longo do debate, feito predominantemente em português, para atender parte da audiência hispano falante: 1) o Brasil era um país agrícola, pouco povoado e com pouca capilaridade em seu território; 2) a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, foi significativa para o movimento posterior de emancipação do país; 3) houve a ação de distintos atores sociais que



se agruparam para a construção de Estado Nacional; 4) com a independência, há dois fatores centrais a serem analisados: a garantia de uma unidade territorial brasileira e a constituição de um sistema político; 5) entre os anos de 1821 e 1834, há o marco da constituição do Estado Brasileiro, isto é, construção do poder imperial; 6) naquele contexto, havia tensão de um Estado autoritário que precisa centralizar o poder e o desenvolvimento de uma agenda liberal e 7) o papel dos eleitores liberais e o marco de 7 de abril de 1831, data em que D. Pedro I abdicou de seu trono e o passou para o filho, D. Pedro de Alcântara.

“Em 1831, as elites liberais fazem mais parte do poder e do Estado Brasileiro. e passam a ter um papel importante na máquina administrativa. Em 1984 [ano de efervescência das Diretas Já], aparece, de alguma forma, uma repetição de parte das tensões que havia em 1831. Na conclusão do professor Ivo, ambas as datas são momentos em que se revela a necessidade de que a sociedade internalize parte de seu processo decisório”.

- Licha, Antonio.

Ao final do evento, os palestrantes responderam perguntas feitas pelo público. Algumas das questões foram:

Por que podemos entender a consagração da independência na Revolução de Farrapos, mas não com o fim da Revolução Praieira?

Para Christian Lynch, a Revolução de Farrapos, ou Farroupilha, é a última revolução separatista. A Revolução Praieira seria uma revolta radical-liberal, que não é separatista, e não colocava o constitucionalismo ou a nacionalidade em questão, o que havia ocorrido na Farroupilha. Segundo o palestrante, essa segunda revolução não estava no discurso da Independência do Brasil.

Dentro da longa duração e das camadas históricas que nos rodeiam, como se pode entender a falta de empenho nos festejos do bicentenário neste ano? Problemas de governo e de sociedade?

Ivo Coser afirma que a falta de ênfase na comemoração do bicentenário, com toda certeza, teria relação complexa com o grupo que ascende ao poder. Talvez esse grupo não tenha desenvolvido, ou não tenha explicitado, a sua ideia de independência, a ideia de rompimento com o pacto colonial. Coser, então, pergunta: “O coração de D. Pedro trazido ao Brasil representa o quê?” Para ele, haveria um vasto conflito que se abre a partir da

independência para o esforço de não só construir um Estado, mas também de tornar esse Estado permeável à sociedade. O palestrante termina sua fala dizendo que atualmente “pode ser que haja ausência de um projeto do que é a nação”.

Ao voltar a essa questão, Christian Lynch lembra que a data da comemoração do bicentenário foi submetida à agenda eleitoral do atual presidente, Jair Bolsonaro. Lynch também afirmou que “não há um ministério da cultura que saiba de cultura”, para demonstrar a falta de comprometimento do Governo Federal com a história e cultura do país.

O que se pondera como democrático à época?

Segundo Lynch, o conceito de democracia se modifica para cada época e, até mesmo dentro de um período determinado, existem contradições da conceitualização do que é ou o que deveria ser democrático. O professor elucida que ser democrático significaria o entendimento do fortalecimento do parlamento no lugar da coroa, assim como a descentralização e o federalismo – onde frações do poder estavam próximas das cidades e vilas.



La independencia del Brasil: itinerario histórico y actualidad bicentenaria.

SONIA ROSA TEDESCHI¹

Las conmemoraciones de hechos y procesos históricos significativos para una sociedad -en particular las “números redondos” como aniversarios, centenarios, bicentenarios- constituyen campos de observación privilegiados para conocer mejor lo que se recuerda, entender, interpretar, realizar balances y proyecciones, desde cada presente que rememora.

Los 200 años de la independencia del Brasil, constituyen un número redondo, estimulante para la evocación, para exaltar los sentimientos colectivos relacionados con pertenencia e identidad, discutir las implicancias de ese acto desde las preocupaciones actuales. Observándolo en perspectiva el 7 de setiembre de 1822 es como un nudo histórico, para mirar hacia atrás y hacia adelante en términos de proce-

so... para evaluar aquellos legados significativos capaces de operar en el reconocimiento de una sociedad cuando mira hacia atrás y traducirse en desafíos cuando se mira hacia adelante. En este año, la sociedad brasileña está transitando esta conmemoración por medio de variadas formas y estrategias de evocación, cambiantes asignaciones de sentido, y hasta disputas en torno a cómo y qué recordar que no podemos analizar aquí en un ejercicio simultáneo sino tomar distancia y hacer evaluaciones de conjunto en un futuro.

El despertar de la independencia brasileña

En la declaración de independencia del Brasil confluyeron varios factores que se pueden

¹ Doctora en Historia. Profesional del CONICET. Docente investigadora en la Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad Nacional del Litoral. Coordinadora General del Comité Académico Historia Regiones y Fronteras (AUGM), Miembro de la Junta Provincial de Estudios Históricos y del Centro de Estudios Hispanoamericanos de Santa Fe. E-mail: rnsoniat@santafe-conicet.gov.ar

remontar a 1808 como punto de inflexión en la relación colonia y metrópoli imperial. En ese año, el rey Juan VI y su familia fueron expulsados por la invasión napoleónica a Portugal a causa de no obedecer la orden de Napoleón de romper relaciones diplomáticas con Inglaterra. El rey y su nutrida comitiva cruzaron el Atlántico con protección inglesa y se instalaron en Río de Janeiro transformando a esa ciudad en centro del reino. En 1815, Juan VI jerarquizó política y jurídicamente a su colonia integrándola en el Reino de Portugal, Brasil y Algarve, nombrando a su hijo Pedro I como Príncipe Regente y fortaleciendo la unidad con dominio de la Casa de Braganza. En 1820 con Portugal liberado desde hacía tiempo, las Cortes se reunieron en Lisboa, exigieron el regreso del rey, abolieron la regencia de Pedro y se dispusieron a elaborar el plan de recolonizar al Brasil. Estas drásticas decisiones precipitaron el corte de los lazos con el imperio portugués y la erección de un imperio brasileño independiente.


El Grito de Ipiranga

El 7 de setiembre de 1822, el Príncipe Regente, Pedro de Alcántara y Braganza, en camino hacia San Pablo, declaró la independencia de Brasil sobre las márgenes del río Ipiranga. En su Manifiesto del 1 de agosto de 1822, prelude de la declaración de setiembre,

él asumió el compromiso de defender los derechos de los pueblos del Brasil y el mantenimiento de su libertad e independencia política. En algunos pasajes del escrito se revelan las pretensiones de ciertas continuidades y cambios. Por un lado, estaba la necesidad de no romper los lazos de “fraternidad portuguesa” y seguir siendo una familia a ambos lados del Atlántico como un llamado a la tradición y a la historia común. Por otro, se pensaba en una transformación institucional con base en una Constitución como instrumento moderno para regular el poder y la vida social:

“... Ya sois un pueblo soberano, ya entrasteis en la gran sociedad de las naciones independientes a que teníais todo el derecho. La honra y la dignidad nacional, los deseos de ser venturosos, la voz de la misma naturaleza, manda que las colonias dejen de ser colonias cuando llegan a su virilidad, y aunque tratados como colonos, no lo creáis realmente, y seréis, por fin, un reino. Además, el mismo derecho que tuvo Portugal para destruir sus instituciones antiguas y darse una Constitución, con más razón la tenéis vosotros, que habitáis un vasto y grandioso país, con una población que (aunque diseminada) es mayor que la de Portugal, y que irá creciendo con la rapidez con que caen en el espacio los cuerpos graves.”

En el Manifiesto existe también otra expresión muy significativa que iba en consonancia con las aspiraciones de expansión territorial de larga data del Imperio portugués sobre el sur continental. Ya desde 1808 la diplomacia portuguesa había reavivado la idea de “frontera natural” llegando al Río



de la Plata como límite sur. Un resurgimiento del llamado mito de la Ilha do Brazil alimentado por cartógrafos portugueses desde el siglo XVI, un Brasil contenido entre las dos cuencas más grandes de América meridional, la del Amazonas y la del Plata que Don Pedro estaba decidido a sostener como parte del proyecto independentista:

“... No se oiga pues entre vosotros otro grito que no sea el de unión del Amazonas al Plata; no retumbe otro eco que no sea independencia.”

Don Pedro fue aclamado como Emperador en el mes de octubre y coronado con los atributos imperiales en diciembre de 1822. Esto provocó la guerra con Portugal. En efecto, el proceso de independencia no fue totalmente pacífico, si bien no reprodujo con Portugal las largas guerras emprendidas por los pueblos americanos para emanciparse de España, hubo tensiones, violencia política y enfrentamientos armados entre 1822 y 1824. Los imperiales de Pedro I confrontaron con los leales a Portugal quienes querían mantener el orden colonial pero estos fueron derrotados y expulsados. Internamente se generaron focos de resistencia hacia el centralismo político imperial de Río de Janeiro, por ejemplo en Bahía y Pernambuco pero terminaron sofocados. Finalmente, la independencia fue reconocida formalmente por la antigua metrópoli portuguesa en 1825.

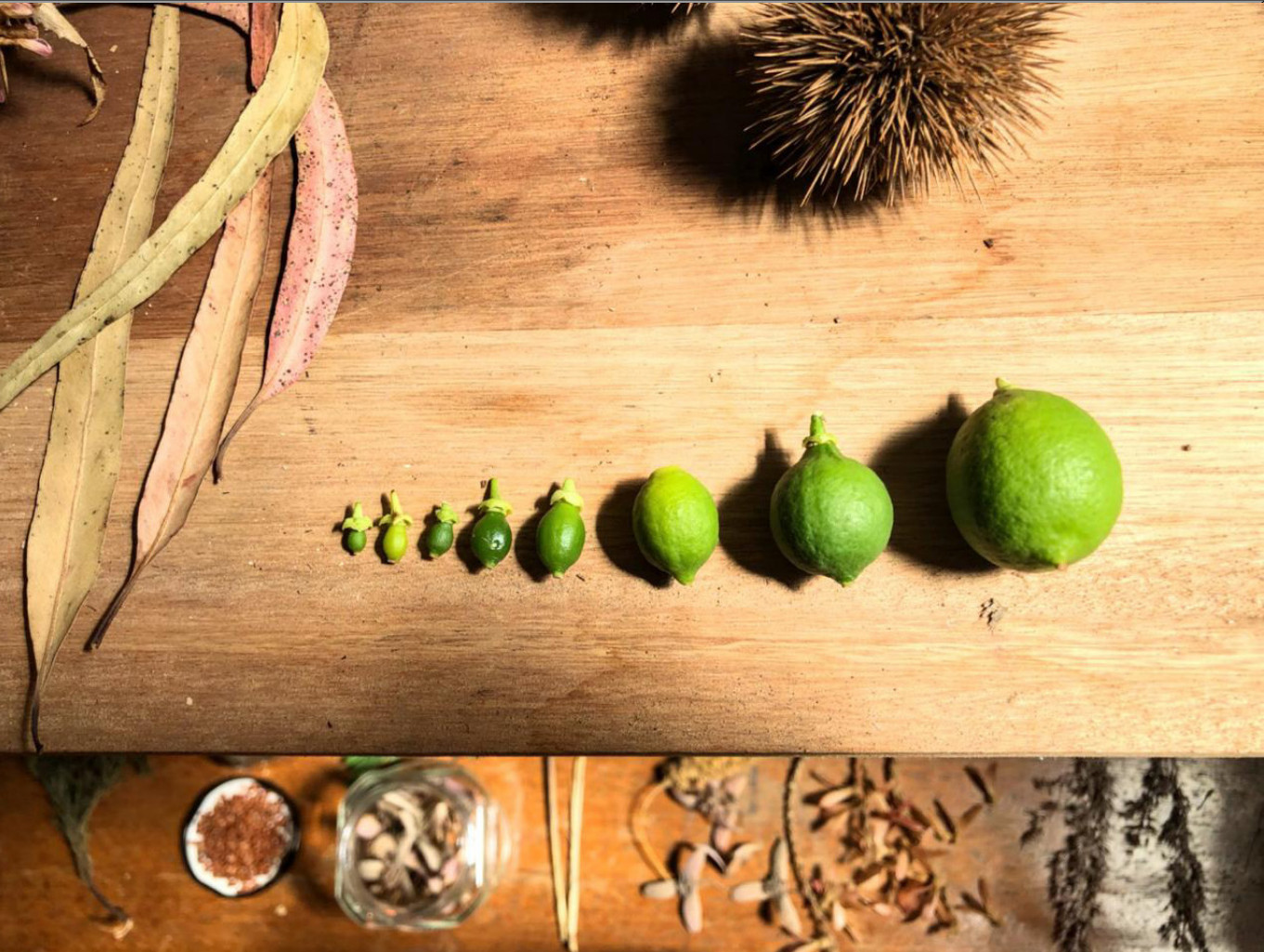
Debates de hoy: historia y presente.

¿Cómo ha impactado la conmemoración de este suceso en la construcción de su conocimiento histórico? Los estudios generados revisan el proceso independentista en torno a los modos de participación de las mujeres, los indígenas, esclavos y libertos, sus formas de acción, sus motivaciones y trayectorias. Por otro lado ¿Cómo se entiende la independencia del Brasil si no se lo estudia en conexión con lo que sucedió en el resto del continente americano o en Portugal de manera contemporánea? Entonces, esa es otra dimensión global que permite una comprensión de los sucesos y de los protagonistas de una manera más amplia e inclusiva.

La otra pregunta importante es ¿Cuáles son los debates que ha desatado esta conmemoración bicentennial vinculada al presente? Entre la multitud de asuntos abiertos a la reflexión, los viejos y nuevos debates confluyen en un postulado fuerte y preocupante que es la presencia de rasgos coloniales aún después de transcurridos 200 años desde aquel Grito de Ipiranga. Uno de los aspectos más críticos es el que alude a la persistencia del racismo, el denominado “racismo estructural” como centro de intensa discusión. Baste mencionar al XII COPENE, un multitudinario Congreso Brasileño de Investigadores/as Negros/as, realizado entre el 11 y 15 de setiembre y organizado por

universidades de Pernambuco y observar los asuntos de debate que aquí dejamos como una pequeña muestra: la afrociudadanía como proceso de fomento, conquista y concreción de la ciudadanía plena de la población negra del Brasil; el racismo institucional en el ambiente académico y científico; educación y relaciones étnico raciales; políticas de acciones afirmativas en torno a las prácticas antirracistas y decoloniales.





#VERSUSimagem

PEDRO SÁNCHEZ*

A seção Galeria da edição N. 10 da Revista Versus apresenta o trabalho de Thalita Campbell, cientista e pesquisadora, graduada em Ciências Biológicas pela UFRJ e mestre em Design pela PUC-Rio, que, desde 2011, vem atuando num espaço interseccional entre essas duas disciplinas. Consultora da empresa Tátil Design, Campbell é uma das divulgadoras da assim chamada Biomimética, um campo de inter-relação entre biologia e design, que busca

resolver desafios humanos através da observação de estratégias encontradas na natureza.

Popularizada no fim dos anos 90, a Biomimética encara o mundo natural como uma imensa enciclopédia criativa, um repertório de formas, processos e táticas geradoras de soluções e tem em seu portfólio inovações que vão desde o fecho tipo velcro, que emula o sistema de dispersão de sementes, como o carrapicho que agarra nos pelos de mamíferos, até o

aperfeiçoamento da aerodinâmica de trens-bala, a partir da observação do formato do bico do pássaro martim-pescador.

Tendo nascido e sido criada na cidade industrial de Volta Redonda, RJ, que abriga a maior siderúrgica da América Latina, Campbell assimilou como realidade de sua infância a visão de imensas e incansáveis chaminés expelindo fuligem e pó metálico num céu vermelho e sonoro, mas também o refúgio promissor de parques ecológicos como a Floresta da Cicuta, Área de Interesse Ecológico, localizada entre Volta Redonda e Barra Mansa e o Parque Nacional de Itatiaia.

Seja nesses locais de preservação ambiental, ou mesmo em parcerias com espaços culturais do Rio de Janeiro ou de São Paulo - em meio à mata ou diante de espécimes selecionados e dispostos - Campbell vem desenvolvendo palestras, cursos e imersões com o objetivo de “aproximar o público ao conhecimento científico através de uma linguagem simples e contemporânea, utilizando elementos naturais para materializar os aprendizados e despertar o olhar ativo e empático pela natureza”.

Esse contato com o mundo natural apresenta-se como primeira etapa para o processo criativo utilizando ferramentas de biomimética e tem, não como estratégia, mas como fruto, um verdadeiro arrebatamento. Em uma oportunidade que tive durante a pandemia, enquanto ouvia Thalita a respeito das estratégias de dispersão de sementes para longe da árvore mãe, me vi transportado para a varanda da casa de meu tio, de onde meu irmão e eu, crianças, lançávamos ao ar um punhado vermelhinho de

nossas “plantas giroscópicas”. Novamente adulto, muita coisa fez sentido para mim, ao refletir sobre o fato de que nem toda forma natural representa um papel ativo, como no caso de espinhos nos galhos de plantas que não possuem uma função atual para aquele organismo, são apenas uma marca hereditária.

Através daquilo que ela chama de um “despertar do encantamento”, quem participa das dinâmicas propostas por Campbell é convidado a resgatar lembranças, reconectar-se à natureza e a si próprio. Em suas palavras, “além dos mundos das formas, a biomimética também pode ser uma lente poderosa para mudar nosso olhar para o nosso mundo”.

Como fundamento das questões trazidas em suas oficinas, Campbell desenvolve uma pesquisa visual na qual observa, seleciona, registra e documenta espécimes e fenômenos com os quais compõe um discurso no qual imagem e texto operam paralelamente. São estas articulações que apresentamos aqui.

Uma das definições da Biomimética diz que esta procura “inspirar-se na natureza para solucionar demandas humanas”. O poder de transcendência da fala de Thalita Campbell vem do fato de esta se focar não tanto nas possibilidades das soluções, mas na profundidade dessas demandas.

* Professor Associado da Escola de Belas Artes - UFRJ, Coordenador do curso de Artes Visuais - Gravura

Uma pesquisa do IBGE, divulgada em 2013, classificou Volta Redonda como a segunda maior cidade com vocação poluidora do Estado, atrás apenas da capital.

"o fruto é uma flor grávida

essa analogia simplificada serve bem pra explicar rapidamente que todo fruto vem de uma flor.

na primeira foto, o passo a passo de como o fruto dessa Iridaceae cresce a partir do ovário de sua flor.

o ovário dessa flor -cortado nas duas últimas fotos- é ínfero, ou seja, se localiza abaixo de

onde saem as pétalas. e após ser polinizada, suas pétalas se enrolam e o ovário vai crescendo. quando o fruto já está maduro, ele se abre e expõe suas sementes.

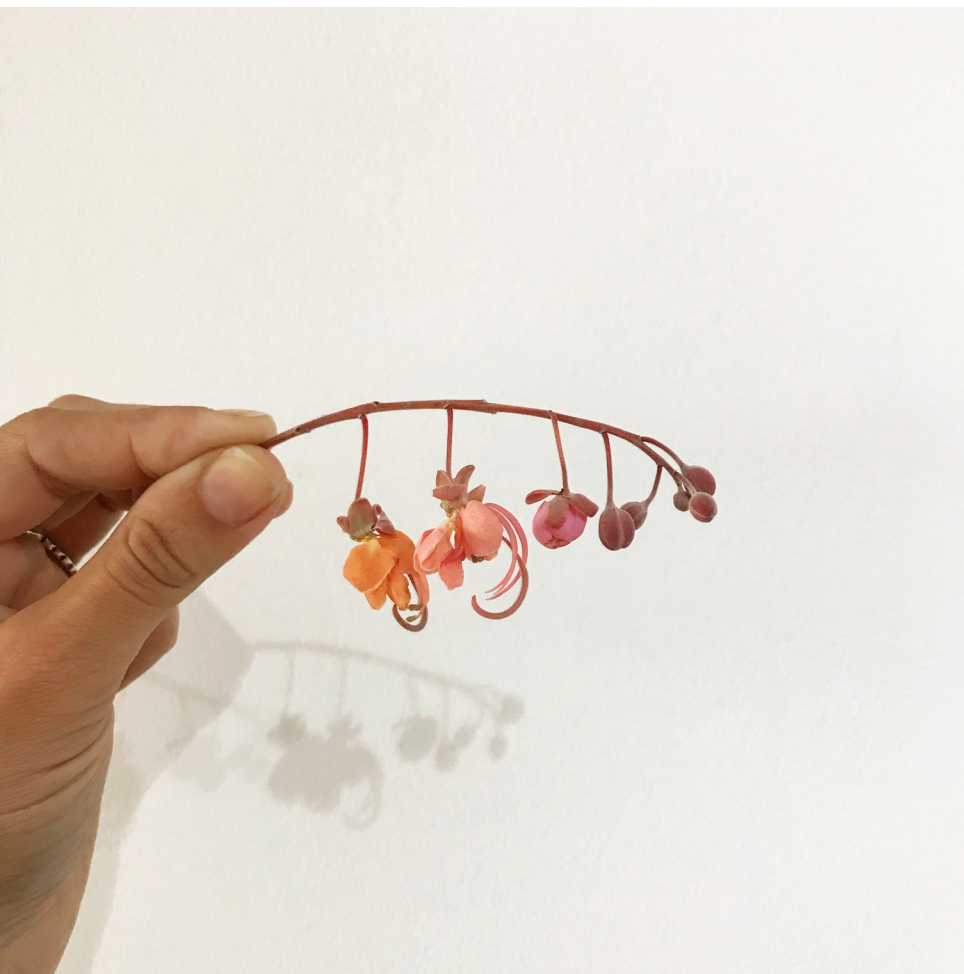
Iris domestica é o nome científico da flor-leopardo, de origem asiática. o extrato de seu rizoma é indicado para tratamento de tosse, bronquite, asma e dores de garganta, com eficiente ação expectorante."

Thalita Campbell





Mesa do estúdio de Thalita Campbell



**"você já viu os minutos passarem longe dos relógios?
o que te faz saber que a tarde virou noite?
as onze-horas te contam que o almoço já vai pra mesa?
como o tempo passa por você sem você passar com ele?
o que uma flor te ensina sobre a vida?
e sobre a morte?"**

Thalita Campbell



"entender as formas da natureza como construção permanente
uma dança do que se tem de particular em cada ser e o seu 'sentir o mundo'
os encontros formam novos contornos
que reverberam os efeitos no corpo
e produzem uma nova linguagem
cada elemento que se soma, bordas se expandem,
inteligências são construídas, pontes formadas
e novos caminhos se desenham, mapeando possibilidades,
multiplicando a vida pela singularidade das relações que nos formam
e são formadas por nós, continuamente..."

Thalita Campbell



CAUSAS IDENTITÁRIAS, DEMANDAS UNIVERSAIS

CELIA LESSA KERSTENETZKY¹

Nem sempre acolhidas com simpatia, as pautas identitárias —reivindicações, por grupos politicamente minoritários, do reconhecimento de suas desvantagens sociais históricas e do acesso a oportunidades e recursos para compensá-las — têm por vezes despertado reações intensas.

No âmbito de debates sobre justiça social, de um

lado, há os que veem essas pautas como ameaça a pautas universalistas centradas na garantia de direitos sociais, pelas divisões que podem criar; de outro, há os que consideram que apenas políticas identitárias serão capazes de promover equidade, uma vez que os grupos politicamente minoritários não têm sido adequadamente contemplados por

¹ Professora titular do Instituto de Economia da UFRJ, diretora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE-UFRJ)

direitos sociais.

Há perigos e oportunidades nas duas reações. Não se considerar que direitos sociais podem não estar equanimemente garantidos por conta de atributos identitários é um claro perigo da primeira posição; a insistência na garantia exclusiva de direitos coletivos, que pode conviver com recursos limitados, em uma espécie de 'neoliberalismo progressista', em que se garantem 'cotas' a grupos, mas se limitam drasticamente o montante de recursos a serem distribuídos e a extensão da transformação social, é um claro perigo da segunda posição. Quanto a oportunidades, por um lado, direitos universais efetivos são o único meio de se impedirem discriminações; por outro, as causas identitárias são o necessário alerta quanto à ausência de direitos efetivos.

Neste texto, desenvolvo uma posição que me parece mais promissora, entre os extremos da rejeição ou da adoção incondicional da política identitária. Uma perspectiva capaz de conciliar as demandas de equidade, isto é, distribuição mais equilibrada de recursos sociais, com as exigências da pauta de direitos sociais, isto é, resultados de fato numericamente significativos e socialmente transformadores. Trata-se da mobilização de causas identitárias em prol de demandas por universalidade - e da consequente assunção por parte de grupos politicamente minoritários de sua vocação histórica de vanguarda na *luta radical por direitos para todos*.

Entre as razões para isso, há, de um lado, a forte energia política atualmente mobilizada por grupos identitários, de outro, a maior aptidão da agenda de direitos universais para (i) atender os interesses e aspirações distributivos desses grupos, já que é capaz de abranger os 'grandes números' e não apenas um

subgrupo restrito de integrantes; (ii) para neutralizar mecanismos de dominação e subalternização, responsáveis pelo sentimento de subcidadania que assola os membros desses grupos; e (iii) viabilizar a essencial formação de coalizões majoritárias, já que contempla interesses amplos, para além dos que se expressam em linguagem identitária.

Historicamente, reivindicações específicas de grupos politicamente minoritários (nem sempre demograficamente minoritários) foram o estopim de transformações sociais abrangentes. Reivindicações de igualdade colocaram no banco dos réus relações e instituições que promoviam discriminações, opressão, exploração, universalizando a exigência de igualdade. Isso ocorreu por vezes de modo não deliberado, como, por exemplo, com a reivindicação por homens brancos privilegiados em metrópoles europeias do reconhecimento de direitos naturais do homem, à vida e à liberdade, nos séculos 17 e 18, que acabou sendo apropriada por movimentos de mulheres, de escravizados como os revolucionários do Haiti e habitantes de colônias do Novo Mundo ao longo dos séculos 18, 19 e 20. Mas ocorreu também de modo deliberado: movimentos abolicionistas ou independentistas foram protagonizados por mulheres, negros, indígenas, enquanto também lutavam pela emancipação feminina ou por igualdade racial. No Brasil, o movimento negro nasceu como resistência à ditadura e abrigou a minorias políticas, como mulheres e gays, e apresentou na Constituinte propostas como a introdução de direitos sociais e a extensão de direitos civis e políticos. Discursos de líderes, intelectuais e ativistas negros, ao longo do século 20 e do corrente século, marcam o insulto à humanidade representado por discrimi

nações, opressão e exploração: Frantz Fanon ("Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questiona"; "minha pele negra não é depositária de valores específicos"; "sou um ser humano e é todo o passado do mundo que tenho a resgatar"), Malcolm X ("acredito em uma sociedade em que as pessoas possam viver como seres humanos com base na igualdade"), Nelson Mandela ("a divisão política baseada na cor é inteiramente artificial e, quando desaparecer, desaparecerá também o domínio de um grupo de cor por outro"), Angela Davis e Djamilia Ribeiro ("a mulher negra é a que mais sofre o peso do capitalismo. O que está em jogo é um novo modelo de sociedade [...] anticapitalista, antirracista e feminista"), Wesley Teixeira ("o movimento negro garante humanidade para todos").

Contudo, a vocação universalista - libertária e igualitária - da causa identitária nem sempre é percebida e de fato empunhada. Muitas vezes o universalismo é erroneamente atacado. Mas, opor política universal a igualdade racial ou equidade de gênero é, além de equivocado, contraproducente. Equivocado já que quando políticas universais não cobrem grupos politicamente minoritários é porque elas não são universais, não porque são. A ambição da universalidade é justamente abolir a minoridade política de grupos historicamente em desvantagem, não cuidar com exclusividade das aspirações de grupos majoritários. Simetricamente, a ambição da política identitária é abolir a hierarquia, não inverter seu sentido. A confusão entre realidades e possibilidades é responsável pela demissão prematura de um instrumento tão potencialmente transformador quanto as políticas universais. No Brasil, vale lembrar, as políticas ditas universais não são, de fato,

universais. Criticamos não sua universalidade, mas a universalidade falhada. A condenação da política universal é também contraproducente, porque alvejar a política universal quando se busca igualdade é abater seu maior aliado: só com a escala envolvida em políticas efetivamente universais é que se alcançam os grandes números dos grupos politicamente minoritários.

Evidentemente, o universalismo efetivo requer também políticas afirmativas que visem grupos específicos, porque contribuem para complementar a universalização de políticas nominalmente universais. Mas, convocamos intervenções focalizadas como meio para atingir cobertura universal. Isso se faz necessário porque a experiência em política social mostra que a desigualdade sempre escapa, e o tratamento e o acesso iguais precisam ser ativamente perseguidos.

A liderança e a energia política dos grupos politicamente minoritários, agora como antes, seguem sendo essenciais para levar adiante a agenda do universalismo efetivo, que há de representar transformação social, de fato, profunda.



Inflação: teoria e política

KAIO PIMENTEL ¹

1. Introdução

Este breve artigo pretende apresentar os elementos mais gerais de visões teóricas distintas sobre o processo inflacionário. Iniciaremos apresentando a visão marginalista e depois será apresentada a abordagem de custos ou de conflito distributivo. Feita esta apresentação analítica, serão debatidos alguns nexos entre a intervenção do governo e o processo inflacionário com o sentido de se discutir alguns pressupostos e/ou teses comuns sobre esta relação.

Por definição de escopo, será mantido um grau alto de abstração na discussão. O objetivo desta escolha é discutir os elementos gerais envolvidos na discussão teórica de inflação e entender as origens das diferentes prescrições de política econômica para combater a inflação. Portanto, as experiênci-

históricas apenas nos serão interessantes na medida que possam ilustrar um ou outro aspecto da nossa apresentação.

As causas da inflação podem ser resumidas na Equação 1 abaixo:

$$i_t = a i_{(t-1)} + b(Y - Y^*) + c$$

Onde:

i_t = inflação no período corrente

a = coeficiente de memória e/ou de expectativas de inflação

$i_{(t-1)}$ = inflação no período passado

b = coeficiente de respostas em relação ao hiato de produto

Y = nível de produto efetivo

Y^* = nível de produto potencial

c = choque de custos

¹ Professor adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Tal discussão é feita em Serrano (2010). Nos termos da Equação 1, a inflação inercial pura, que é neutra do ponto de vista distri-

A Equação 1 acima nos será útil para guiar a apresentação. Por uma questão de escopo, não discutiremos aqui as teorias de inflação inercial pura². Algum papel para o coeficiente de inércia e/ou de expectativas ($0 < a < 1$) existe tanto na abordagem marginalista como na abordagem de custos/conflito, aqui será apresentado apenas como cada uma das duas principais abordagens de inflação concebe o papel de a.

Desse modo, na seção 2 será apresentada a visão marginalista da inflação. Na seção 3 será apresentada a visão da inflação de custos ou de conflito distributivo. Na seção 4 serão discutidos três aspectos que relacionam a política econômica à inflação. O objetivo de aprofundar esta discussão se justifica na medida em que, mesmo atualmente, o governo ainda é geralmente apontado indevidamente como “o” culpado pelo processo inflacionário.

2. A visão marginalista

Nos termos da Equação 1, a visão marginalista da inflação concebe o processo inflacionário como causado pela diferença positiva entre o nível de produto efetivo em relação ao nível de produto potencial ($Y > Y^*$). Os choques de custos tendem a ter média zero, não se constituindo em causas permanentes da inflação³.

Na visão marginalista de longo prazo, supondo flexibilidade real e nominal dos preços e salários e curvas de demanda bem-comportadas para os fato-

res de produção, uma economia capitalista é capaz de produzir uma tendência endógena, por meio do funcionamento do sistema de preços, ao pleno emprego dos fatores de produção, qual coincide com o nível de produto potencial. Desse modo, quando o nível de produto efetivo é igual ao nível de produto potencial, a taxa de desemprego está no nível considerado natural pelos teóricos marginalistas.

O nível de produto potencial é visto como exógeno, determinado pelos fatores de oferta (basicamente a dotação dos fatores de produção e a tecnologia), ou seja, supõe-se que o nível de produto potencial não é afetado pela demanda agregada. Além disso, como se admite a hipótese que $a=1$, o que torna a inércia inflacionária completa nos termos da Equação 1, o hiato de produto afeta a inflação de maneira sistemática.

Em geral, a inflação aparece como resultado de políticas expansionistas, seja monetária ou fiscal, de maneira que estas causem um choque (aumento) de demanda, gerando a situação de inflação. A elevação do nível de gastos públicos, ou do déficit público, ou a manutenção de taxas de juros em níveis mais baixos que o recomendável (natural), são as causas mais prováveis de um choque de demanda que provoca a elevação do nível de produto acima do nível de produto potencial e explica a tendência

³ De uma maneira correlata, a discussão poderia ser apresentada mostrando a equação da Curva de Phillips neoclássica, qual pode ter a seguinte especificação: $i_t = a_i(t-1) - b(U - U_n) + c$. As mudanças em relação à Equação 1 são: o coeficiente b agora entra subtraindo e a diferença relevante (negativa agora) se dá entre a taxa de desemprego observada (U) e a taxa de desemprego natural U_n . Ademais, c representa choques de oferta.

do processo inflacionário, lembrando que os preços dos bens e serviços que podem ser afetados pelo excesso de demanda são aqueles que não podem ser importados.

O principal instrumento de política econômica para corrigir o desvio do nível de produto em relação ao nível de produto potencial é a taxa de juros. A elevação da taxa de juros tem a função de reduzir a demanda, compatibilizando novamente o nível de produto potencial e a demanda agregada da economia. Nos modelos neoclássicos mais atuais, como o do “Novo Consenso”, quando ocorre a inflação de demanda, a política monetária tem a tarefa de elevar a taxa de juros até gerar uma taxa de desemprego acima da taxa natural para levar a economia de volta a uma meta de inflação pré-estabelecida.

Note que este trade-off entre inflação e desemprego só existe no curto prazo. Qualquer política econômica que tenha como objetivo uma taxa de desemprego permanentemente menor que a taxa de desemprego natural levará a economia não a uma inflação um pouco maior e estável, mas a uma aceleração da inflação⁴.

3. Inflação de custos e/ou conflito distributivo

As diferenças básicas em relação a teoria macroeconômica mais geral a serem apresentadas e que mudam radicalmente a visão sobre a inflação são o uso do princípio da demanda efetiva para explicar a determinação do nível de produto (curto prazo), a tendência de crescimento das economias (longo prazo) e a ausência de uma tendência ao pleno emprego dos fatores dada pelo sistema de preços⁵.

O crescimento da capacidade produtiva passa a ser explicado pelo princípio do ajustamento do estoque de capital. O crescimento (decréscimo) da demanda efetiva estimula o crescimento (decréscimo) da capacidade produtiva e a variável que vai dando o sinal e a intensidade da variação é o grau de utilização da capacidade produtiva. Essas simples alterações implicam que o nível de produto potencial se torna endógeno, isto é, as elevações do nível de produto efetivo alteram (elevam) o produto potencial. A consequência analítica é que o hiato do produto deixa de ser a principal explicação da inflação e de sua aceleração. Alterações implicam que o nível de produto potencial se torna endógeno, isto é, as elevações do nível de produto efetivo alteram (elevam) o produto potencial. A consequência analítica é que o hiato do produto deixa de ser a principal explicação da inflação e de sua aceleração⁶.

Dessa maneira, os fatores persistentes que causam a inflação estão em outro lugar. Na abordagem da

4 Para uma análise crítica da Curva de Phillips na abordagem neoclássica, ver Aidar (2011).

5 Para uma visão mais ampla da abordagem teórica que guia as considerações desenvolvidas na seção 3, ver Serrano e Medeiros (2004).

6 Nesta abordagem, ainda que possa ocorrer inflação de demanda, se concebe que a dinâmica inflacionária pode/tende a distribuir renda em favor da classe que investe de maneira a diminuir o consumo corrente ao reduzir a renda real da classe trabalhadora, o que tende a eliminar o hiato de produto.

inflação de custos, a dinâmica básica dos custos de produção e o comportamento dos agentes econômicos na disputa por uma fração maior do produto (conflito distributivo) é o que explica principalmente a inflação.

Salários nominais, taxas de juros, a taxa de câmbio e os preços dos bens conhecidos como commodities são os componentes básicos dos custos de produção e possuem determinantes distintos. Baseados na apresentação feita em Bastos (2010), longe de pretender ser exaustivo, vamos agora fazer considerações específicas sobre cada um desses custos básicos de produção e fatores que regulam suas dinâmicas.

Comecemos pelos salários nominais. Observe que o salário que importa ao trabalhador é o salário real na medida que este é quem denomina o poder de compra do salário. Entretanto, em uma economia monetária, o que o trabalhador consegue negociar é o salário nominal, ainda que ele tenha como objetivo um nível de salário real. Assim, baseado na argumentação desenvolvida em autores como Garegnani (1974) e Garegnani e Petri (1989), que resgatam autores clássicos, os determinantes do salário real na abordagem do excedente são fatores históricos, institucionais e o poder de barganha dos trabalhadores. Fatores históricos são capazes de tornar difundido o uso de determinada cesta de consumo, uma convenção estabelecida de que determinada cesta é o mínimo. Fatores institucionais, como o conjunto de leis que regulamentam as relações de trabalho, a existência/ação dos sindicatos, o poder deles na correlação de forças que governam um determinado lugar, também condicionam a evolução dos salários nominais. Por fim, os níveis

de atividade e emprego afetam o poder de barganha das classes. Uma economia com baixo nível de desemprego tende, condicionada pelos fatores institucionais, a tornar o poder de barganha dos trabalhadores maior e, assim, os trabalhadores conseguem aumentos nominais/reais de salário. De maneira correlata, uma economia em depressão, na qual o desemprego cresce, reduz o poder de barganha e condiciona, do mesmo modo, os trabalhadores a terem seu poder de barganha reduzido e os salários podem sofrer decréscimos nominais/reais.

A taxa de juros aparece como uma variável que estabelece a rentabilidade mínima para o capital e que afeta o custo de financiamento das empresas. Elevações das taxas de juros de curto e longo prazo pelo governo tendem, na medida que afetem as demais taxas de juros praticadas pelo setor financeiro, a elevar o custo de financiamento das empresas estabelecendo a possibilidade de relação positiva entre taxas de juros nominais e o nível de preços ou entre a variação das taxas de juros e a taxa de inflação. A elevação da taxa de juros como instrumento de combate à inflação pode se dar na medida que cause a valorização da moeda nacional, o que nos leva ao nosso próximo elemento básico dos custos de produção.

A próxima variável é a taxa de câmbio nominal. Esta regula o custo de bens/insumos e serviços importados. De um ponto de vista heterodoxo, no longo prazo, diferenciais de taxa de câmbio tendem a ser explicados por diferenciais de custo de produção/productividade entre as economias e, no curto prazo, a taxa de câmbio pode ser bastante influenciada pelos ciclos de liquidez internacional que, por sua vez, do ponto de vista externo, dependem da política econômica dos países centrais,

sobretudo do país que emite a moeda internacional. O grau em que os países periféricos recebem influxo de capital estrangeiro nestes ciclos de liquidez pode depender da situação de solvência na moeda internacional, uma vez que as variações da taxa de câmbio nominal podem ser decisivas no cálculo de rentabilidade de investimentos de curto prazo.

Por fim, as mercadorias cujos preços são cotados internacionalmente (commodities) afetam a inflação, seja porque seus preços são influenciados pela taxa de câmbio, seja porque o preço de referência internacional tende a estabelecer um custo de oportunidade para os produtores nacionais, na medida que possam optar por vender externamente (e não internamente) sua produção. O crescimento dos fluxos de comércio mundial tende a aumentar o número de mercadorias que possam ter sua dinâmica afetada por fatores dessa natureza.

Vejam agora como se dá o conflito distributivo a partir de um exemplo comum enfrentado por economias periféricas: a desvalorização da moeda nacional. Elevam-se os custos de produção dos insumos importados. As empresas tendem a tentar repassar este aumento de custos aos preços, na medida permitida pela concorrência setorial a que estão sujeitas, para tentar preservar suas margens/taxa de lucro. Uma vez repassados aos preços, o nível de preços se eleva e, tudo o mais constante, os salários reais são reduzidos. Os trabalhadores tentam, na medida permitida pelo seu poder de barganha e pelos fatores institucionais que regulam as relações de trabalho, aumentar seu salário nominal para recompor a perda de poder de compra implicada pela inflação. Assim, “os diferentes grupos

sociais tentam aumentar ou ao menos manter suas parcelas na renda nacional” (Silva, 2011, p. 9)

Lembremos agora que trabalhadores não são homogêneos, assim como não são as empresas, de maneira que o poder de cada um nesse conflito pode variar. Numa situação real, a hipótese “tudo o mais constante” não se verifica, de maneira que a tensão entre as diferentes classes sociais vai tendo sua evolução determinada por choques de custos e por essa dinâmica de conflito. Parte da inflação de um período tende a ser causa de inflação futura na medida que os agentes procuram indexar contratos estabelecidos, trazendo à tona a relevância do coeficiente de inércia. O alcance de uma nova situação de equilíbrio parece um mero recurso de abstração e, de fato, é na medida que a grande maioria das economias apresentam algum nível de inflação positiva e persistente.

A aceleração inflacionária nesta abordagem ocorre quando a economia vai sofrendo seguidos choques de custos que tendem a acirrar o conflito distributivo. Em termos analíticos, o acirramento acontece como uma defesa aos choques de custos e se traduz na generalização do processo de indexação dos contratos e no encurtamento dos prazos estabelecidos para os reajustes. Em geral, os processos de aceleração inflacionária estão relacionados a desequilíbrios externos que impossibilitam uma relação estável entre o valor da moeda nacional e o valor da moeda internacional, caso típico de diversas economias da América Latina que passaram por processos de elevada/hiperinflação nos anos 1980, década em que cessou o fluxo de capital voluntário para a região e obrigava tais economias a desvalorizar seguidamente suas taxas de câmbio.

4. Política econômica

Apresentadas as características básicas das duas principais visões sobre a inflação, discutiremos brevemente nesta seção três aspectos da intervenção governamental que sempre ganham protagonismo quando se pretende apontar um culpado pelo processo inflacionário. O objetivo é mostrar que a política econômica pode ter, sim, impacto desinflacionário de uma maneira muito mais ampla do que a prescrita pela teoria marginalista.

4.1 O nível e a composição dos gastos do governo

Por causa de uma grande influência da abordagem marginalista nos grandes meios de comunicação, em geral, supõe-se que o gasto do governo é um gasto 'improdutivo', que tende apenas a consumir um produto que é gerado pelo setor privado e qualquer elevação dele tende a gerar inflação.

Supondo o princípio da demanda efetiva no curto e no longo prazo, o crescimento dos gastos improdutivos tem um papel central na tendência de crescimento das economias capitalistas ao estimularem o crescimento da capacidade produtiva do setor privado⁷. Além disso, é preciso lembrar também que uma fração dos gastos do governo se dá em investimento, o que permite a manutenção/crescimento do estoque de capital do governo e, conseqüentemente, da economia. Desse modo, na abordagem aqui apresentada,

tanto o crescimento dos gastos do governo (demanda) quanto a composição dos gastos do governo (consumo/investimento) são relevantes.

No caso da economia brasileira, a experiência histórica mostra que muitos dos problemas de oferta da economia foram resolvidos por meio do investimento público e de empresas estatais. Este exemplo singelo sugere que a transformação e sofisticação da estrutura de oferta de uma economia, sobretudo uma economia periférica, pode depender decisivamente da intervenção governamental.

Um exemplo básico de como esta dimensão do desenvolvimento segue atual é o setor de energia. A elevação dos níveis de produto e de renda implicam necessariamente no crescimento da oferta de energia, setor cuja possibilidade de importação é reduzida e necessita de um volume considerável de recursos. Há vários esforços ao redor do mundo para criar condições para uma radical mudança de matriz energética em direção às fontes renováveis. Esses esforços engendram uma competição interestatal/intercapitalista que gera ganhos aos países que detém a dianteira do processo de inovação tecnológica. Infelizmente para as economias periféricas, o progresso técnico tende a ser um processo cumulativo que favorece os países centrais e isso só torna mais urgente a utilização dos instrumentos de política econômica para diminuir o atraso e superar eventuais gargalos de oferta.

⁷ Ver Serrano & Medeiros (2004).

4.2 O déficit do governo (ou a emissão de moeda)

Uma outra tese bastante comum, defendida por economistas de distintos matizes teóricos, é a que o déficit financiado via emissão de nova moeda, ou de maneira mais geral, com elevação da base monetária seria inflacionário. Note que é o gasto que pode ser inflacionário e não a maneira como o gasto é financiado. Assim, é um possível excesso do nível agregado de gastos destinados à compra de bens e serviços produzidos que é inflacionário e não a maneira como um determinado nível de gasto é financiado.

O déficit público (primário ou nominal) entendido como um resultado das contas públicas apenas relata uma diferença entre gastos e receitas e, portanto, não é um bom indicador de impacto do governo na demanda agregada. Em outras palavras, isso quer dizer que nem sempre um déficit é expansionista, pois pode ocorrer por meio da queda de receitas tributárias em uma economia que está em recessão, e nem sempre um superávit é contracionista, na medida que pode ocorrer por meio de uma elevação de receitas maior do que uma elevação dos gastos públicos em um contexto de aceleração do crescimento econômico. Assim, não há nenhuma relação de causalidade necessária entre déficit como um resultado (ou mesmo entre o gasto deficitário) e inflação.

4.3 Restrição externa e inflação: ajuste recessivo ou política de desenvolvimento?

Como mencionamos na seção 3, a incapacidade de uma economia obter uma relação estável entre o valor de sua moeda e o valor da moeda internacional sendo forçada a contínuas desvalorizações é a causa e o elemento comum nas experiências históricas de elevada/hiperinflação. Nesse sentido, é preciso destacar que a restrição externa (definida aqui como a escassez de moeda internacional, o dólar no caso atual) afeta a economia como um todo e não apenas o governo.

De um ponto de vista de curto prazo, a restrição externa pode ser um duro obstáculo e constranger seriamente a política econômica de obter resultados positivos em termos de crescimento e de desenvolvimento econômico (entendido com a sofisticação das estruturas produtiva, comercial e de ocupação).

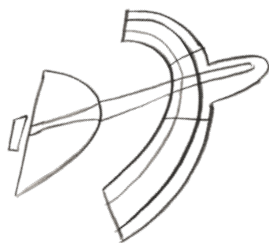
Entretanto, de um ponto de vista de longo prazo, uma economia atenua a restrição externa quando consegue aumentar e diversificar suas exportações e/ou desenvolver indústrias/setores internamente substituindo importações. A elevação das exportações pode ocorrer com o crescimento da economia mundial. Já a diversificação da produção, das exportações e/ou mesmo uma elevação da parcela de mercado das exportações tradicionais sugere uma melhora da competitividade externa que, em geral, são resultados de um conjunto de políticas de desenvolvimento que requerem mais e não menos gasto público.

8 Costa (2021) apresenta como esta ideia foi muito presente na economia do desenvolvimento e como esteve presente nos debates sobre diversos momentos da economia brasileira.



Brasília: a capital prometida

JULIA BARRETO



“Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: - Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.”

Das palavras proferidas por São João Bosco – e marcadas no livro “Memórias Biográficas de São João Bosco” – nasceu a promessa de uma cidade, localizada no Planalto Central brasileiro, para que toda uma nação possa chamar de sua.

Entretanto, tal vislumbre já vinha sendo sonhado há anos por brasileiros, e não tão brasileiros, nos quatro cantos do país. Pois, desde a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, fugidos de Napoleão Bonaparte, já se falava da criação de uma capital, e não apenas da apropriação urbana de uma simples cidade colonial em localização costeira e de fácil vulnerabilidade pelo mar como o Rio de Janeiro. Não era necessário voltar muito atrás na história para se lembrar da conquista francesa

da Baía de Guanabara no século 16, portanto, o status de capital não caía bem a uma cidade em vias de superpopulação nem à beira do mar.

Logo, especulações da interiorização da capital ganharam força nas mídias, principalmente no influente Correio Braziliense, com ideais de uma cidade erguida no ponto em que os rios Tocantins, São Francisco e Paranáse cruzam, tornando o território brasileiro conectado através da navegação. Seria, então, chamada de “Nova Lisboa”, lugar em que o rei Dom João governaria com unanimidade a vasta extensão de terras brasileiras. Mesmo com todas as claras necessidades de transferência, o Rio continuou sendo a capital em 1813, e continuaria dessa forma por mais um longo período, já que era de interesse britânico que a ci-

dade portuária mantivesse sua potencialidade.

Há exatos 200 anos, logo após a Independência do Brasil, o ministro e deputado José

Bonifácio de Andrada e Silva propôs à Assembleia Constituinte a transferência interna da capital. Além de ter tido papel fundamental na transição do país de colônia para Estado, José Bonifácio sugeriu a criação de uma cidade no Planalto Central que fosse nomeada de Petrópole – em homenagem ao rei – ou Brasília. Obviamente, sua proposta não deu continuidade já que pouco tempo depois o próprio Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, marco conhecido como a Noite da Agonia.

Após seu filho, Dom Pedro II herdar o trono – descendente de um período regencial extremamente conturbado – defensores da transferência da capital voltam a ter os nervos excitados, muitos deles motivados pelo governo de caráter modernista, em relação aos seus antecessores, e consideram a permanência da Coroa no Rio como um atraso colonial. O

historiador mais renomado da época, Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de História Geral do Brasil, ficou tão obcecado pela ideia que chegou a viajar até o Planalto Central em 1877, sugerindo que a capital fosse erguida entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas – local em que hoje se localiza Brasília.

Retomada do tema da nova capital com a República

Com a virada para a República, o tema voltou à pauta na Assembleia Constituinte de 1891, em que o senador constituinte Virgílio Damásio – 1º governador da Bahia – propõe que a nova capital se chamasse Cidade Tiradentes – em homenagem ao mártir Tiradentes, personagem histórico de grande relevância durante o período. Muito se reclamava do Rio de Janeiro, visto que a cidade alcançou em poucos anos a marca de 400 mil moradores, muitos vindos da área rural para a urbana em busca de emprego e de melhores condições de vida. Portanto, dadas as condições predecessoras, a proposta de Virgílio Damásio, ainda que derrubada, foi de extrema importância para que a previsão de um novo Distrito Federal entrasse explicitamente pela primeira vez na Constituição de 1891.

Obviamente, foram os primeiros presidentes da República, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que seguiram a, agora, deter-



minação constitucional e deram início de fato às providências necessárias para a mudança prevista. Entretanto, o seguinte presidente civil Prudente de Moraes engavetou novamente o sonho brasileiro, adiando por mais algumas décadas o surgimento da nova capital por ser, segundo ele: “uma cara empreitada”. Todavia, há historiadores que apoiam a teoria de que Prudente acreditava que a mudança de capital poderia destruir o frágil equilíbrio entre as oligarquias estaduais que sustentava a Primeira República. Dentre estes, a historiadora Renata Gava, diretora do Museu Prudente de Moraes de Piracicaba, ressalta: “Prudente não conseguiu grandes feitos econômicos ou sociais. Sua proeza foi pacificar o país”. De fato, o presidente Prudente de Moraes sofreu para “pacificar” o país, visto que lhe foi entregue uma capital bombardeada durante a Revolta da Armada, tendo escapado por pouco de um atentado durante às boas-vindas às tropas que haviam massacrado a população de Canudos. Como se não fosse suficiente, seu sucessor, Rodrigo Alves, praticamente arrasou a capital fluminense durante a Revolta da Vacina.

Obviamente, foram os primeiros presidentes da República, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que seguiram a, agora, determinação constitucional e deram início de fato às providências necessárias para a mudança prevista. Entretanto, o seguinte presidente civil

Prudente de Moraes engavetou novamente o sonho brasileiro, adiando por mais algumas décadas o surgimento da nova capital por ser, segundo ele: “uma cara empreitada”. Todavia, há historiadores que apoiam a teoria de que Prudente acreditava que a mudança de capital poderia destruir o frágil equilíbrio entre as oligarquias estaduais que sustentava a Primeira República. Dentre estes, a historiadora Renata Gava, diretora do Museu Prudente de Moraes de Piracicaba, ressalta: “Prudente não conseguiu grandes feitos econômicos ou sociais. Sua proeza foi pacificar o país”. De fato, o presidente Prudente de Moraes sofreu para “pacificar” o país, visto que lhe foi entregue uma capital bombardeada durante a Revolta da Armada, tendo escapado por pouco de um atentado durante às boas-vindas às tropas que haviam massacrado a população de Canudos. Como se não fosse suficiente, seu sucessor, Rodrigo Alves, praticamente arrasou a capital fluminense durante a Revolta da Vacina.

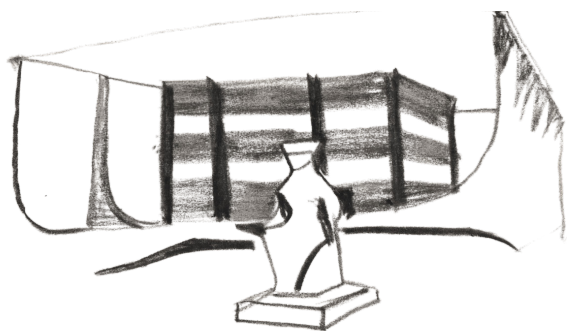
Claro que todos os acontecimentos citados tiveram forte influência para que os apoiadores da mudança da capital, novamente, colocassem em prática seu projeto. Assim, em 1905, o senador Nogueira Paranaguá (PI) redige um projeto de lei que propõe a concretização da determinação da Constituição de 1981. Ademais, ele dava um prazo: a troca precisaria acontecer até o aniversário de 100

anos da Independência do Brasil. Como sabemos hoje em dia, tal limite não foi cumprido, e para acalmar os ânimos houve apenas a inauguração de um pequeno obelisco na área que hoje se configura como o atual Distrito Federal, representando uma comemoração ao centenário da Independência pelo presidente Epitácio Pessoa. O obelisco permanece de pé até hoje, na zona rural de Planaltina (DF), tornando-se, então, o primeiro símbolo concreto da promessa, uma espécie de pedra fundamental da cidade a ser construída.

Na década seguinte, o ambiente pós-revolução de 1930 era outro, mais propício por conta do enfraquecimento das oligarquias, desse modo, a transferência para o Planalto Central apareceu novamente explícita na nova Constituição de 1934. Com medo de que a ideia pudesse morrer, como aconteceu muitas vezes antes, o diretor do Serviço de Informações e Estatísticas do Ministério da Educação,

Mário Augusto Teixeira de Freitas propôs ao presidente Getúlio Vargas uma transferência gradual. O seu plano era tornar Belo Horizonte a capital provisória, até que as obras de Cabralia – nome que seria dado em homenagem a Pedro Álvares Cabral, considerado o descobridor do Brasil – fossem concluídas no quadrilátero de Goiás. Nessa embarcada, Teixeira de Freitas funda o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – importante entidade até hoje, que na época acaba endossando o projeto de interiorização em duas etapas.

Logo após a queda da Ditadura do Estado Novo, uma Assembleia Constituinte é convocada em 1946 para discutir o plano proposto por Mário Augusto Teixeira de Freitas. Nela o deputado constituinte Diógenes Magalhães do Partido Social Democrata (PSD – GO) argumenta: “Não vemos como se possa realizar, nos próximos decênios, a obra ciclópica da nova capital do Brasil, que deve ser projetada com a maior perfeição e caprichosamente executada, para não prejudicar o futuro do país.”, propondo, inclusive, que a capital provisória fosse a própria cidade de Goiânia. Em contrapartida, os constituintes de Minas Gerais insistiam que o Triângulo Mineiro fosse a solução definitiva, entre eles, curiosamente, se postava o deputado Juscelino Kubitschek (PSD - MG) - que será o nosso presidente responsável por acabar com o sofrimen



to de toda a espera pela capital prometida.

Como sabemos, a disputa do Triângulo Mineiro/Goiânia em nada resultou, já que ambas as localidades não se encaixam nos requisitos prometidos e até mesmo preconizados tantos anos antes. Logo, o presidente Café Filho enviou uma nova missão até o Planalto Central, reafirmando toda a localização dita por São João Bosco, e foi sugerido pelos técnicos da missão o nome: Vera Cruz – um dos nomes dados ao Brasil logo em seguida ao “descobrimento”. Como esse não era um projeto de um governo só, após a saída de Café Filho houve uma corrida de campanhas para o posto de novo presidente, em que Juscelino Kubitschek surge novamente com sua famosa promessa: “50 anos em 5”.

Foi através de um concurso público, vencido pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que o Plano Piloto finalmente nasceu. Orientado pelo famoso arquiteto contemporâneo Oscar Niemeyer e auxiliado pelo engenheiro Joaquim Cardozo, Lúcio Costa desenvolveu o projeto da cidade prometida. Dividida entre dois eixos monumentais dispostos em cruz com áreas dos mais diversos fins, Brasília nasceu com essa forma de avião na visão de alguns e de pássaro na visão de outros, voando decidida em direção ao leste. Oscar Niemeyer inaugurou os primeiros edifícios do novo Distrito Federal, como o Catetinho, o Palácio da

Alvorada e o Brasília Palace Hotel com seu estilo de formas simples, nobres, claras, leves e belas. Logo, a nova capital se pautou nos temas em alta no momento, já que muito se falava sobre “modernismo”, “progresso” e “revolução”, Brasília foi a consequência dessa nova era da burguesia industrial brasileira, que juntava com seus interesses o sonho das massas e trazia de volta o nacionalismo perdido com a promessa, agora, cumprida.

Entre as futuras asas norte e sul, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) foi regulamentada em lei no dia 19 de setembro de 1956, e no dia 2 de outubro do mesmo ano, o presidente JK visitou o território em construção e fez sua famosa proclamação: “Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

50 ANOS EM 5 - JUSCELINO KUBITSCHEK

Indubitavelmente, foi por conta da construção de Brasília que o governo de Juscelino Kubitschek ganhou tanta notoriedade, até hoje ele é muito debatido e diversas teorias cercam o falecido presidente. Uma dessas teorias é a de que JK seria a reencarnação do Faraó Akhenaton e, curiosamente, ela é aceita por muitas pessoas. O professor Ermani Pimentel, autor de Brasília Secreta, comenta em seus livros as diversas semelhanças entre os líderes que vão da aparência física similar até as diversas escolhas simétricas feitas pelas figuras históricas.



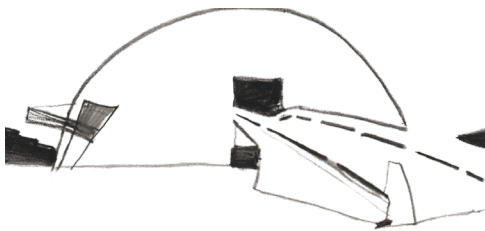
Entretanto, nem só de bônus nasceu Brasília, já que o investimento para a construção da capital deixou um rombo gigante nos cofres públicos, o que fez a inflação explodir nos anos seguintes e deixou o sucessor de JK, Jânio Quadros, em maus lençóis – o economista Eugênio Gudin estimou que o custo atual seria em torno de 83 bilhões de dólares. Além disso, sob o peso do novo Distrito Federal jazem milhares de vidas que foram possivelmente perdidas durante as obras, por conta das du-

ras jornadas de trabalho de dois turnos, da retenção de pagamento, dos cortes de água e da falta de equipamentos especializados.

Por outro lado, hoje em dia, poucas pessoas lembram dos bônus e ônus da construção da capital brasileira. Brasília é celebrada pela abundância de marcos históricos e arquitetônicos, muitos projetados por Oscar Niemeyer durante o seu processo de criação da cidade. Entre eles podemos citar o Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Catedral Metropolitana, Teatro Nacional, Memorial JK, Palácio do Itamaraty, Torre de TV Digital e Museu Nacional Honestino Guimarães – obras que conjuntamente forneceram à Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Obviamente, não podemos esquecer do Palácio da Alvorada, construído para ser a residência oficial do Presidente da República. Localizado numa península que divide o Lago Paranoá em Lago Sul e Lago Norte, o palácio foi residência de 14 presidentes, desde seu fundador Juscelino Kubitschek até o atual presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, Brasília não é apenas o centro da política brasileira, a cidade esconde diversos atrativos pelas suas ruas bem projetadas. Além do turismo convencional, Brasília oferece também ecoturismo em suas diversas áreas verdes como o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, a Água Mineral (como é

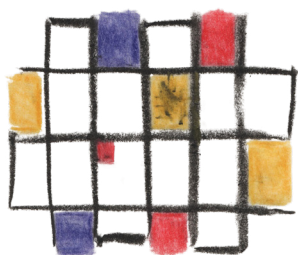
conhecido o Parque Nacional de Brasília) e o Jardim Botânico de Brasília. Ademais, a capital é um antro de educação e cultura, a primeira com projetos como a “Escola Nova”, dirigido por Anísio Teixeira e seguido pelo antropólogo Darcy Ribeiro, e a segunda como fonte de inspiração em todo o mundo, sendo nomeada Capital Americana da Cultura em 2008 e tendo suas próprias “sete maravilhas” do Patrimônio Cultural Material de Brasília. Portanto, a capital brasileira, depois de anos de espera, conseguiu atingir seu objetivo de criação, e hoje, 60 anos depois, é admirada e preservada por seus patriotas. A cidade não é perfeita, e está longe de ser, mas ela reflete em suas nuances, em seus deslizes, em suas ruas, em suas pessoas e em seus governantes a promessa de uma capital para todos, que eleve o Brasil à potência que sabemos de sua capacidade de ser.



O Modernismo na Capital

O Rio de Janeiro dos anos de 1920: o modernismo que nasce nas ruas

CAMILLE VIZZONI



*“Persisto em andar pelas ruas do Rio de Janeiro.
A rua é a melhor das bibliotecas”
(CASTRO, 2021, p. 23)*



O Rio de Janeiro dos anos de 1920 era um turbilhão, recheado de barulho, velocidade e atrevimento, como diz Ruy Castro em sua obra “As Vozes da Metrópole”. A capital carioca, com sua áurea carnavalesca, em plena era da modernidade, se destacava por sua pitada de humor e boemia, em contraste ao modelo mais engessado dos paulistas. Enquanto São Paulo figura como a cidade onde nasceu o modernismo, até mesmo por ter sediado a Semana de Arte Moderna de 1922, a então capital também produziu obras de caráter único, contribuindo significativamente para a construção do que hoje conhecemos como Modernismo. A historiadora Mônica Pimenta Velloso, em sua obra *Modernismo no Rio de Janeiro* (2015), faz referência a cidade maravilhosa como Dionisíaca, remetendo-se ao deus

grego do vinho, alegria e festas, relação que conversa perfeitamente com o imaginário que permanece até os dias atuais quando se fala de Rio de Janeiro: carnaval, samba e boemia.

No modernismo carioca, a rua representava o canal de sociabilidade (VELLOSO, 2015, p. 17). Os intelectuais desse grupo rejeitavam os padrões europeizados, como o proposto pela reforma Pereira Passos, e os ideais rígidos de tempo, forma e literatura defendidos pelos chamados “falsos modernos”. Grandes nomes como João do Rio e Lima Barreto irão tecer críticas a essa visão um tanto limitada, fruto do desdobramento do que seria o suposto ideal de modernidade no Brasil. É importante ressaltar como havia essa discordância sobre o que seria considerado de fato moderno dentro do próprio movimento.

Qual de vós já passou a noite em claro ouvindo o segredo de cada rua? Qual de vós já sentiu o mistério, o sono, o vício, as ideias de cada bairro? [...] Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas. (JOÃO DO RIO apud CASTRO, 2021, p. 91)

Esse trecho retirado da crônica “A Rua”, de João do Rio, expressa a visão que se tinha a respeito da rua como espaço formador de cultura. Partindo desse princípio, para os pensadores cariocas, a rua e as vivências a partir dela eram as mais ricas fontes de inspiração. Esses autores se viam representados nesses espaços e na cidadania ali desenvolvida pelas próprias camadas populares. A explosão, a presença de novas formas culturais, eram essenciais para a expressão da modernidade e os cariocas encontraram no humor a melhor forma de retratar a vida na capital.

Mônica destaca os cafés como um ambiente onde se permitia esse exercício da criatividade almejado pelos boêmios cariocas. Esses espaços eram locais de troca e concepção de ideias, onde se discutia



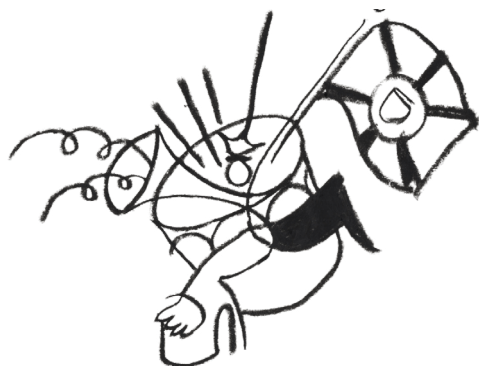
até mesmo a relação entre trabalho e prazer, articulada

à nova lógica mercantilista que chegava ao Brasil naquele momento. No contexto cultural em que o país se encontrava no século XX, a presença desses canais informais de sociabilidade, como foram chamados pela historiadora, permitiram a participação de diversas camadas sociais e, através do espírito irreverente desse grupo, a criação de um espaço em que seriam possíveis manifestações em prol dessas minorias.

Outro ponto de interessante reflexão colocado em pauta pela historiadora é como há uma recusa por parte dos intelectuais a respeito da importância do humor presente nas obras da década de 1920. É possível traçar um paralelo desse cenário com debates contemporâneos, em que é discutido se certas obras - principalmente aquelas que fogem do senso comum do fazer artístico - podem ou não ser consideradas arte. Dessa forma, percebe-se que sempre houve uma certa tendência a rejeitar aquilo que foge do padrão imposto. Há uma constante desqualificação do humor, relegado à esfera do banal, enquanto a seriedade é tida como fruto do pensamento e da racionalidade.

O modernismo dessa época chegou a ser avaliado como um equívoco, marcando um momento de extrema superficiali-

dade na vida cultural carioca (VELLOSO, 2015, p. 134). Nesse sentido, é possível notar como a vertente modernista da capital de 1922 - que tem por sua característica intrínseca o humor - muitas vezes se encontra ofuscada pela história frente a proposta dos moldes paulistas. Entretanto, apesar dessa estima pela seriedade, foi através do riso e suas diversas formas de expressão que o modernismo carioca foi capaz de se aproximar das camadas populares e enxergar suas vivências - principalmente através das ruas e esquinas.



O Bicentenário da Semana de arte moderna nos permite refletir o movimento Modernista para além do seu âmbito artístico, mas também como um movimento cultural, que pregava seus próprios ideais de sociedade e propunha a construção de uma identidade nacional. O Rio de Janeiro, a então capital federal, teve um papel crucial na difusão desses ideais justamente por seu caráter irreverente e

popular, uma vez que em São Paulo tais ideais ainda eram muito restritos à elite. Nos anos de 1920, o Rio de Janeiro já tinha uma infinidade de produções culturais, circulavam diariamente mais de vinte jornais, além de variadas revistas e livros, como é o caso da D. Quixote, um periódico satírico humorístico, que utilizava do riso e da caricatura para mobilizar a atenção de seus leitores. A palavra impressa era a ferramenta que fazia a Metrópole girar (CASTRO, 2021, p. 13) e através dela eram conduzidas as paixões e ideais daqueles intelectuais que pensaram o Modernismo para muito além da arte, almejando uma verdadeira mudança cultural.



Bibliografia

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa à Brasília: a Invenção de uma Capital. Editora EDU-UNB, 2009.

AMADOR, João Carlos. Histórias de Brasília. Editora Sidarta, 2016.

WESTIN, Ricardo. Arquivo S. Senado Federal, edição 67, 2020.

CASTRO, Ruy. As Vozes da Metrópole: Uma antologia do Rio dos anos 20. São Paulo, Editora Schwarcz, 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora KBR, 2015.

BOTELHO, André. O Modernismo como Movimento Cultural. Lua Nova, São Paulo, 2020, p. 175-209.

100 anos do PCB e de Zuleika

Alambert, a mulher política

MARIANA OLIVEIRA



Mais um centenário celebrado no ano de 2022 é o da criação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Importante ressaltar que não se trata do atual PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas sim do original partido que posteriormente rompeu, dividindo-se entre PCdoB e PCB.

A fundação do partido se instituiu, principalmente, de uma inspiração imagética – vinda de todo o movimento revolucionário que acontecia no mundo com o surgimento da União Soviética cinco anos antes – de ser o porta-voz da classe operária, ainda muito incipiente no Rio de Janeiro. Inicialmente, o partido demorou para se consolidar, mas se desenvolveu futuramente em cima de uma busca, que seria o objetivo até hoje, pela união de líderes das lutas dos trabalhadores e intelectuais da cultura brasileira em prol de seus direitos. Pensando em um breve panorama histórico, o pós-Segunda Guerra Mundial

abriga diversos relatos da classe operária entendendo esse período como um tempo de abertura e liberdade. O PCB tornou-se um partido de dimensão nacional e visou, desde o início, ser uma ferramenta a fim de universalizar a vontade política, unindo o trabalho e a cultura. A história do partido foi marcada por repressão e clandestinidade e procura por resgatar a sua história é para recuperar um Brasil insurgente, a memória de um país que foi (e é) reprimido por um modelo capitalista e imperialista há séculos, buscando provar a necessidade da consciência sobre a sua história para construir um novo futuro.

Havia uma preocupação, após o fim do Estado Novo, com a nova ordem política que se estabeleceria e com a democracia que começava a se configurar. Naquele momento, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), que dominavam o poder no Brasil, precisaram dividir sua hegemonia em São Paulo com o Partido Comunista do Brasil (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o mais recente Partido Social Progressista (PSP). Com uma vitória inesperada e expressiva para os padrões da época, o PCB entrava no legislativo com 11 deputados eleitos. É claro que isso não significa que o comunismo estava sendo visto de outra forma no país, muito pelo contrário. Os deputados precisavam acreditar quase cegamente que a democracia e sua moral seriam cumpridas e criar uma nova linha política, atuando cada vez mais fortemente, sempre dentro da legalidade. Procuraram sempre defender a Constituição Federal e os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de projetos para a melhoria da infraestrutura do país como um todo.

Zuleika Alambert: potência feminina na política

É importante ressaltar, dentre os tantos grandes personagens do partido nessa época, a deputada Zuleika Alambert. Nascida em 23 de dezembro de 1922, em Santos, Alambert

estudou em sua cidade natal, inicialmente no Liceu Feminino Santista, e depois no Colégio Tarquínio Silva, formando-se como contadora. Seu pai, Juvenal Alambert, oficial de Justiça, filiou-se ao Partido Social Democrático –



Zuleika jovem

PSD e encaminhou a jovem para a militância desde cedo. Zuleika, durante a Segunda Guerra Mundial, juntou-se aos tantos brasileiros que exigiram que Vargas declarasse guerra ao Eixo. Quando ela chega ao partido na década de 40, o olhar não era mais apenas para a classe operária, mas para os populares, dos quais ela torna-se uma liderança, se compadece e volta sua luta para um problema social latente na época, a carestia. Seu caminho a leva a ser eleita, em 1947, como segunda suplente pelo PCB com 4.654 votos. A jovem de 25 anos foi efetivada como Deputada Estadual pelo partido, em São Paulo, no final do mesmo ano.

No ano de 2022, comemora-se o centenário de Zuleika, mas este também é o ano que marca os 10 anos de seu falecimento, no dia 27 de dezembro de 2012. Além de tudo, em

dezembro de 1922 – em paralelo ao seu nascimento – acontecia o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. A forma como todas essas datas e acontecimentos se encaixam parece até predestinada. Assim, é preciso ressaltar e homenagear a poderosa militância que Zuleika teve durante sua vida pelo direito das mulheres, dos trabalhadores e pela democracia do nosso país, sendo uma mulher marcante na história brasileira recente.

Como deputada do partido comunista, além da luta popular, Zuleika Alambert teve uma atuação muito relevante e marcada pela tentativa de trazer à tona o papel da mulher na vida política e social brasileira, principalmente nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Infelizmente, seu mandato foi curto. O dela e dos demais deputados comunistas foram cassados e extintos em 12 de janeiro de 1948, iniciando seu primeiro período de clandestinidade – estado que retorna à sua vida durante a Ditadura Militar. Entretanto, a rapidez de sua passagem pela Assembleia é inversamente proporcionada sua trajetória de lutas como líder dentro do PCB. Zuleika foi uma mulher que batalhou pela presença das outras nos espaços, principalmente, políticos. Defendeu que é preciso ter instituições voltadas para elas, canais específicos – como a secretaria da mulher e os conselhos regionais – que irão tratar as demandas e os direitos femininos em todo o país.



I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro

e dos demais deputados comunistas foram cassados e extintos em 12 de janeiro de 1948, iniciando seu primeiro período de clandestinidade – estado que retorna à sua vida durante a Ditadura Militar. Entretanto, a rapidez de sua passagem pela Assembleia é inversamente proporcional a sua trajetória de lutas como líder dentro do PCB. Zuleika foi uma mulher que batalhou pela presença das outras nos espaços, principalmente, políticos. Defendeu que é preciso ter instituições voltadas para elas, canais específicos – como a secretaria da mulher e os conselhos regionais – que irão tratar as demandas e os direitos femininos em todo o país.

É preciso exaltar aqui o seu discurso de saudação à Casa Legislativa e de agradecimento no dia de sua posse, que mostra de forma bastante clara e expressiva essa defesa das mulheres e dos trabalhadores mais pobres que sofriam com as condições brasileiras da época.

“Sr. Presidente, para trás ficaram os dias, em que as mulheres de todas as categorias sociais viviam, em nossa pátria, exclusivamente para seu lar e para seus filhos, sem participar diretamente da vida política, social e econômica da Nação. Porém, com o agravamento de nossa crise econômica, afogada em seus lares com o problema da inflação e da carestia da vida, explorada diariamente nos locais de trabalho por patrões sem escrúpulos que sempre veem nela a presa fácil de sua ganância, começaram a compreender que só unidas e organizadas poderiam fazer cumprir as leis, que existem e lhes dizem respeito, e, sobretudo, poderiam lutar por suas mais sentidas reivindicações, conquistando dentro da sociedade, o lugar, que, por direito, lhes cabe, não como esmola, mas como justiça. No terreno econômico, seria preciso lutar, nos bairros, contra as filas, que, pela noite adentro, serpenteavam pelas calçadas, à espera do pão misturado, à espera da carne. Lutar contra a alta dos gêneros, que começava a atingir até os de primeira necessidade, tais como: trigo, leite, carne, açúcar, óleo, etc. Contra o salário de fome recebido nas fábricas, onde pululam patrões, que, em geral, desconhecem propositadamente o Artigo 157, do Título V, da Constituição Federal, que reza: ‘proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. [...]’. (ALAMBERT, 1947, p.156)”

Essa tão potente fala da deputada faz referência à Constituição Federal de 1946 e é riquíssima para a discussão de temas trabalhistas e do feminino. Ela aborda o cotidiano da população e como a crise econômica pós Estado Novo abalou o custo de vida. Zuleika ressalta a necessidade da introdução da mulher no mercado de trabalho e do fim dessa informalidade que elas estavam vivenciando. Novamente, ela busca sempre a união feminina, o seu engajamento na sua própria história e que usem sua juventude para abrir possibilidades para um futuro através da mobilização popular.

Na série documental “Brasileiros e Militantes”, da Fundação Astrojildo Pereira, Zuleika tem um episódio dedicado a ela, produzido em 2005 e intitulado “Zuleika Alambert: Uma mulher na História”, no qual ela traz novos relatos e citações riquíssimos em sua entrevista. A militante, em sua fala, tra como sempre valorizou as matriarcas de sua família e a sua luta para sempre entregar o melhor para seus filhos – refletindo, claramente, entregar o melhor para seus filhos – refletindo, claramente, na sua defesa pela inclusão das mulheres no futuro, tendo em vista que representam mais da metade da nossa população.



Fundação Astrojildo Pereira mostra como sempre valorizou as matriarcas de sua família e a sua luta para sempre entregar o melhor para seus filhos – refletindo, claramente, na sua defesa pela inclusão das mulheres no futuro, tendo em vista que representam mais da metade da nossa população.

Com o Golpe Militar de 64, Zuleika, para fugir da repressão, passou por momentos de exílio em diversos países. Em Santiago, no Chile, esteve participando ativamente da criação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio. Em 1973, após o golpe chileno, recebeu asilo na Venezuela e no ano seguinte foi para Paris como refugiada, protegida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Internacionalmente, a atuação de Alambert foi de muito impacto porque, pelos países que passava, acolhia as demandas e agia, organizando a luta das mulheres daquelas nações. Durante todo esse período fora do Brasil, Zuleika se deparou com outras exiladas que não tinham dimensão do que acontecia em seu país, não tinham compreensão da sua realidade. Então, juntou-se para que essas mulheres tivessem amparo ao encarar tais problemas. A militante procurou criar, também, uma noção maior entre as outras brasileiras exiladas e inseri-las na nova realidade que elas vivenciavam, como as mães, as trabalhadoras e as mulheres vivendo na mesma condição que ela. Provou através do seu grande poder de liderança e atitude que

**"EU SOU UMA
MULHER
MARXISTA QUE
LUTA PELA
LIBERTAÇÃO DA
MULHER"**

estar fora do Brasil não significa estar fora da luta do seu país. Zuleika nunca foi uma mulher de narrativas, foi uma mulher de ação e a todo momento procurou formas de ajudar e se manter na cabeça dos movimentos.

Zuleika só retornou ao Brasil após a Anistia Geral, em 1979, quando, finalmente, pode participar de novo dos movimentos feministas no seu país de origem. Aqui, foi responsável

pelo Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo e coordenou a Comissão Estadual de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Escreveu livros como "Uma jovem brasileira na URSS" (1953), "Estudantes

fazem história" (1964), "Feminismo: O Ponto de Vista Marxista" (1986) e "Uma mulher na História" (2004). Ultimamente, Zuleika era a grande inspiradora do movimento de mulheres do Partido Popular Socialista (PPS).

Alambert, entretanto, não se dizia, inicialmente, feminista. Por medo de ser vetada pelo partido, na entrevista para a série ela diz: "eu sou uma mulher marxista que luta pela libertação da mulher – mas eu sou marxista". Existia, sim, uma dificuldade de conciliar

a dinâmica interna entre seus três pilares: o político (comunista), o intelectual (marxista) e o social (feminista). Entretanto, Zuleika conseguiu fazer isso de forma bem-sucedida, de forma também lúdica e balanceada, unindo esses vieses. Mesmo dizendo que o marxismo foi uma das primeiras ideologias a demonstrar apoio e dar importância às mulheres, ela entende que – obviamente, levando em consideração a época – sempre houve uma postura machista entre os comunistas do partido. Os ideais davam voz a elas, mas deixando em segundo plano, tentando usar as mulheres como um instrumento que operasse sempre a favor do que eles queriam. Mas uma maior consciência sobre o movimento, aos poucos, vai se criando, pois, segundo ela, a democracia não pode ser verdadeira sem as mulheres. Elas precisam se organizar e se mobilizar, precisam ser partidárias, participar ativamente da vida política. Assim, Zuleika reforçava sempre que podia a seguinte ideia: “a mulher precisa da democracia e a democracia precisa da mulher”, se não ela se torna uma mentira.

Dados no IBGE, de 2019, apontam que as mulheres representam 51,8% da sociedade brasileira. Podemos fazer uma comparação com a década de 70, dado mais antigo existente da mesma instituição, na qual os números são bem similares, com uma diferença muito pequena no número de

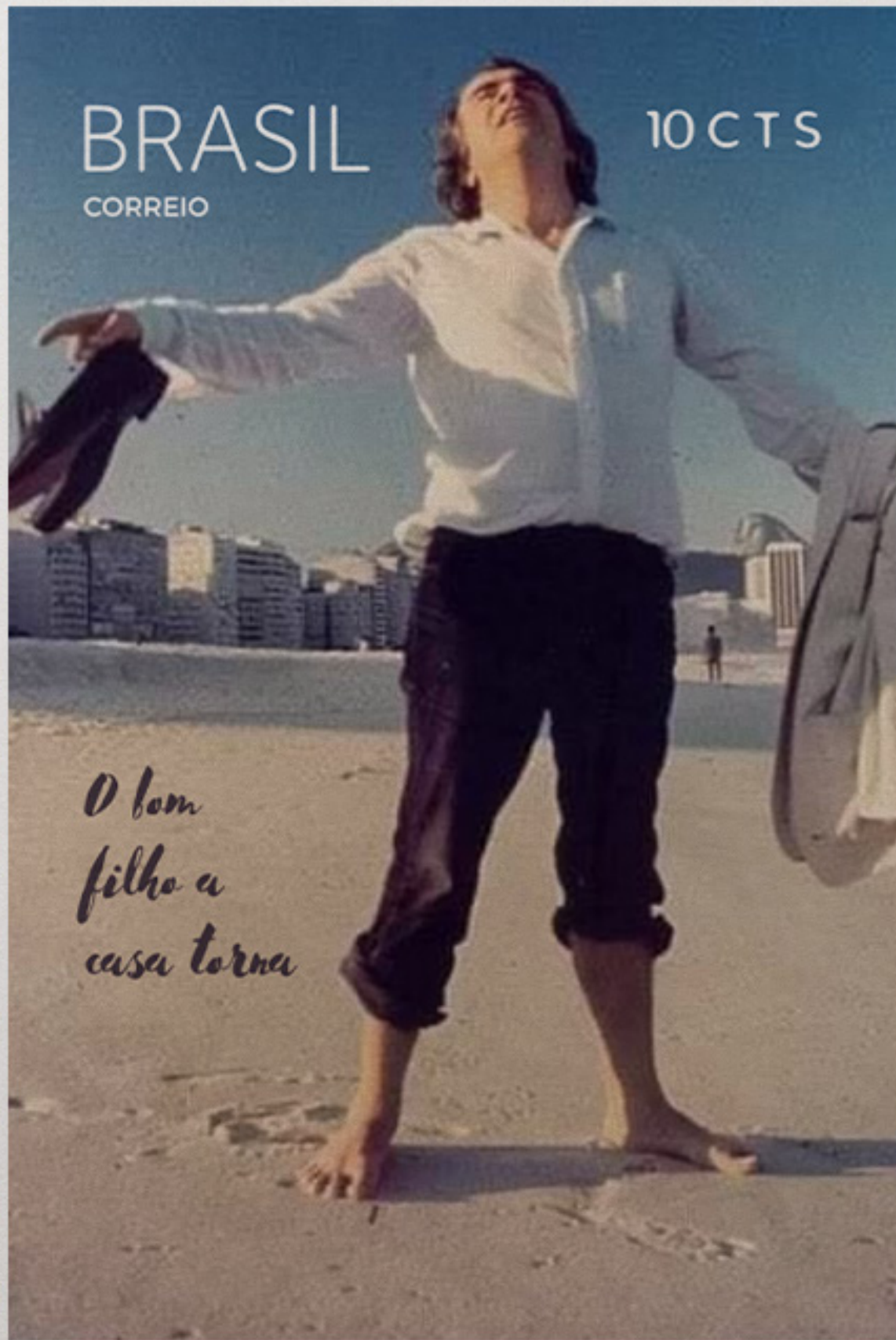
homens e mulheres no país. Essas porcentagens são importantes para entender e fundamentar o que Zuleika fazia questão de falar: as mulheres representam há tempos mais da metade da população do nosso país. É mais que necessário que isso reflita na política. Se hoje que, teoricamente, temos muito mais consciência e empoderamento na sociedade, as mulheres representam apenas 15% das cadeiras da câmara, no período de atuação de Zuleika essa falta feminina era muito mais expressiva. O povo brasileiro precisa urgentemente de representantes mulheres – representantes que, de fato, falem pelo seu gênero. Entretanto, para isso, só há uma solução. Alambert sempre foi uma mulher de partido, sempre esteve presente na luta política dentro do PCB. Mas as mulheres ainda resistem muito à vida política, se afastam da vida partidária, mesmo sendo ela a única forma de quebra com essa estrutura patriarcal, no qual a ocupação dos cargos executivos, legislativos e judiciários seja sempre masculina e, quando feminina, vista como uma surpresa, uma exceção à regra. É preciso que existam mais Zuleikas na sociedade brasileira, que se adentrem na vida política, que possam lutar e agir mais do que apenas proferir descontentamentos, para que, enfim, nós mulheres tenhamos a possibilidade de pertencer cada vez mais a lugares que, também, são do nosso direito.

BRASIL

CORREIO

10 CTS

*O bom
filho a
casa torna*



Darcy Ribeiro

O Homem de “Fazimentos” Utópicos

LUDMILA MARIA GOMES DA COSTA



Darcy Ribeiro (1922-1997). Foto: Cedoc/
Arquivo Central UnB

***“Quem sou eu? Às vezes me comparo com as cobras, não por serpentário ou venenoso, mas tão-só-porque, eu e elas, mudamos de pele de vez em quando. Eu usei muitas peles nessa minha vida”
– Darcy Ribeiro.***

É justamente da metamorfose de atuações que o antropólogo, acadêmico, educador, escritor, romancista, político e visionário se caracteriza. Considerado um dos maiores intelectuais da América Latina,

Darcy Ribeiro estaria completando 100 anos em 2022. Sua trajetória multifacetada acumulou objetivos – ambiciosos – na defesa de causas sociais. A partir do estudo em etnologia,

Darcy começa sua luta pela causa indígena, bem como a defesa dos “Jardins da Terra”, que inclui o Pantanal, o Cerrado, a Amazônia e os biomas brasileiro. Uma vez que se depara com as defasagens do Brasil em seu interior, expande sua luta para a área da educação. Foi encarregado, através de um decreto presidencial de Juscelino Kubitschek, a planejar a montagem da Universidade de Brasília (UnB). Já durante o governo de João Goulart, Darcy assume o Ministério de Educação e Cultura e, posteriormente, a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República.

O Golpe de 1964 interrompe, temporariamente, as atividades em curso de Darcy no solo brasileiro. Mas o exílio não o impediu de alavancar tais avanços na área da educação, já que o “homem de fazimentos”, como ele assim se denominava, ajudou na reestruturação de várias universidades por toda a América Latina durante o período. De volta ao solo brasileiro, Darcy Ribeiro se junta a

**"PELA DEFESA E LUTA
DA EMANCIPAÇÃO DO
POVO BRASILEIRO, NO
SENTIDO DE TOMAR AS
RÉDEAS DO SEU
PRÓPRIO DESTINO"**

Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e reafirma sua luta pela educação. Propõe medidas para um ensino básico de qualidade e gratuito para todos, através do Primeiro Programa Especial de Educação, que implementa o ousado projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Nesse contexto, Darcy recebe, em Paris, o título de Doutor Honoris Causa na Sorbonne, título que durante sua vida também lhe foi concedido por várias outras instituições, como a Universidade de Copenhague, a Universidade da República Oriental do Uruguai, a Universidade Central da Venezuela e a Universidade de Brasília.

Devido à sua atuação notável também no âmbito político, Darcy é eleito senador da república e reafirma as lutas que carregou em sua trajetória, sobretudo as relacionadas à realidade educacional do país. Em suma, o cientista social atuou “pela defesa e a luta da emancipação do povo brasileiro, no sentido de tomar as rédeas do seu próprio destino”, como bem explica José Ronaldo, presidente da Fundação Darcy Ribeiro (Fundar).

Raízes na Causa Indígena

Mineiro, nascido na cidade de Montes Claros, no dia 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro era filho da professora primária Josefina Augusta da Silveira Ribeiro e do pequeno industrial Reginaldo Ribeiro dos Santos. Em

Educação

1939, ingressou na faculdade de Medicina, mas devido à falta de vocação, largou o curso. “A família queria ele médico, mas ele dá uma volta na família. Logo se aproximou do Partido Comunista e se interessou por estudar Ciências Sociais”, conta Libânia Xavier, professora da Faculdade de Educação da UFRJ (FE-UFRJ). Em 1944, Darcy decidiu mudar-se para a capital paulista e estudar antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Recém-graduado, começou a trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e se

aproximou de marechal Cândido Mariano Rondon, até então presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. A professora da FE-UFRJ explica que, nesse meio tempo, o pedagogo Anísio Teixeira estava articulando um convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para que houvesse um grande estudo sobre relações raciais no Brasil. “Em um período pós-guerra, início dos anos 50, era muito importante mostrar para o mundo que era possível ter uma convivência pacífica com culturas diferentes”.



Fachada Museu do Índio

, mas devido à falta de vocação, largou o curso. “A família queria ele médico, mas ele dá uma volta na família. Logo se aproximou do Partido Comunista e se interessou por estudar Ciências Sociais”, conta Libânia Xavier, professora da Faculdade de Educação da UFRJ (FE-UFRJ). Em 1944, Darcy decidiu mudar-se para a capital paulista e estudar antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Recém-graduado, começou a trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e se aproximou de marechal Cândido Mariano Rondon, até então presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. A professora da FE-UFRJ explica que, nesse meio tempo, o pedagogo Anísio Teixeira estava articulando um convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para que houvesse um grande estudo sobre relações raciais no Brasil. “Em um período pós-guerra, início dos anos 50, era muito importante mostrar para o mundo que era possível ter uma convivência pacífica com culturas diferentes”.

Por iniciativa de Darcy, em 1953 foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o Museu do Índio, apontado pela Unesco como modelo no setor etnológico, por ser o primeiro do mundo com o objetivo de quebrar o preconceito indígena e difundir sua cultura. Em 1955, foi convidado pelo então presidente recém-

-eleito, Juscelino Kubitschek, a colaborar na elaboração das diretrizes para o setor educacional do novo governo e, então, passou a trabalhar mais ativamente com Anísio Teixeira.

Da Preocupação Indígena à Preocupação Com as Crianças Brasileiras

“Anísio Teixeira abriu as portas para o Darcy, de uma certa forma, para a semente da educação”, afirma José Ronaldo. O presidente da Fundar explica que o projeto para a educação, defendido por Anísio, era voltado para as comunidades e que ele “acreditava na organização comunitária como referência para a sustentação das escolas. Era preciso fazer das escolas o locus do pensamento de referência simbólica da sociedade”.

Darcy Ribeiro, então, se juntou a Anísio no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). “Havia várias divisões no CBPE. Tinha de pesquisa educacional e de pesquisas sociais, que era justamente para que educadores e cientistas sociais trabalhassem juntos. E tinha outras redes: de aperfeiçoamento de magistério, de formação de uma biblioteca que, inclusive, era a biblioteca mais importante da América Latina de educação. Uma parte dela está na UFRJ e pouca gente sabe disso. Essa biblioteca, ligada ao Inep, funcionava na Voluntários da Pátria. No entanto, com o Governo Militar, o Inep foi para Brasília, e uma

parte daqueles livros ficou encaixotada e foi doada à UFRJ”, conta a professora Libânia.

Em 1959, Darcy foi encarregado, por JK, a planejar a Universidade de Brasília (UnB). “Ele arrebanhou uma quantidade de pessoas invejável para ir para Brasília, para repensar o Brasil a partir do umbigo, do interior”, pontua José Ronaldo. Com inauguração da UnB, Darcy foi nomeado o primeiro reitor da instituição. Com a trajetória cada vez mais entrelaçada na esfera política, o cientista social assumiu o Ministério da Educação e Cultura em 1962 e, no ano seguinte, tornou-se chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo de João Goulart. É importante dimensionar que o contexto político reverberava insatisfação de setores civis e militares, que acusavam o então presidente de propiciar atuação de esquerdistas no governo. Em 1964, houve, então, o golpe militar que depôs Goulart, no dia 31 de março. Darcy foi um dos poucos atuantes no governo a tentar estruturar uma resistência em defesa da democracia. Contudo, no mês seguinte, foi destituído de seus direitos políticos e precisou exilar-se no Uruguai.

O Exílio de Darcy

No Uruguai, Darcy Ribeiro mergulha no sistema educacional latino-americano. Ele inicia seus trabalhos como professor de Antropologia na Universidade da República

Oriental do Uruguai, em Montevideu. Neste mesmo contexto, começou a escrever os “Estudos de Antropologia da Civilização”, uma série de cinco volumes que busca estabelecer uma interpretação do processo de formação dos povos americanos, sobretudo o povo brasileiro, e qual seria o fundamento para o desenvolvimento desigual. Sobre a obra, José Ronaldo reflete que “é um estudo muito ambicioso, e motivo de muitas críticas, porque afrontava o pensamento eurocentrado que existia. Darcy começou a colocar um pensamento genuinamente americano, do ponto de vista do continente americano”.

.Devido a anulação de seus processos do Supremo Tribunal Federal (STF), Darcy retornou ao Brasil em 1968. Entretanto, a polarização política no país ainda resplandecia e, em dezembro daquele ano, houve o estabelecimento do Ato Institucional número 5 (AI-5), decreto que ratificou o autoritarismo no país. Darcy, então, foi preso e indiciado por acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu detido até setembro de 1969, quando foi absolvido, mas exilou-se novamente do país e foi para a Venezuela. José Ronaldo conta que, durante o período de exílio, Darcy “saiu América Latina afora reformando universidades. Ele trabalhou em países como Uruguai, Argentina, Peru, México, Colômbia e Venezuela”.

Ronaldo conta que Darcy “saiu América

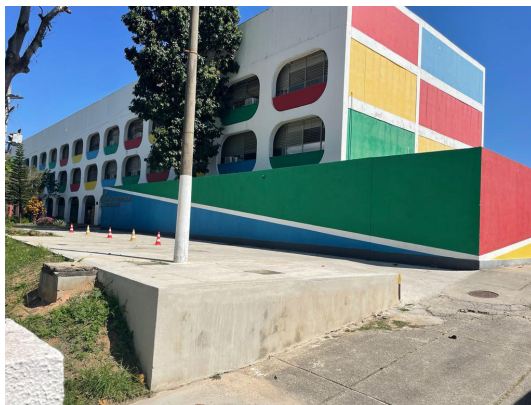
Latina afora reformando universidades. Ele trabalhou em países como Uruguai, Argentina, Peru, México, Colômbia e Venezuela”.

Acometido por um câncer pulmonar, Darcy retornou ao Brasil em 1974, por autorização do governo, para operar-se no país. “Ele veio, tirou um pulmão, mas não morreu. E aí, pronto! Virou um problema novamente para a ditadura e tiveram que o defenestrar novamente. Ele deixou um pulmão dele aqui e voltou com um só para o exílio de novo”, conta o presidente da Fundar.

Com a redemocratização no Brasil, Darcy retornou ao país, definitivamente, em 1976, e se estabeleceu no Rio de Janeiro. Então, retomou seus “fazimentos” na área da educação: passou a atuar no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), onde assumiu o cargo de diretor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Paralelamente, buscou participar de movimentos que articulavam mudanças partidárias na política: Nessa época, “houve a retomada do pluripartidarismo, acabou só o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Arena”, explica Lia Faria, professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd-UERJ).

Vida Política Vanguarda e Implementação dos CIEPs

No Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro se juntou a Leonel Brizola e concorreu a eleição como vice-governador, em 1982. Uma vez no posto, ele criou a Secretaria Extraordinária de Cultura. “Darcy era chamado por sua equipe de secretário estupefaciente de cultura. Na época não existia Secretaria de Cultura, então ele fez uso da cultura como elemento de ligação entre os saberes, e como elemento de ligação entre a escola e as comunidades”, revela José Ronaldo. À frente do cargo, Darcy elaborou o primeiro Programa Especial de Educação, que implementou o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), um projeto assentado em três áreas: Educação, Saúde e Cultura e que, além da parceria com Brizola, trazia Oscar Niemeyer também para associar a arquitetura à otimização educacional. O programa visava, como explica o presidente da Fundar,



CIEP que se tornou o Colégio Universitário Geraldo Reis da UFF

“montar uma rede de excelência de escolas públicas de qualidade de ensino o tempo integral”.

“E o que o CIEP tinha de fundamental?”, indaga Libânia Xavier, que continua: “não só os alunos tinham educação integral, mas os professores também trabalhavam integralmente. O material utilizado nas aulas era da maior qualidade”. Lia Faria aponta para um novo cargo efetivado nas instituições: “Ele criou um cargo que é o de animador cultural que, na minha opinião, é o projeto mais revolucionário do programa, pois tira a educação da zona de conforto e desconstroi certezas absolutas pedagógicas”.

Em termos de implementação de ensino, a professora do PROPEd-UERJ explica que a alfabetização, a interdisciplinaridade entre as diversas linguagens e os campos do conhecimento eram focos importantes no programa. “A linguagem matemática, a linguagem geográfica, o campo do conhecimento em ciências, das línguas estrangeiras, tudo era coletivo. Eram trazidas muitas pessoas, inclusive estrangeiras, para dar palestras e para dar cursos aos docentes”.

Em termos de implementação de ensino, a professora do PROPEd-UERJ explica que a alfabetização, a interdisciplinaridade entre as diversas linguagens e os campos do conhecimento eram focos importantes no programa. “A linguagem matemática, a linguagem geográfica, o campo do conhecimento em ciências, das línguas estrangeiras, tudo era coletivo. Eram trazidas muitas pessoas, inclusive estrangeiras, para dar palestras e para dar cursos aos docentes”.

Para fazer tudo funcionar, Darcy Ribeiro identificou as defasagens no contexto em que a criança estava inserida para, assim, implementar tais construções, como explica José Ronaldo. “Foi feito um trabalho de reurbanização nos pontos de construção dos CIEPs. Foi levado luz, esgoto, água, serviços públicos de limpeza, de transporte coletivo. Paralelamente a isso, dentro da escola tinha um trabalho gigante. As crianças tinham atividades programadas e tinha espacialidade para que isso pudesse acontecer. Tinha ginásio, jardim para brincar, espaço livre, salas de estudo dirigido, as crianças não levavam nada para casa. Muitas vezes, não adiantava a criança levar a tarefa para casa se os pais não pudessem acompanhar”.

Também houve uma outra implementação importante do programa, o projeto de “Alunos Residentes” que, como explica Lia Faria, consistia em atribuir “pais sociais” para

crianças em vulnerabilidade social, que tinham, por exemplo, familiares dependentes químicos, na prostituição ou encarceramento, a fim de mantê-las na escola. “Havia duas residências em cima das bibliotecas, uma para 12 meninas e outra para 12 meninos. Neste espaço, eram entrevistados casais entre bombeiros e PMs para cuidar das crianças. Esse projeto foi um sucesso absurdo”. Mas Lia esclarece que o CIEP não fazia o papel de internato. “A criança não ficava sábado, domingo, feriado e férias. Eram crianças em situação de risco, mas a gente fazia toda uma análise. Se não pudesse mandar para os pais, mandava a criança para a tia, ou a madrinha, para avó, para um irmão mais velho. Ou seja, havia estímulo de respeitar e fortalecer os laços familiares”.

Apesar das várias nuances em prol de melhoria não só dos alunos, mas de toda a comunidade local, Libânia Xavier conta que Darcy passou a sofrer muita crítica: “A imprensa, por exemplo, questionava o porquê de tanto investimento em escola. E ele respondia que era um projeto de escola de ricos para pobres. Isso foi um problema”. Para Lia Faria, a descontinuidade do programa atualmente tem raízes em embates históricos: “Eu acho que se a gente estudar a história do Brasil, a gente vê muitas raízes hoje ainda no racismo, na homofobia, no desprezo pelas pessoas pobres, pelas pessoas pretas. Há uma disputa de po-

der no Brasil para que não haja igualdade”.

Um Cientista Social no Senado

Em 1990, Darcy foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro, na chapa do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sua trajetória no legislativo privilegiou temas ligados à educação, mas também é importante destacar as críticas que ele tecia à política de privatizações de empresas estatais na época. “Naquela época, começa o dito ‘estado mínimo’. Começou a privatizar tudo como se o estado não tivesse mais tanta responsabilidade sobre educação, sobre a saúde, sobre a cultura, começa a passar tudo para iniciativa privada. Então, aquele projeto de nação trabalhista, que visava uma nação rica, preservação de seus bens nacionais, que fortalecesse a indústria nacional, vai se perdendo naqueles anos 90”, pondera Lia Faria. Associadamente a esses embates, Darcy continuava a contribuir com Brizola, desta vez em seu segundo mandato no governo do Rio de Janeiro. Ainda nos anos 90, foi encarregado de retomar as atividades dos CIEPs, além de coordenar a criação da Universidade Federal do Norte Fluminense (UNEF). Em 1992, Darcy Ribeiro foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, e passou a ocupar a cadeira nº11, a partir de abril de 1993.

Em particular, a mediação das discussões em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca-se como seu grande feito no legislativo. Darcy foi nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para sintetizar propostas de mulheres e homens públicos que se articulavam para contribuir com a nova lei. Como explica Libânia Xavier, “já havia fórum em defesa da escola pública, que tinha acadêmicos, professores, vários representantes de movimentos sociais, que vão apresentar propostas, recolher, sintetizar e mandar no processo de tramitação para que os deputados e os parlamentares envolvidos na comissão de elaboração da lei avaliassem e incorporassem.

Foi um processo de muita luta”. A conclusão da lei, que se encontra em vigor atualmente, foi sancionada em 1996. Em homenagem ao senador, FHC nomeou a implementação de “Lei Darcy Ribeiro”

Darcy Ribeiro faleceu no dia 17 de fevereiro de 1997, devido ao agravamen-

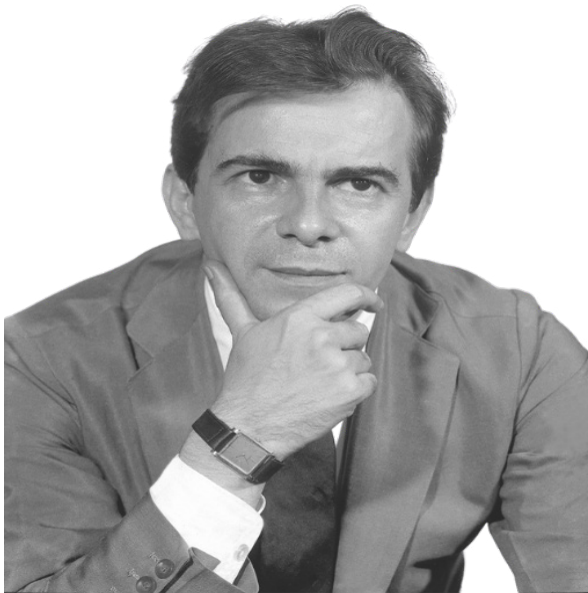
to de falecer, lançou o livro “O Povo Brasileiro”, sendo uma de suas publicações mais significativas. “Nesse livro, ele fala sobre as ma-

trizes étnicas que, diferencialmente dos outros processos civilizatórios que aconteciam no mundo, houve um processo de miscigenação no Brasil que trouxe uma riqueza étnica e cultural que nenhum outro país no mundo tem. Essa é a nossa singularidade”, avalia José

Ronaldo. O presidente da Fundação de

ainda complementa: “Darcy era uma pessoa de utopia. No caso dele, a utopia era uma coisa coletiva, resultado de uma vontade de povos”.

Uma frase dita pelo próprio Darcy resume toda a ânsia por avanços sociais defendida por toda sua vida: “Comi a vida sôfrego. Ainda como, ávido, sem nenhum fastio ou tédio. Quero é mais. Para isso fui feito. Para comer a vida. Para agir, para pensar, para escrever. Isso sou eu. Máquina de pensar, de fazer, faminto de fazimentos. Cheio de fé nos homens, nas gentes”.



**Prof. Darcy Ribeiro - Stefan Rosenbaum
Acervo Sociedade Fluminense de Fotografia**



Dona Ivone Lara: a Grande Dama do Samba

YASMIN CIRIACA DE OLIVEIRA E LUDMILA MARIA GOMES DA COSTA



Dona Ivone Lara em 2015

No dia 13 de abril deste ano de 2022, foi comemorado o Dia Nacional da Mulher Sambista, em razão do centenário do nascimento da Grande Dama do Samba, Dona Ivone Lara. Primeira mulher a assinar um samba-enredo, em um contexto dominado por homens, Yvonne da Silva Lara herdou o apreço pelo gênero musical de seus pais, que se conheceram no carnaval de 1921, no desfile do Flor do Abacate. Sua mãe era Emeren-

tina Bento da Silva, costureira e cantora de tradicionais ranchos carnavalescos no Rio de Janeiro, e seu pai, José da Silva Lara, era mecânico, mas também violonista de sete cordas e costumava desfilar no Bloco dos Africanos.

Apesar de ter começado a compor ainda criança, com cerca de 10 anos de idade, Dona Ivone dedicou-se integralmente ao seu talento ímpar musical quando aposentou-se de seu trabalho no serviço social.

Ela formou-se em enfermagem em 1942 e especializou-se em terapia ocupacional, o que lhe rendeu uma carreira de quase quatro décadas dedicadas a pessoas com transtornos psiquiátricos. Entre a carreira profissional e a paixão pelo samba, Ivone Lara teve destaque na atividade chamada “Dia para os Doentes”, que reunia pacientes para atividades lúdicas de música. Essas atividades permitiam que houvesse valorização do paciente enquanto ser humano, através da musicalidade, valorizando a voz, a habilidade de dançar e tocar instrumentos.

É importante destacar que, nessa época, a terapia ocupacional ainda não era popular no Brasil, tampouco era um ofício lecionado através de ensino técnico ou superior. Para se especializar na prática, Ivone Lara se formou no “Curso Elementar de Terapêutica Ocupacional”, ofertado pela psiquiatra Nise da Silveira, que era sua supervisora na época. Nise revolucionou o tratamento psiquiátrico no país através de métodos que utilizassem expressões artísticas e não-violentos e, para compor as atividades da psiquiatra, Ivone propôs a criação de um espaço equipado com instrumentos musicais para que fossem utilizados no tratamento dos pacientes. Hoje, a prática é conhecida como musicoterapia.

Como o samba acompanhava e registrava os movimentos da época, Dona Ivone não estava alheia a tais movimentos. Nas primeiras

músicas que pôs em circulação nos carnavais, ainda entre as décadas de 1940 e 1950, solicitou que seu primo, Antônio dos Santos, conhecido como Mestre Fuleiro, as assinasse para que não fossem rejeitadas pelo fato de levarem composição feminina. Finalmente, em 1965, ela conseguiu integrar a Ala dos Compositores da Escola de Samba Império Serrano, do Rio de Janeiro, assinando o seu icônico sambanredo “Os Cinco Bailes da história do Rio”.



Ivone Lara em rara foto de infância
| imagem: acervo da família

Base Educacional da Rainha do Samba

Quando criança, Ivone Lara foi colocada, por sua mãe, Emerentina Bento, em um colégio interno para que recebesse uma educação primorosa. O pai de Ivone, José Lara, faleceu quando ela tinha apenas três anos, então Emerentina fez de tudo para que a filha recebesse uma boa base educacional, incluindo, até mesmo, alterar o ano de nascimento da menina para 1921 a fim de aumentar um ano para que Ivone fosse aceita no colégio, em 1932.

Aos 10 anos, entrou na Escola Municipal Orsina da Fonseca, na Tijuca. Foi graças a educação oferecida pelo colégio que ela teve contato com a música erudita. Ainda menina, teve como professoras Zaira de Oliveira e Lucília Villa-Lobos, esposa de Heitor Villa-Lobos, que desempenharam papel importantíssimo para que ela aprimorasse seu canto.

“Uma coisa boa que minha mãe fez pra mim foi me colocar no colégio interno. O colégio interno me ensinou resignação e a esperar. Eu não tenho pressa para nada. (...) Eu ali aprendi a ler, escrever. E fui seguindo os regimes do internato, que era bem rígido. E foi ótimo pra mim. Porque se eu fosse criada aqui fora, eu não ia ter estudado tanto.” (LARA, 2010, apud BRUNO, 2021, p. 416).

Por volta de seus 10 anos, Ivone Lara começou a compor, mas sua família não aceitou bem, afirmava que suas composições

abordavam temas inapropriados para uma menina, tendo assim, sua criatividade podada momentaneamente. No entanto, mesmo tão nova não desistiu e, aos 12 anos, escreveu “Tiê”, que foi um de seus maiores sucessos, e se trata de uma música feita para seu pássaro tiê-sangue, presente de um primo. Contudo, na mesma idade em que escreveu uma de suas primeiras músicas que a aproximavam da veia artística, Ivone Lara perdeu sua mãe e passou a ser criada pela tia que não via com bons olhos o fato de a sobrinha querer se dedicar ao samba, por conta do preconceito.

Sua vida adulta inicia-se num cenário pessoal conturbado, no qual Dona Ivone foi órfã de pai e de mãe ainda muito jovem, e, após ter residido boa parte de sua adolescência no colégio, passa a morar na casa de um tio, por convite dele. Por conta da necessidade de prover o próprio sustento e ajudar nas despesas da casa, seu tio Dionísio propõe o emprego de tecelã para ela, o que ela aceitou de bom grado.



Porém, aos 17 anos, Ivone Lara acabou optando por inscrever-se na Escola Enfermagem Alfredo Pinto, hoje inserida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), e decidiu comunicar ao tio que iria dedicar-se aos estudos caso fosse aprovada. E não só foi aprovada, como ficou entre os 10 primeiros colocados, o que lhe garantiu uma ajuda de custos interna no valor de 60 mil réis. Muito dedicada aos estudos, Ivone concluiu a faculdade em 1942 e seu bom desempenho acadêmico abriu portas para que ela trabalhasse no Serviço Nacional de Doenças Mentais, fosse aplicada no tratamento dos pacientes.

Tendo assim a música como um hobby, pois reconhecia a necessidade de conquistar sua estabilidade financeira, Ivone Lara passou a trabalhar na Colônia Juliano Moreira, local onde tratava de pessoas com transtornos psiquiátricos, e chegou a ocupar o cargo de chefe do serviço de enfermagem. Após oito anos trabalhando como enfermeira, fez um curso de Assistência Social, com especialização em terapia ocupacional. Nessa época, conheceu Nise da Silveira, psiquiatra responsável por ter revolucionado o tratamento de pessoas com transtornos mentais em território brasileiro. Ivone conseguiu fazer com que a médica implementasse uma sala equipada com instrumentos musicais, possibilitando que a musicoterapia fosse aplicada no tratamento dos pacientes.

Numa sociedade construída para gerar muito mais exclusão do que inclusão, Ivone era a supervisora responsável por ajudar a localizar os parentes daqueles internos para quando eles tivessem alta pudessem retornar ao convívio social. Da mesma forma, até hoje nas rodas de samba suas músicas são veículo de acolhimento e aproximação das pessoas. (NOBILE, 2022).

O ensaio “Dona Ivone Lara e a Terapia Ocupacional: devir-negro da história da profissão”, de Leite Junior, Faria e Martins (2021) levanta a questão: qual o lugar do negro e suas contribuições na construção da história da terapia ocupacional? Com base nessa indagação, surge o interesse pela profissional Yvonne da Silva Lara e sua história, pois ela segue sendo invisibilizada na historiografia da profissão. Na tentativa de romper com a invisibilização sistemática, os autores apontam para o argumento de que os intelectuais europeus conferiam aos negros um lugar de “incapacidade” para produzir obras com valor e destaque. Ainda ressaltam a importância de “contar, recontar, reelaborar e reconstruir histórias oficiais” (LEITE JUNIOR; FARIAS; MARTINS, 2021, p.4).

Mesmo dedicando grande parte de seu tempo ao ofício na área da saúde, o amor pelo samba não desapareceu de Ivone Lara, mas era difícil conciliar a música e o trabalho, pois sua profissão tinha uma carga horária intensa. Insistente para não abandonar sua paixão artística, ela viu uma saída para harmonizar ambos: programou suas férias para fevereiro,

que coincidia com o período carnavalesco.

Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, Ivone Lara conseguiu distribuir algumas de suas canções através de seu primo, que havia assinado falsamente a autoria para que as músicas não fossem rejeitadas, e pôde testemunhar grandes músicos interpretando suas composições em bailes de carnaval. Ainda não era o ideal, mas suas músicas já estavam começando a ser conhecidas.

Nesse mesmo contexto, Ivone conheceu Oscar Costa, filho de Alfredo Costa, presidente da escola de samba Prazer



Dona Ivone Lara desfilando pela Império Serrano

da Serrinha. Em 1947, os dois se casaram e a história de amor durou por 28 anos, até o dia em que Oscar foi atender ao Criador. Juntos, tiveram dois filhos: Alfredo e Odir.

O Avanço para a Música

Com o fim da escola Prazer da Serrinha, no início dos anos 1950, Ivone Lara passou a frequentar a Império Serrano – escola essa que seu primo, Mestre Fuleiro, ajudou a fundar – e começou a, finalmente, aproximar-se da Ala dos Compositores. Com músicas que faziam sucesso nas rodas de samba, Dona Ivone passou oficialmente a integrar a Ala, até então restrita aos homens, sendo a primeira mulher a atingir tal feito no país.

Em 1965, Dona Ivone assinou a música “Os Cinco Bailes da História do Rio”, juntamente com Silas de Oliveira e Bacalhau, que ganhou o concurso de samba-enredo no Grupo Especial do Carnaval Carioca. A letra começa: Carnaval, doce ilusão / Dê-me um pouco de magia / De perfume e fantasia / E também de sedução / Quero sentir nas asas do infinito / Minha imaginação / Eu e meu amigo Orfeu / Sedentos de orgia e desvario / Cantaremos em sonho / Os cinco bailes da história do Rio.

A seguir, a letra diz respeito à cinco grandes eventos que ocorreram na cidade do Rio e lhe conferiram atmosfera nobre e festiva, sendo esses:

Os 20 anos da fundação da cidade, em 1585;

- A grande festa de mudança de capital do vice-reinado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763;
- A aclamação de Dom Pedro VI como Rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818;
- O grande baile da Independência do Brasil, em 1822;
- O último baile do Império, ocorrido na Ilha Fiscal, em 1889.

Em 1970, adotou, finalmente, o nome artístico de Dona Ivone Lara. Quando se aposentou do serviço social, em 1977, passou a dedicar-se inteiramente ao seu grande amor desde tenra idade: o samba. Nobile (2022)



Bandeira do G.R.E.S Império Serrano

pondera que a “combinação de pioneirismo e excelência que rendeu a ela o título de ‘primeira dama do samba’ e que faz com que sua obra permaneça atual para esta geração e para as futuras”. O jornalista também afirma que :

Driblando o machismo e o racismo estruturais, quando Dona Ivone lançou seu primeiro álbum era improvável encontrar no meio artístico uma mulher que reunisse tantas habilidades: cantar, compor, tocar um instrumento, dançar o inconfundível miudinho e confeccionar as fantasias e os figurinos com que se apresentava nos palcos e nos desfiles carnavalescos (NOBILE, 2022).

Sua carreira musical contou com parcerias – que, assim como ela – são grandes nomes da música brasileira, como Jorge Aragão, Nei Lopes, Arlindo Cruz, Sombriinha, Delcio Carvalho. Com Delcio, escreveu a canção “Sonho Meu”, gravada por Maria Bethânia e Gal Costa em 1978, alcançando grande sucesso de público e sendo uma das músicas mais conhecidas até hoje.

Outra música composta por Dona Ivone Lara e que vale destaque, apesar de ser pouco conhecida, é a Doutor Getúlio. Tendo base educacional exímia em um colégio público com um programa de implementação de Getúlio Vargas, Ivone Lara retrata na canção o apreço pelos projetos do estadista no país em relação à camada trabalhadora e à soberania nacional: Foi o chefe mais amado da nação / Desde o sucesso da revolução

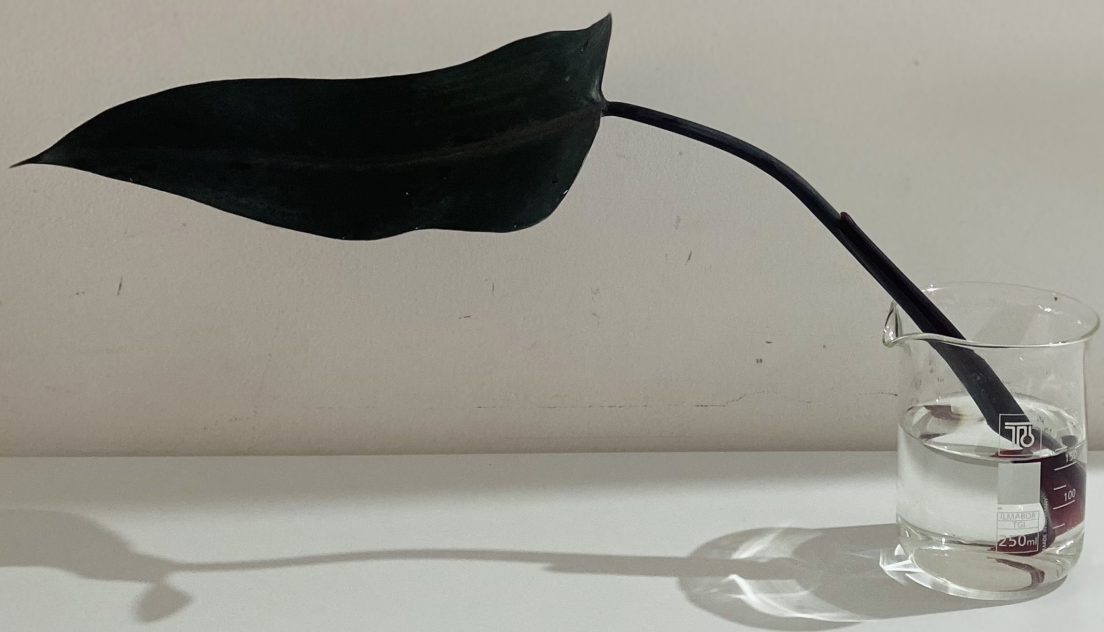
Liderando os liberais / Foi o pai dos mais humildes brasileiros / Lutando contra grupos financeiros / E altos interesses internacionais (...).

Dona Ivone fez das músicas retratos de sua própria trajetória de vida e que, ademais, pudessem ser identificadas por grande parte do povo brasileiro. É importante destacar que, por conta das práticas racistas e patriarcais, que permeavam – e ainda permeiam – a sociedade brasileira, é perceptível como ela precisou batalhar para chegar a receber reconhecimento por suas composições. Dona Ivone era mulher, negra e uma excelente musicista que driblou todo um sistema social que não era favorável à sua ascensão. Mas, ainda sim, ascendeu, e com primor.

Ainda hoje, as mulheres negras são empurradas para uma posição subalterna, portanto, ter o legado da figura da Grande Dama do Samba, a Rainha Ivone Lara, é um lembrete à todas as meninas e mulheres, sobretudo negras e periféricas, de que não há limitações que possam podar sonhos. “A obra de Dona Ivone Lara é ímpar. Pode-se afirmar que ela é a maior compositora do mundo do samba; uma mulher negra que fez e ainda faz parte de uma ruptura com o padrão de hegemonia imposto pela sociedade”. (OLIVEIRA, 2018, p. 103)



Quinteto em Branco e Preto e D. Ivone Lara



VERSUS

VERSUS.CCJE.UFRJ.BR